

# ÁGUAS PARA VIDA

ação ecumênica por direitos e bens comuns  
no Brasil e na América Latina



**Águas para Vida**

# ÁGUAS PARA VIDA

ação ecumênica por direitos e bens comuns  
no Brasil e na América Latina

Christian Aid Programa Brasil

Conselho Nacional de Igrejas  
Cristãs do Brasil (Conic)

2020



© Christian Aid, 2020

*Projeto gráfico, editoração e capa:*  
Alessandra S. O. de Proença

*Colaboração, revisão  
e preparação de texto:*  
Beatriz Leandro

*Foto de capa:*  
Christian Aid/Tabitha Ross

*Coordenação:*  
Sheila Tanaka

Christian Aid Programa Brasil  
[christianaid.org.uk/brazil](http://christianaid.org.uk/brazil)  
[brazil-info@christian-aid.org](mailto:brazil-info@christian-aid.org)



Christian Aid é membro da

**act**aliança



## SUMÁRIO

- 9 Introdução – Águas para Vida: organizações baseadas na fé em defesa da água no Brasil
- 18 **Parte 1 – Reflexões e Aprendizados**
- 21 Compromisso Ecumênico com o Direito Humano à Água de Qualidade  
*Pra. Romi Bencke (Conic)*
- 29 Reflexões sobre o Curso “Águas para Vida”  
*Horacio Mesones (Creas)*
- 33 V Missão Ecumênica: pelas águas do cerrado da Bahia  
*Fórum Ecumênico ACT Brasil*
- 39 Guia Prático para Incidência pela Água  
*Kátia Visentainer (PAD)*
- 53 Ação Ecumênica e Água como Bem Comum  
*Beatriz Leandro*

- 82** **Parte II – Estudos de Caso**
- 85** Mulheres Construindo Alternativas para o Acesso à Água Potável na América Latina  
*Renata Moreno (SOF)*
- 109** O Insustentável Uso da Água pela Mineração de Bauxita em Oriximiná (PA)  
*Ítala Nepomuceno & Lúcia M. M. de Andrade (CPI-SP)*
- 125** O Acesso à Água de Qualidade em Jaci-Paraná e Cavalcante (RO)  
*Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB)*
- 141** Mulheres Construindo Alternativas para o Acesso à Água Potável no Vale do Ribeira (SP)  
*Natália Lobo & Sheila Saori Yuzuka (SOF)*
- 161** Sobre as Autoras e os Autores



## INTRODUÇÃO

### ÁGUAS PARA VIDA: ORGANIZAÇÕES BASEADAS NA FÉ EM DEFESA DA ÁGUA NO BRASIL<sup>1</sup>

#### ECUMENISMO E ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE

As organizações baseadas na fé (OBFs) têm uma atuação destacada na promoção dos direitos humanos e no enfrentamento aos mecanismos de desigualdade global. O marco histórico da ação conjunta de igrejas e OBFs data do contexto pós Segunda Guerra Mundial, em que a contribuição de igrejas cristãs com regimes fascistas na Itália e Alemanha levou a um profundo questionamento do papel social das igrejas e sua relação com o poder político. Como resposta, igrejas na Europa e Reino Unido somaram forças para coordenar auxílios às vítimas da guerra e refugiados, no primeiro registro de ação ecumênica conjunta. Nesse contexto surgem organizações ecumênicas de cooperação internacional, como a Christian Aid, no Reino Unido, em 1945 e a Heks, na Suíça, em 1946. Em 1948, uma ampla aliança de igrejas forma o Conselho Mundial de Igrejas

---

<sup>1</sup> Partes deste texto foram extraídas do artigo de Sheila Tanaka (TANAKA, Sheila. “Ecumenismo e Desigualdade”. *SUR*, São Paulo, (16) 29: 177-184, ago. 2019). Disponível em: <<https://sur.conectas.org/ecumenismo-e-desigualdade/>>. Acesso em 30 jan. 2020.

(CMI), expandindo a cooperação ecumênica na conformação de uma rede global.

A Christian Aid é a agência oficial que representa 41 igrejas protestantes do Reino Unido e Irlanda e está presente no Brasil desde a década de 1970. Em sua estratégia global para o período de 2019 a 2026, afirma sua visão por “um mundo onde todas as pessoas têm plenitude de vida, uma vida vivida em dignidade, livre da pobreza e de necessidades; onde os recursos globais são compartilhados de maneira equitativa e usados de forma sustentável; e onde a voz e a ação das pessoas pobres e marginalizadas sejam plenamente realizadas”<sup>2</sup>. O seu trabalho está estruturado em três eixos: 1. ações para mitigação dos efeitos da pobreza; 2. trabalho de incidência de longo prazo para identificar e desafiar as causas estruturantes da desigualdade; 3. fortalecimento de comunidades de fé, organizações sociais e outros atores locais como espaços de articulação e denúncia, para potencializar vozes proféticas por justiça.

No Brasil, a Christian Aid trabalha em parceria com movimentos sociais, organizações da sociedade civil, igrejas e organizações ecumênicas. O trabalho é orientado à promoção de direitos de comunidades ao acesso à terra, bens, serviços e espaços de participação social e política. As dinâmicas recentes de aumento da pobreza no país com cortes em políticas públicas e aumento no controle privado dos recursos naturais exigem de organizações baseadas na fé uma atualização em sua análise e forma de trabalhar, fortalecendo redes e criando ferramentas inovadoras de diálogo com suas bases.

O projeto Águas para Vida foi desenvolvido em 2018-2019 conjuntamente com organizações parceiras da Christian Aid no Brasil,

---

<sup>2</sup> CHRISTIAN AID ESTRATÉGIA GLOBAL 2019-2026. *Juntos e juntas por dignidade, por igualdade, por justiça*. São Paulo, 2019, p. 3. Disponível em: <<http://www.christianaid.org.uk/sites/default/files/2019-06/global-strategy-portuguese.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

com o objetivo de fortalecer redes ecumênicas e a capacidade de incidência de comunidades de fé pela defesa dos bens comuns. O projeto aposta na importância do movimento ecumênico brasileiro – e seus vínculos internacionais – nas ações por justiça social e ambiental e no seu potencial multiplicador.

#### ÁGUA COMO ELEMENTO SAGRADO E MOTOR DE DESIGUALDADES

O acesso desigual à água é uma das formas mais perversas de como a desigualdade se manifesta no Brasil. Embora o país detenha 20% dos aquíferos e fontes de água potável do mundo, mais de 34 milhões de pessoas não têm acesso à água potável. A falta de gestão consciente dos recursos hídricos impede o acesso à água mesmo a comunidades vizinhas a fontes de água, seja pelo controle privado ou pela contaminação de rios e mananciais.

A contaminação e escassez de água em algumas regiões é agravada pela predileção de órgãos oficiais por interesses privados de grandes corporações sobre os direitos de populações pobres e comunidades nas periferias urbanas e áreas rurais. A crescente mercantilização dos recursos naturais é agravada pela concentração de terras com mananciais e pela falta de fiscalização ambiental em áreas de preservação. A exclusão de comunidades afetadas dos processos de decisão sobre os recursos hídricos evidencia que o acesso à água está relacionado às estruturas desiguais de poder político no país.

A falta de água em comunidades rurais é também consequência direta do modelo de desenvolvimento no campo. Atividades extrativas de mineração e agronegócio geram a contaminação de rios e mananciais e períodos de seca em regiões que dependem da irrigação. Em Oriximiná, no Pará, comunidades quilombolas e ribeirinhas enfrentam inúmeras consequências da contaminação do rio em sua saúde e subsistência desde o início da mineração de

bauxita na região. No Vale do Ribeira, em São Paulo, a monocultura de tomate vem causando a contaminação das nascentes, com consequências imensuráveis na saúde da população, em especial das mulheres. Como uma das faces da desigualdade de gênero, as mulheres são as mais impactadas por terem que caminhar grandes distâncias para buscar água necessária para os cuidados com a casa e a família além de ter contato direto com a água contaminada na lavagem de roupas e na preparação dos alimentos.

Tudo isso contrasta com o fato de que a água é um elemento sagrado para todas as religiões, como fonte de vida e fruto da Criação divina de caráter purificador e unificador. O chamado para o cuidado com o planeta e seus recursos naturais, ou em outras palavras com a Criação, está presente em muitos textos sagrados. No Cristianismo, a água é o elemento simbólico que concretiza a filiação no batismo, e a proteção de fontes de água é um compromisso com a própria amorosidade divina. Em religiões de matriz africana e indígena, a água também está presente em rituais de iniciação e purificação como elemento portador da vida e da proteção.

Diante desse quadro, o Conselho Mundial de Igrejas aprovou, em 2006, uma declaração em que convoca suas igrejas membros a monitorarem conflitos por água em suas regiões e se posicionarem publicamente contra iniciativas de privatização e pela defesa do acesso comunitário à água. Além disso, também convoca igrejas a se somarem na articulação da Rede Ecumênica da Água. Essa rede tem o objetivo de apoiar o intercâmbio de informações entre igrejas e comunidades sobre a crise da água e soluções locais encontradas, além de promover e coordenar ações de incidência internacional para o reconhecimento e cumprimento do direito humano à água.

Em resposta a essa convocação, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) lançou, em cooperação com igrejas da Suíça, a “Declaração Ecumênica da Água como Direito Humano e Bem Comum”, uma primeira convocatória a igrejas e organizações de fé para se posicionarem em defesa dos recursos naturais do Brasil, por

ocasião do início da Década Internacional pela Água (2005-2015). O lançamento da Encíclica *Laudato Si'* pelo Papa Francisco, em 2015, também desafia cristãos e cristãs a se engajarem no cuidado com a Criação e com os bens comuns, rechaçando o paradigma de dominação da natureza pelo ser humano.

Já em 2016, a Campanha da Fraternidade Ecumênica “Casa Comum, nossa Responsabilidade” também convocava a ação ecumênica pelo saneamento e tratamento de resíduos sólidos, com o lema “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca”. Em 2018, ano em que o Conselho Mundial de Igrejas completou 70 anos, a Peregrinação de Justiça e Paz teve seu foco na América Latina e no Caribe, ampliando a solidariedade das igrejas com as situações de pobreza e desigualdade enfrentadas na região.

Nesse contexto, o projeto Águas para Vida foi lançado para dar continuidade à articulação ecumênica na defesa dos recursos hídricos e ampliar a capacidade de atuação de igrejas e OBFS. As atividades incluíram encontros, seminários, atividades de formação para lideranças religiosas, ações de incidência junto a comunidades, campanhas de comunicação e peças informativas.

#### FORMAÇÃO, INCIDÊNCIA E COMUNICAÇÃO ECUMÊNICAS PELA ÁGUA

As primeiras atividades do projeto foram realizadas durante o Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama), em março de 2018. O Fórum foi convocado por organizações da sociedade civil como um espaço alternativo ao 8º Fórum Mundial da Água, que aconteceu no mesmo período, e contou com atividades autogestionadas. A convocatória para o Fama realizava um chamado para a unificação das iniciativas da sociedade civil em defesa do acesso justo à água e de comunidades afetadas por conflitos hídricos.

Uma ampla articulação ecumênica organizou a Tenda Inter-religiosa no Fama, envolvendo redes brasileiras, como o Fórum

Ecumênico ACT Brasil (Feact), internacionais, como o Conselho Mundial de Igrejas e a Rede Ecumênica da Água, além de organizações latino-americanas, teólogas e teólogos e representantes de diversas religiões. A Tenda sediou eventos para reforçar a dimensão espiritual da defesa da água e a afirmação da água como um bem comum, fortalecer as articulações nacionais e internacionais e ampliar processos de incidência. Esse diálogo culminou na ratificação de uma declaração inter-religiosa, na qual diretrizes para a atuação de igrejas e OBFS foram definidas. São elas:

- *Formação espiritual e teológica, técnica e política*, que permita promover comunidades como sujeitos de relações justas para com a natureza, especificamente a água e seus territórios.
- *Ações de articulação, aliança e incidência* que vinculem agendas locais com os processos regionais e globais de desenvolvimento sustentável, justiça climática e combate às desigualdades socioculturais.
- *Estratégias comuns de comunicação* que favoreçam intercâmbios de experiências e de saberes, ações de denúncia pública e divulgação das alternativas que envolvem os povos nos processos de justiça para com a água e toda a criação.

Com base nessa definição, diversas atividades foram desenvolvidas. Foram identificadas mais de vinte organizações ecumênicas brasileiras e latino-americanas trabalhando nessa temática, em diferentes atividades de formação, incidência e comunicação.

Em colaboração com redes internacionais, a Christian Aid e seus parceiros mapearam produções teológicas sobre o tema da água e desenvolveram cursos de capacitação para líderes de fé. Em novembro de 2018, um curso regional para jovens de igrejas da América Latina foi oferecido em El Salvador com o tema “Justiça alimentar, climática e hídrica”. Os jovens selecionados participaram de sessões com

especialistas do CMI, da Federação Mundial de Estudantes Cristãos, Christian Aid e ACT Alliance, além de conhecer de perto os projetos em El Salvador por acesso justo à água. Os aprendizados do curso regional fomentaram também materiais para uma capacitação no Brasil, multiplicando os impactos da atividade.

Uma parceria entre Conic, Christian Aid, Centro Regional Ecumênico de Assessoria e Serviços (Creas) e Faculdade Unida de Vitória possibilitou a realização de um curso de formação online para membros de comunidades de fé no país. Por um período de três meses, cerca de noventa participantes tiveram acesso a sessões semanais com recursos audiovisuais e de texto, além de participarem em um fórum de discussão virtual. Os participantes inscritos representam 31 igrejas e comunidades de fé de 21 estados, sendo a maioria deles das regiões Norte e Nordeste, onde conflitos por água são latentes. Os módulos foram desenhados para aprofundar a compreensão sobre múltiplos aspectos implicados na desigualdade do acesso à água, entendendo sua relação com controle privado, mudanças climáticas, gênero e violência. Os participantes foram também munidos de ferramentas para elaborar um plano de incidência e comunicação para ação local.

Esse processo, além de fortalecer as relações entre organizações e redes, também orienta a formação para uma aplicação prática de incidência em comunidades locais. Os participantes do curso relataram nas primeiras semanas os problemas que enfrentam no acesso à água, e uma das principais demandas é por formas de identificar instituições e espaços de tomada de decisão onde possam exercer algum tipo de influência e/ou apresentar suas pautas. Com o apoio de especialistas, podem desenvolver campanhas e ações de incidência em suas igrejas e comunidades de fé. Observa-se assim o potencial mobilizador da iniciativa que vincula virtualmente recursos elaborados por organizações nacionais e regionais a comunidades com pouco ou nenhum apoio do poder público, onde as igrejas têm um forte papel político local.

Além das atividades de formação, foram organizados seminários para aprofundar o entendimento comum e identificar sinergias entre os trabalhos das organizações. Os seminários “Água como bem comum”, em Brasília durante o Fama, “Injustiças e desigualdades no Brasil hoje”, em São Paulo, e “Fundamentalismos e Meio Ambiente”, em Salvador reuniram cerca de duzentos participantes, teólogas, teólogos, lideranças e membros de diversas organizações de todas as regiões do Brasil para discutir o cuidado com a Casa Comum e as perspectivas para o movimento ecumênico, possibilitando um espaço de diálogo e novas parcerias.

Estudos de caso também foram desenvolvidos para identificar e visibilizar a perspectiva de comunidades que sofrem com a falta de água ou contaminação. Estes estudos, elaborados em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Sempreviva Organização Feminista (SOF) e Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) identificam problemas não documentados em pesquisas oficiais, e registram vozes locais na Amazônia e na região do Vale do Ribeira -SP. A publicação desses estudos de caso visa fortalecer o processo de incidência local, desenvolvido pelas comunidades, e os vínculos entre comunidades, movimentos sociais e OBFS.

O projeto também colaborou para a conformação da rede de comunicadores e comunicadoras do Feact, ampliando as capacidades de comunicação do fórum. As campanhas e materiais elaborados tiveram, dessa forma, ampliado alcance e impacto para além do público já cativo das igrejas, gerando aprendizados metodológicos coletivos para as organizações membro e para a rede.

A partir de ações em defesa da água, a ação ecumênica tem se fortalecido e encontrado formas renovadas de fazer política. As atividades alcançaram maior coerência e articulação entre iniciativas de distintas organizações. Redes ecumênicas, como o Feact e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, abraçaram a pauta e incluíram as atividades em seu planejamento de longo prazo, influenciando a ação de igrejas, organizações membros e

outras redes. As iniciativas também fortaleceram a colaboração entre organizações de fé e seculares, como movimentos sociais e associações. A aproximação com experiências de outros países latino-americanos com grandes aprendizados no que tange os desafios da privatização da água (Bolívia e El Salvador) e com redes globais (Conselho Mundial de Igrejas, Rede Ecumênica da Água e ACT Aliança) evidenciam não somente a relevância global do tema, mas também a grande capacidade de articulação do movimento.

Esse não é o final de um projeto, apenas mais um capítulo da longa e rica trajetória do movimento ecumênico. Esperamos que esta publicação seja uma contribuição para que igrejas e OBFS sigam aprimorando seus métodos e análises na luta por solidariedade, igualdade e justiça.

Christian Aid Programa Brasil.

# PARTE I

REFLEXÕES  
&  
APRENDIZADOS



## COMPROMISSO ECUMÊNICO COM O DIREITO HUMANO À ÁGUA DE QUALIDADE

Pra. Romi Márcia Bencke (Conic)

*Quero ver o direito brotar como fonte  
e correr a justiça qual riacho que não seca.  
(Amós 5.24)*

Recupero o versículo bíblico de Amós que inspirou a Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2016. A Campanha abordou os temas do direito à água e ao saneamento básico. Naquela ocasião, afirmávamos que a Criação de Deus não pode ser transformada em mercadoria para satisfazer o desejo de lucro de grandes corporações.

No sistema capitalista deveria existir um limiar ético que apontasse para os limites do enriquecimento. Alguns critérios poderiam contribuir para o delineamento de tais limites, entre eles, as *dimensões coletivas e comunitárias* dos recursos naturais, em especial, os biomas e toda a complexidade dos sistemas que os formam, principalmente os sistemas hídrico e florestal. A Terra é um sistema complexo e sistêmico, em que tudo está interligado.

Somos um corpo formado por múltiplas características. A destruição de uma parte deste corpo fragiliza a vida de todos os demais.

“Todos e todas nós temos a cor da terra na pele” – lembrou-nos uma camponesa impactada por um projeto de desenvolvimento que nega o direito à existência das culturas tradicionais de um dos biomas de nosso país, o cerrado baiano. A afirmação, “temos a cor da terra em nossa pele”, remete-nos à nossa ancestralidade primordial – Adam – aquele que é da cor da terra. Portanto, superar a visão antropocêntrica é um desafio central a ser enfrentado para estabelecermos uma nova relação com a Casa que habitamos. É neste arcabouço que afirmamos que a água é para a vida! Sem água não há vida no planeta. Sem água não há espiritualidade. A água, para nós, cristãos e cristãs, é o principal elemento sacramental do Batismo.

No entanto, apesar da importância da água para a existência da Casa que habitamos e para nossa vida física e espiritual, pouco nos preocupamos pela vida dos sistemas hídricos. O sistema capitalista criou a suas próprias hermenêuticas que colocam as aspirações, as ambições e os desejos humanos de dominação e riqueza como centro da existência. Nesta lógica, tudo é subordinado ao desejo irrefreável da riqueza: os recursos naturais e a vida dos seres humanos.

A América Latina desenvolveu, há bastante tempo, uma compreensão de eclesiologia muito própria, a de que igreja é Povo de Deus em movimento. Isso significa que não há vida e nem espiritualidade se não nos compreendermos como um todo. Se, no passado esta visão eclesiológica também estava muito centrada no ser humano, cada vez mais, ela tem se ampliado no sentido de que igreja, necessariamente, precisa ser o lugar, o espaço, o território que habitamos. Isso significa, não em um sentido institucional, de dominação, mas em um sentido coletivo, da *oikoumene*, complexo. Esta compreensão nos permite afirmar que as águas, a terra, as florestas têm direito à vida e têm os seus direitos à existência. Não é possível que os recursos naturais sejam tornados mercadorias.

Torná-los mercadoria significa que nos tornamos idolatras, pois exige o sacrifício de parte da vida a fim de que o Deus capital se sinta satisfeito.

Nosso país, apesar de ser cristão, é um país da idolatria do Deus capital. Nossos biomas, nossos aquíferos, nossos rios, nossas florestas estão sacrificados para a satisfação do lucro. O Brasil liberou o uso de 382 agrotóxicos. Tudo é feito para satisfazer o desejo da monocultura e do latifúndio.

Somos um país rico em água. Os dois maiores aquíferos do mundo estão no Brasil: Alter do Chão e Guarani. Além destes dois, estão em nosso território os aquíferos Cabeças, Furnas e Areado. No entanto, há pouca preocupação em relação ao cuidado e preservação destes imensos reservatórios de água.

Nos últimos anos, o movimento ecumênico brasileiro, articulado no Fórum Ecumênico ACT Brasil, protagoniza, junto com outros movimentos e organizações sociais, o debate e o desenvolvimento de ações concretas em favor das águas. São muitas as iniciativas, entre elas: a Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2016, “Casa comum, nossa responsabilidade”, a Tenda Inter-religiosa do Fórum Alternativo Mundial da Água, Missão Ecumênica “Águas da Resistência, realizada no cerrado baiano, e o curso “Águas para a Vida”.

Todas estas atividades são expressão do que compreendemos por ecumenismo. Mais do que uma forma de estabelecer a ponte entre diferentes igrejas, o movimento é a missão engajada por uma justiça que se concretiza em uma profunda transformação nas relações sociais, econômicas e com a criação. Neste sentido, colocar a água no centro de nossa ação por justiça representa resgatarmos a teologia da cruz, materializadas em uma Terra que sente as dores da tortura do agronegócio, nas mortes dos rios, na contaminação dos aquíferos e na exclusão econômica dos povos e comunidades tradicionais. Estes povos e comunidades, à medida que não têm acesso à água, não conseguem viabilizar a sua subsistência, garantida com a pequena agricultura, muitas vezes, realizada de forma

comunitária. A justiça plena é aquela que garante a dignidade da Criação. Lutar por esta justiça representa antever um novo Reino e sinais da ressurreição. A justiça socioambiental plena é a superação da cruz para a ressurreição.

Tivemos muitos aprendizados ao longo deste processo. O principal deles foi aprender com as comunidades tradicionais a relação que elas estabelecem com a água. A água faz parte do centro das suas existências. Ela está no poço que abastece toda a comunidade. É, portanto, o local do encontro e da conversa. A água é o que garante os alimentos variados, é a que garante a diversão com os banhos de rio. A água para estas comunidades não está separada da vida. Ela é parte da existência.

Aprendemos também a importância de trabalhar com as diferentes organizações da sociedade civil. A partilha de nossos saberes é fundamental para a produção processos de transformação. Também levamos a dimensão da espiritualidade para os demais movimentos. Esta troca de experiências e vivências fortalece nossa criatividade possibilita que atualizemos diariamente nosso sentido de existência.

Com base no projeto Águas para a Vida, o Conic foi convidado a integrar a Rede Ondas – Observatório Nacional pelo Direito à Água e ao Saneamento, que integra diversas organizações da sociedade civil e movimentos sociais. O Conic também reforçou a participação na Rede Ecumênica da Água do Conselho Mundial de Igrejas, que reúne lideranças religiosas e acadêmicas para fortalecer o papel das religiões na defesa da ecologia integral, com especial destaque ao acesso justo e proteção das águas.

O curso “Águas para a Vida” contribuiu para articular diferentes setores da sociedade em torno do direito à água e do direito das águas. Foram profissionais da educação e lideranças religiosas leigas e ordenadas que, ao longo de semanas, debateram e buscaram o desenvolvimento de ações concretas em favor das águas.

O curso nos conectou regionalmente, uma vez que foi coordenado pelo Brasil e pela Argentina. Foi um tempo rico de reflexões

que possibilitou compreender que a Casa que habitamos não pode sofrer as consequências das fronteiras criadas por nós, seres humanos. As águas correm livres. Elas precisam desta liberdade. As barreiras para retê-las são humanas, assim como são humanas a sua destruição. O curso “Águas para a vida” foi uma oportunidade de reunirmos os conhecimentos de diferentes áreas do conhecimento e da teologia para retroalimentá-las a fim de irmos além da lógica cartesiana. Sem derrubarmos os muros que nos impedem de reconhecermos que a dominação do meio ambiente é, na verdade, a consequência da idolatria do mercado, perdemos nossa força profética. O curso “Águas para a Vida” no ano de 2019 foi um grito profético em um país em que os rios estão sacrificados no altar do mercado.



Tenda Inter-religiosa no Fama

Créditos: Christian Aid/Leonardo Godoy.





## REFLEXÕES SOBRE O CURSO ÁGUAS PARA VIDA

Horacio Mesones (Creas)

A articulação ecumênica durante o Fórum Mundial Alternativo da Água, reunido em 2018, elaborou uma estratégia de capacitação de líderes de base de igrejas para a incidência em defesa do direito à água, em particular de comunidades em situação de pobreza. Dessa maneira, o Centro Regional Ecumênico de Assessoria e Serviços (Creas), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), a Christian Aid e organizações parceiras no Brasil se articularam em uma proposta de formação que resultou em uma proposta concreta para ser desenvolvida nas comunidades.

Desde o começo, a equipe de desenho e desenvolvimento da proposta esteve consciente do contexto político atual no Brasil e das restrições à sociedade civil organizada na exigência de direitos básicos. As pressões sob as quais estão submetidas as lideranças sociais foram levadas em conta na hora de visibilizar pessoas e ações no marco da proposta de formação. Por outro lado, levou a equipe a explicitar o horizonte político do projeto: é mister que as organizações de base, em particular as igrejas, fortaleçam sua ação e estejam conectadas para alçar sua voz no país em favor da vida plena e abundante a que os povos têm direito. É nesse espírito que iniciamos o caminho de *Águas para Vida*.

A capacitação contou com quatro módulos. O primeiro tratou do direito à água desde uma perspectiva social e teológica libertadora; o segundo aprofundou os temas que afetam as comunidades de maneira mais direta; o terceiro expôs a posição dos setores público e privado, das organizações sociais e das igrejas sobre esses temas; e, finalmente, o quarto tratou da metodologia

de incidência a partir das bases, com ênfase em estratégias de comunicação.

O *curso virtual* teve início em março de 2019 e contou com participantes de todo o Brasil, do Rio Grande do Sul a Roraima e de Rondônia a Alagoas. Sobretudo no Nordeste, trocamos conhecimentos, experiências, contextos e propostas mediados por diferentes tecnologias. Assim, se construiu uma base de dados de legislação sobre o direito à água no Brasil e se elaboraram painéis compartilhados de apresentação de problemas locais. Em um vídeo-fórum compartilharam-se propostas de solução à contaminação e foram debatidos temas como a injustiça de gênero em torno da água, a falta de serviços públicos, os efeitos das mudanças climáticas e os conflitos socioambientais.

Além disso, houve intenso contato direto por WhatsApp e em videoconferências, onde as organizações associadas puderam compartilhar suas experiências e saberes.

De particular importância foi a rota metodológica que permitiu identificar temas, problemas, atores e estratégias para visibilizar e incidir na esfera pública pelo direito à água. Como resultado, foram elaboradas treze propostas de incidência vinculadas ao saneamento rural, à proteção de nascentes, ao acesso básico no semiárido, além de propostas de reuso da água, de proteção de mananciais em risco pelas barragens, de instalação de bebedouros públicos e de monitoramento familiar da água na comunidade.

Esta experiência se soma a outras que o Creas desenvolveu em cooperação com a Christian Aid na modalidade de educação em rede mediada por Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS), com suporte para formulação de propostas que fortaleçam o trabalho das igrejas na promoção de direitos para as comunidades. A experiência de desenvolvimento de projetos de capacitação que cheguem a lugares remotos, onde as oportunidades com alcance regional são escassas, foi um ponto importante sobre o qual se construiu *Águas para Vida*. No entanto, essa experiência teve algumas diferenças importantes com relação às anteriores.

Em primeiro lugar, os conteúdos, recursos educativos e conexões diretas foram oferecidos pelas organizações brasileiras que fazem parte da rede formada no Fórum Alternativo Mundial das Águas. Essas organizações, muitas vinculadas a igrejas e ao movimento ecumênico, puseram à disposição dos/as participantes seus saberes no campo do desenvolvimento comunitário, da justiça econômica, social, ambiental e de gênero, além de suas ações de incidência pública e política. Contribuíram nos diferentes temas com subsídios teóricos e experiências práticas, registradas tanto em documentos como em vídeos: Processo de Articulação e Diálogo (PAD), Federação Luterana de Diaconia (FLD), Diaconia, Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), Sempre Viva Organização Feminista (SOF), Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) e Instituto Ecumênico Andino de Teologia (Iseat), assim como a Rede Ecumênica da Água do Conselho Mundial de Igrejas. Também foi um desafio o trabalho em dois idiomas, porém, a colaboração com o Conic permitiu contar com dois jovens tradutores no Brasil que permanentemente animaram e orientaram a participação.

Deve-se ressaltar também a dimensão ecumênica desta experiência. Os(as) participantes, além de sua experiência com trabalho comunitário, de organizações sociais e do âmbito acadêmico, pertencem a diferentes igrejas comprometidas com os direitos das comunidades. Essa unidade, desde a diaconia profética, articulando o trabalho territorial direto com propostas que fortaleçam a voz pública das igrejas, indica o caminho no qual cristãos e cristãs comprometidos(as) com a justiça dão forma ao ecumenismo na América Latina.

Como efeitos imediatos, esperamos que a capacitação permita ampliar o horizonte teológico, social e político das experiências locais, somando uma rota metodológica efetiva que permita concretizar e visibilizar as transformações promovidas por intermédio das igrejas e de organizações de base.

*Águas para Vida* proporciona uma primeira base para conectar-se a experiências locais de incidência. Estamos planejando uma publicação que resgate as experiências do curso e permita replicar a capacitação em outros contextos, tanto no Brasil como na América Latina. Desta maneira, mediante a utilização de tecnologias acessíveis, fortalecemos e conectamos iniciativas em lugares distantes do Brasil com experiências similares com vistas a promover um grande movimento continental que, desde a fé, promova o acesso à água como um dom de vida para todos e todas.

## V MISSÃO ECUMÊNICA: PELAS ÁGUAS DOS CERRADOS DA BAHIA<sup>1</sup>

Fórum Ecumênico ACT Brasil

O Brasil é um dos países mais biodiversos do mundo e detém 20% das fontes de água do planeta, mas esses recursos estão sob ameaça. Na região oeste da Bahia comunidades estão preocupadas com os efeitos negativos da concentração de terras e poder. A região é o lar de comunidades ribeirinhas e camponesas que por muitas gerações viveram em harmonia com a terra e as águas – por meio da pesca, da agricultura e da caça, preservado rios e o cerrado. No entanto, a chegada de grandes fazendas do agronegócio nos anos 1970 deu início a uma guerra silenciosa e perigosa pelo controle dos recursos naturais.

Os conflitos atingiram o ápice em 2017, quando mil pessoas do município de Correntina ocuparam uma fazenda local e danificaram as máquinas para denunciar o uso abusivo de água pela propriedade. Enquanto toda a população de Correntina usa aproximadamente 3 milhões de litros de água por dia, uma única fazenda retira diariamente 106 milhões de litros de água dos rios da região. Essa quantidade equivale ao que a fazenda tem permissão legal para utilizar, mas não há mecanismos de fiscalização e controle

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente com o título “ACT Alliance Brazil Forum: agribusinesses are threatening access to water, while authorities keep silent”. Disponível em: <<https://actalliance.org/act-news/act-alliance-brazil-forum-agribusinesses-are-threatening-access-to-water-while-authorities-keep-silent/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

sobre esse limite. As autoridades públicas estão em silêncio sobre o assunto e as comunidades seguem sem respostas – enquanto isso, os rios estão secando e a população enfrenta períodos de seca.

O Fórum Ecumênico ACT Brasil realizou uma Missão Ecumênica para avaliar o impacto sobre as comunidades e os recursos hídricos. A missão, coordenada pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), aconteceu entre 3 e 5 de outubro de 2019. Um grupo de setenta missionários e missionárias de igrejas, organizações baseadas na fé, movimentos sociais e agências de cooperação internacionais, incluindo membros da Aliança ACT Christian Aid, Koinonia, Fundação Luterana de Diaconia, se reuniram na região para: *prestar solidariedade* e apoio às comunidades atingidas, *denunciar* o modelo predatório com que as águas da região vêm sendo utilizadas pelo agronegócio, *sensibilizar* as igrejas e a sociedade civil para os desafios ambientais que envolvem o direito à água, terra e território, despertar para a responsabilidade com a Casa Comum, e cobrar ações do Estado na resolução dos conflitos socioambientais, territoriais e hídricos no Oeste da Bahia.

Durante a missão de três dias os participantes participaram de uma audiência pública com a Promotoria Pública Estadual, onde a população local expressou suas preocupações, visitaram comunidades afetadas pelas secas e grilagem ilegal para avaliar os danos e coletar dados, e celebraram uma missa ecumênica com clérigos e clérigas de distintas denominações.

O movimento ecumênico é um poderoso ator capaz de catalisar iniciativas em defesa das populações mais pobres e vulneráveis do Brasil. No contexto atual, enquanto autoridades promovem o desmonte de direitos sociais, econômicos e humanos, é crucial que o movimento ecumênico levante sua voz para proteger e aliviar o sofrimento dos mais vulneráveis e exigir justiça.



Missão Ecumênica de Correntina

Créditos: Cese/Thomas Bauer.

## CARTA FINAL DO ENCONTRO

V MISSÃO ECUMÊNICA – PELAS ÁGUAS DOS CERRADOS DA BAHIA.  
DAS NASCENTES AO SÃO FRANCISCO: ÁGUAS PARA A VIDA!

Nos dias 3 a 4 de outubro, no oeste baiano, nós, representações de diferentes expressões de fé, provocados e provocadas pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço com o apoio do Fórum Ecumênico ACT-Brasil, realizamos a V Missão Ecumênica com o objetivo de dar visibilidade nacional e internacional aos conflitos relacionados à água.

Nossa missão realizou-se nos dias em que lembramos e celebramos o carisma de Francisco de Assis que reconhecia na Mãe Terra, nossa Pachamama, um ser vivo merecedor de afetos, cuidados e amor. Esta espiritualidade que compreende o ser humano como a parte menor de uma complexa teia de vida é a força que sustenta nossa caminhada missionária.

Fomos impactados e impactadas pelas profecias de denúncia realizadas na audiência pública por mulheres e homens que sofrem os impactos de um sistema capitalista antidemocrático que nega o direito à existência de comunidades tradicionais.

Os clamores que ouvimos denunciaram a expansão dos tentáculos de um sistema explorador que transforma a terra e a água em mercadorias, aniquilando estas duas forças que são expressões do sagrado para os povos tradicionais.

“Todos e todas nós temos a cor da terra na pele” – lembrou-nos uma das mulheres impactadas pelo projeto de desenvolvimento que nega o direito à existência das muitas culturas que formam o cerrado baiano. Todos e todas temos a cor da terra em nossa pele, remete-nos à nossa ancestralidade primordial – Adam – aquele que é da cor da terra.

Pistolagem, grilarem, assédio moral, manipulação de informações, restrição do direito de ir e vir, pressão para deixar suas terras são algumas das violências denunciadas. Identificamos em Barreiras, Correntina, São Desidério, Serra Dourada e outros mu-

nicipios como o agronegócio age na região e em tantos territórios do país, de modo autoritário, agressivo e incapaz de conviver com a diversidade da criação.

A dignidade dos lutadores e lutadoras das comunidades ge-raizeiras, pescadores e pescadoras artesanais e de fundo e fecho de pasto é a força propulsora da capacidade de resistência destas comunidades.

Nós não queremos esmola. Queremos nosso direito à água e o de manter nosso modo de vida tradicional. Esta reivindicação contrastou com as tentativas de agentes públicos darem respostas às demandas apresentadas em um contexto de ausência do Estado democrático de direito e de prevalência da opção por uma política agrária que não reconhece modos tradicionais de vida.

De tudo o que ouvimos e aprendemos cabe-nos compartilhar alguns desafios fundamentais para a região:

1. Que o poder público garanta a titularidade da terra dos povos tradicionais impedindo que o agronegócio e suas milícias privadas se apropriem indevidamente de um território sagrado para os povos tradicionais;

2. Que os órgãos competentes realizem pesquisa sobre o impacto do agrotóxico nos peixes e nos alimentos consumidos pelas comunidades;

3. Garantir mecanismos de efetivo controle social nos processos de outorga;

4. Urgência em reunir diferentes comunidades para a elaboração de uma agenda de ação comum.

Nosso clamor é o clamor de um dos camponeses presentes na audiência pública: Tenha compaixão do camponês e tenha compaixão da Terra e das Águas!

“Das nascentes ao São Francisco, águas para a vida”.

Correntina, Brasil, outubro de 2019.



## GUIA PRÁTICO PARA INCIDÊNCIA PELA ÁGUA

Kátia Visentainer (PAD)

*Advocacy* é um conjunto de ações desenvolvidas para influenciar os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e a sociedade, na formulação, aprovação e execução de políticas governamentais. Na atualidade, é utilizado como sinônimo de defesa e argumentação em favor de uma causa. É um processo de reivindicação de direitos que tem por objetivo influir na formulação e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população.

### QUEM FAZ ADVOCACY?

Quem faz, em geral, utiliza-se o termo *advocacy* para descrever as ações de pressão realizadas por organizações da sociedade civil que representam determinada causa. Desse modo, é fundamental que a organização tenha legitimidade perante o grupo que pretende representar.

Tal credibilidade pode ser angariada por meio de maior envolvimento com o público interessado, compromisso com as demandas deste, transparência em suas ações e estratégias de *advocacy*, integração entre dirigentes, membros e grupo de interesse e utilização de informações e argumentos confiáveis na apresentação de propostas aos cidadãos.

#### COMO EXERCER O *ADVOCACY*?

O modo como o *advocacy* ocorre varia conforme as possibilidades presentes no contexto político em que o grupo se insere. Cada país, por exemplo, possui sua própria legislação quanto à participação popular na formulação de políticas públicas, limitando ou aumentando os meios pelos quais os cidadãos podem, legalmente, colaborar para a modificação das leis do Estado. Alguns exemplos de *advocacy* são:

- Pressão junto a tomadores de decisão.
- Participação institucional (em conselhos, comitês, fóruns, campanhas cívicas).
- Manifestações, protestos e greves.
- Educação de grupos de interesse.
- Propostas de modificação na legislação.

#### COMO REALIZAR UMA CAMPANHA DE *ADVOCACY*

##### *Primeiro Passo*

Qual é o problema?

- Identifique o problema.
- Por que atacar este problema em vez de outros?
- Quais as prioridades deste problema?
- Uma análise resumida do problema.
- Quais são seus pareceres sobre o problema?  
Por que você está preocupado com este assunto?  
Qual é a sua ordem do dia?  
Quais são os outros pontos de vista existentes sobre esse problema? Você consultou homens e mulheres?

Quais interesses são contentados por cada ponto de vista?  
Quais interesses você acha que está atendendo?

### *Segundo Passo*

Como você pode descobrir mais sobre esse problema?

- Colete informações sobre o assunto dentro de seu contexto local e nacional.
- Pesquise sobre exemplos regionais e internacionais semelhantes.
- Esteja familiarizado com as políticas, normas e diretrizes em vigor.
- Encontre precedentes em outros contextos.

### *Terceiro Passo*

Qual a visão de sua campanha?

Quais são as metas ao longo do caminho?

- À luz de sua pesquisa, você ainda mantém suas posições iniciais sobre o problema?
- Estabeleça itens não-negociáveis.
- Identifique claramente suas metas. Foque nos pequenos passos.

### *Quarto Passo*

Identifique os atores.

- Quem você quer atingir?

- Quem tem o poder?
- Quais são seus aliados?
- Quais são seus oponentes?

### *Quinto Passo*

Qual estratégia você vai usar para atingir suas metas?  
Faça um plano de ação (incluindo algumas ou todas estas táticas):

- Considere quais recursos humanos e financeiros você tem à disposição.
- Forme um comitê de campanha com diversidade de gênero e subcomitês relevantes.
- Construa alianças com outros grupos de interesse que são potenciais parceiros nessa campanha:
  - \* crie aliados e estude como interagir com eles;
  - \* crie *e-groups* (grupos eletrônicos de discussão);
  - \* mobilize pessoas que você identificou como atores.
- Capte recursos.
- Compartilhe informações. Crie um informativo ou um boletim.
- Nomeie um porta-voz e identifique pessoas carismáticas que vão, publicamente, se associar à campanha.
- Consiga cobertura da imprensa:
  - \* envie *releases*;
  - \* redija cartas aos editores dos veículos de comunicação;
  - \* publique artigos na imprensa;
  - \* veicule anúncios;
  - \* conceda entrevistas às emissoras de rádio e televisão;
  - \* faça cartazes;
  - \* crie músicas de protesto.
- Consiga atenção do público:

- \* camisetas
- \* adesivos
- \* botons
- \* murais
- \* organize encontros e fóruns públicos
- \* realize protestos públicos – considere usar práticas pouco comuns
- Identifique pessoas-chave e desenvolva estratégias para influenciar o governo e outros setores.
- Aproxime-se de seus oponentes promovendo, por exemplo, debates públicos.
- Lide com ataques e contra-argumentos dos oponentes.
- Avalie os potenciais riscos e consequências.

### *Sexto Passo*

Como você monitorará e avaliará o sucesso de sua campanha?

- Relate o andamento da campanha.
- Arquive todos os resultados da campanha (fotos, recortes de jornais etc.).
- Considere mudanças de rumo quando for necessário.
- Avalie seus resultados e fracassos de acordo com as metas estipuladas.
- Como você vai fortalecer sua campanha e levá-la adiante?

## FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO

*O que são os meios de comunicação e qual a sua importância em advocacy?*

Os meios de comunicação compreendem desde plataformas tradicionais como rádio, televisão, jornais e revistas até os meios eletrônicos, como *e-mail*, internet, redes sociais e blogues. É uma força poderosa capaz de conscientizar, sensibilizar a opinião pública e influenciar decisores e suas decisões, levando a mudanças nas leis, políticas e práticas. Usando corretamente os meios de comunicação, e integrando as atividades de mídia com a estratégia geral de *advocacy*, podemos potencializar significativamente o nosso trabalho de *advocacy* e aumentar as chances de gerar as mudanças almejadas.

*Onde estão as oportunidades para trabalhar com os meios de comunicação em advocacy?*

Há cada vez mais opções abertas para trabalhar com os meios de comunicação, dentre elas:

## Escritos

- Notas à imprensa.
- Cartas ao editor de um jornal ou revista local ou nacional – a seção de cartas é frequentemente uma das mais lidas de um jornal, e uma carta cuidadosamente redigida, com poucos parágrafos, pode ser especialmente eficaz em transmitir as principais mensagens de *advocacy* e cobrar medidas concretas.

- Artigos para jornais ou revistas – sempre têm um forte apelo em nível pessoal. São frequentemente relacionados à história pessoal de alguém, um único tópico e momentos específicos no processo de *advocacy*, e não precisam necessariamente estar relacionados a uma notícia atual.
- Blogues escritos do ponto de vista pessoal, ou em nome do líder de nossa organização, para o site da nossa organização ou para um site de imprensa. Informações contextualizadas sobre o tema para jornalistas (considerando que podem não ter tempo para fazer uma pesquisa aprofundada por conta própria).

#### Audiovisuais:

- Entrevistas em rádio;
- Entrevistas na televisão;
- Ligar para um programa de rádio;
- Programas de rádio ou televisão, incluindo a produção de programas regulares no idioma local, ou a inserção do tema nos roteiros de novelas ou em outros programas populares.
- Postar vídeos em redes sociais, ilustrando a forma como as comunidades foram afetadas por uma questão de *advocacy*.

#### Relacionais:

- Organizar um café da manhã ou almoço para jornalistas e convidá-los para conhecer uma iniciativa de *advocacy*.
- Convidar um jornalista para um evento ou para conferir a situação de uma das comunidades afetadas por uma questão de *advocacy*.
- Organização de eventos conjuntos com a imprensa.
- Trabalhar com as mídias sociais em conjunto com os meios de comunicação tradicionais, para compartilhar histórias

e construir relacionamentos com jornalistas-chave. Não é uma lista exaustiva. Novas formas de trabalhar com os meios de comunicação continuam a ser identificadas e desenvolvidas, sendo importante manter a mente aberta e usar diferentes métodos de engajamento.

### *O que são mensagens de mídia e como são elaboradas?*

Uma mensagem de mídia é o ponto mais importante que queremos que o entrevistador e o público captem com o trabalho com os meios de comunicação. É o ponto-chave que é destacado, seja qual for o meio de comunicação escolhido.

Por exemplo, na mensagem de mídia podemos querer que o governo tome determinadas medidas (ex.: aprovar uma lei, garantir acesso a água em determinada região), ou chamar atenção para determinada situação (ex.: aumento no tráfego de crianças em regiões pobres do país), ou destacar uma notícia positiva sobre um episódio de sucesso (ex.: uma cooperativa de mulheres construir uma escola conjuntamente).

É importante saber o que queremos transmitir em nossa mensagem de mídia, e ela deve ser coerente e alinhada com as mensagens de *advocacy* usadas no *lobby* e na mobilização.

A maioria das pessoas não consegue reter mais de três informações por vez. Assim, para formular uma boa mensagem de mídia, pense em termos de 3: A mensagem não deve ter mais de três pontos principais.

### Características

A nossa mensagem deve ser clara, concisa e ilustrativa, dando exemplos vívidos e pintando um retrato da situação. Lembre-se da regra RFC:

- *Reconhecer* a pergunta (“Sim, é um ponto importante”)
- *Frase-ponte* (“Mas o problema fundamental, na realidade, é...”)
- *Comunicar* (“A real questão é...”)

Lembre-se: evite jargões e siglas. Use imagens de forma honesta e respeite a dignidade de quem elas retratam.

Convém resumir a(s) nossa(s) mensagem(ns) principal(is) em uma ou duas frases para termos certeza em relação àquilo que queremos transmitir.

Devemos sempre procurar usar uma linguagem acessível. Para isso, podemos nos fazer a pergunta: “alguém que desconhece esta questão entenderá esta mensagem?”

Quanto mais clara a mensagem principal, mais fácil será incluí-la em nosso trabalho com os meios de comunicação, e maior a probabilidade de a imprensa cobrir a matéria da forma como queremos.

### *Qual a boa prática para trabalhar com os meios de comunicação em advocacy?*

Apontamos a seguir alguns princípios testados e comprovados, seja na comunicação escrita ou verbal, ao vivo ou gravada.

#### Entenda o objetivo

Por que queremos cobertura na imprensa? Destina-se a decisores ou a um público mais amplo? Serve para conscientizar ou exercer pressão sobre decisores para promoverem mudanças em leis, políticas ou práticas?

### Use mensagens de mídia que sejam claras

Quais as mensagens específicas que queremos transmitir? Podemos sintetizá-las em três principais pontos? São claras, concisas e ilustrativas?

### Dirija a comunicação a veículos-chave

Se a nossa mensagem de *advocacy* se dirige ao governo, devemos dirigi-la a veículos de comunicação de grande expressão e/ou que cheguem às autoridades governamentais. Às vezes, o acesso a esses veículos é mais difícil, mas vale a pena correr atrás de contatos uma vez que podem aumentar o impacto do trabalho de comunicação. Ou então, se a nossa mensagem de *advocacy* tiver um foco puramente religioso, a cobertura em veículos cristãos pode ser nosso principal objetivo.

### Dirija a comunicação a pessoas-chave

Para usar corretamente os meios de comunicação, precisamos manter bons relacionamentos com pessoas que cobrem assuntos do nosso interesse e, se possível, que simpatizem com a nossa causa. Como organização, é importante procurar ser conhecida como especialista na questão e formar contatos pertinentes na imprensa.

### Tente enxergar a questão do ponto de vista da imprensa

Precisamos nos perguntar: por que isto é noticiável? O que será capaz de chamar a atenção das pessoas? Qual será a provável reação?

## Lembre-se que não existem notícias sem qualquer tendenciosidade

A maioria dos veículos de comunicação tem valores que os regem: políticos, religiosos, relacionados à pobreza etc. Precisamos saber quais são essas tendenciosidades antes de procurá-los, para termos uma boa compreensão de suas perspectivas em relação à nossa questão.

## Use “ganchos”

É interessante tentar fazer com que histórias ou eventos pertinentes em nosso trabalho de *advocacy* peguem carona em matérias na imprensa. Por exemplo, você pode usar o Dia Internacional dos Direitos da Criança como gancho para matérias sobre o *advocacy* em prol dos direitos da criança.

## Uso das mídias sociais e digitais

O uso das mídias sociais e sites para postar vídeos podem ser úteis para reunir e divulgar histórias, depoimentos, clipes e outros materiais. Também podem ser úteis para construir relacionamentos com jornalistas e formadores de opinião. As mídias digitais podem ser úteis para o registro e divulgação de dados

## Mensagens de mídia escritas

Uma forma de divulgar uma mensagem de mídia é através de nota à imprensa. São enviadas a contatos na imprensa para tentar divulgar a questão no rádio, em veículos impressos e eletrônicos e na televisão.

É uma das formas mais comuns de divulgar informações à imprensa. Ocorre que a imprensa recebe muito mais informações e histórias do que é capaz de noticiar e, por isso, as notas à imprensa

devem ser interessantes e relevantes para que chamem a atenção. Caso contrário, serão ignoradas. Também devem ser divulgadas através de redes sociais, sites, e-mail, textos e qualquer outro meio adequado.

Os estilos e o foco das notas à imprensa variam dependendo do meio de comunicação, sendo que todas têm algumas características em comum. Sempre responda às perguntas a seguir:

- O que está acontecendo / aconteceu? **A história jornalística**
- Quem, onde e quando? **Os fatos**
- Por que está acontecendo / aconteceu? **A análise**
- Como isso afeta as pessoas e por que é importante?  
**A relevância**
- O que precisa acontecer agora? **O pleito de *advocacy***

Inclua as informações básicas nos primeiros parágrafos (o quê, quem, onde e quando). Inclua uma citação direta de um porta-voz e um exemplo ou uma história. A citação frequentemente é de algo dito por um diretor da organização ou por alguém afetado pela situação.

Deve ser concisa e transmitir a principal mensagem de *advocacy*. Aplique a pergunta “E daí?” à nota.

Por que isto é interessante ou relevante para o público em geral? Por que alguém iria querer ler o que diz? Inclua boas fotografias, se possível, pois podem aumentar expressivamente as chances de cobertura em um jornal e na Internet.

Certifique-se de que os fatos estejam corretos e inclua seus dados de contato e outras informações na parte inferior da nota à imprensa, bem como quaisquer informações e dados estatísticos adicionais. Depois de enviar a nota, entre em contato com o destinatário para saber se ele pretende noticiar a história ou se gostaria de receber outras informações.

## BIBLIOGRAFIA

## CAIS

*Incidência política das organizações da sociedade civil: contexto, experiências, referenciais e desafios. Processo de formação em incidência política e sistematização de experiências (2014-2016)*. Brasília: Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativas Sociais, 2017.

## TEARFUND

*Advocacy Toolkit. Roots (Resourcing Organisations with Opportunities for Transformation and Sharing). Roots 1 and 2*. Teddington: Tearfund, 2015. Disponível em: <[https://learn.tearfund.org/~media/files/tilz/publications/roots/english/advocacy\\_toolkit/second\\_edition/tearfundadvocacytoolkit.pdf?la=en](https://learn.tearfund.org/~/media/files/tilz/publications/roots/english/advocacy_toolkit/second_edition/tearfundadvocacytoolkit.pdf?la=en)>. Acesso em: 30 jan 2020

## WATSON, Joanna

*Kit de ferramentas de advocacy*. 2. ed. Curitiba: Esperança, 2015.



## AÇÃO ECUMÊNICA E ÁGUA COMO BEM COMUM

Beatriz Leandro

*Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra.*

(Gênesis 2, 7)

*O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta;*

*o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos.*

(Encíclica *Laudato Si'*, 2)

Embora o movimento ambientalista não seja um movimento religioso, há vários pontos de contato: ambos têm a percepção de que a natureza e a humanidade são mais do que um conjunto de propriedades materiais, e, portanto, têm uma forte rejeição à visão materialista dominante (LISBOA, 2009, p. 101). Participantes da ECO-92 comentaram que o evento mais simbólico da conferência ambiental foi a vigília inter-religiosa da qual participaram Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Helder Câmara e o Dalai Lama. Reconhecendo a dívida da nossa civilização tecnológica para com as comunidades tradicionais, se fortaleceu igualmente a aliança

entre o movimento ambientalista, religioso e os povos indígenas (LISBOA, 2009, p. 105).

Leonardo Boff foi um dos primeiros teólogos que integrou a ecologia na religião, articulando a questão do pobre e do oprimido à agressão ecológica por serem vítimas do mesmo sistema econômico. Em seu livro, *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres* (1995), ele afirma que tanto a religião como o discurso ecológico têm algo em comum: partem de duas chagas que sangram. A primeira, a chaga da pobreza e da miséria, rompe o tecido social dos milhões de pobres no mundo inteiro. A segunda, a agressão sistemática à Terra, desestrutura o equilíbrio do planeta, ameaçado pela depredação feita a partir do tipo de desenvolvimento montado pelas sociedades contemporâneas. Ambas as linhas de reflexão partem de um grito: o grito dos pobres por vida, liberdade e beleza (...) e o grito da Terra que geme sob a opressão” (BOFF, 1995). De acordo com uma matéria divulgada pelo *Uol* (NO VATICANO, 2014), o Papa Francisco consultou Boff, em 2014, para a elaboração da Encíclica *Laudato Si'* (LS).

Diz-se que a ciência, em princípio, nega a religião. Mas a religião existe. Constitui-se num sistema de fatos dados. Em uma palavra: ela é realidade. Como poderia a ciência negar tal realidade? (DURKHEIM, 1996).

O uso predatório da natureza foi intensificado com a expansão do capitalismo mercantilista – as descobertas, o desenvolvimento de um mercado mundial e a Revolução Industrial. As relações de capital, trabalho e poder se movem historicamente *através*, e não em torno da natureza: a modernidade não age sobre a natureza, mas se desenvolve através da rede da vida (*web of life*). Moore (2012) chama esta síntese de “ecologia-mundo” capitalista.

Essa lógica levou as populações dominantes a oprimir os marginalizados e a depredar a Terra. A razão tornou-se a única forma

de acessar a realidade, assumiu o comando do mundo e enrijeceu o saber (SERRES, 2003, p. 83). O método da ciência moderna, proposto por Bacon e Descartes, foi a de subjugar a natureza, de onde viemos, com práticas que isolam, extraem, delimitam, eliminam e separam (LISBOA, 2009, p. 37). Bacon acreditava no mecanicismo como a supremacia do homem: “obedecer a natureza é comandá-la” (1979). Com Descartes, os homens foram “certificados de que nossa missão é dominá-la, sujeitá-la, conquistá-la” (MORIN, 1975, pp. 20-21). Sloterdijk (1993, p. 48) aponta uma “catástrofe antropológica” da grande civilização, “destruidora de almas”. Ou o “excesso antropocêntrico” dos tempos modernos (LS, 116).

Em 2008, a Conferência de Lambeth<sup>1</sup> acolheu o entendimento integral da natureza como presente de Deus que deve ser protegido, e não saqueado. Os bispos anglicanos repudiaram a interpretação feita do Gênesis, que convidava o homem a dominar a terra para favorecer a exploração selvagem da natureza:

Em Gênesis 1:28 as palavras ‘dominar’ ou ‘subjugar’ foram mal interpretadas como ‘faça o que quiser com a terra’. Se a humanidade é feita à imagem de Deus, a humanidade precisa aprender a cuidar de Sua criação (ANGLICAN PROVINCE OF SOUTH AMERICA, 2018, p. 19 [tradução nossa]).

Sete anos depois, o Papa Francisco também condenou a interpretação errônea desta mesma passagem da Bíblia. Ele diz que os cristãos entenderam erroneamente as escrituras ao deduzir que,

---

<sup>1</sup> Assembleias dos bispos, autoridades eclesiásticas anglicanas. Ocorrem a cada dez anos desde 1867. Durante as Conferências são debatidas resoluções que irão pesar sobre a doutrina anglicana em todo o mundo. Na edição de 2008, algumas resoluções importantes alertavam a Comunhão para os ensinamentos dos povos indígenas.

se fomos criados à imagem de Deus e “com o mandato de dominar a terra”, isto equivaleria a um domínio absoluto sobre as outras criaturas (LS, 67). “Não temos o direito de o fazer” (LS, 33).

Tudo está relacionado, e todos nós, seres humanos, caminhamos juntos como irmãos e irmãs numa peregrinação maravilhosa, entrelaçados pelo amor que Deus tem a cada uma das suas criaturas e que nos une também, com terna afeição, ao irmão sol, à irmã lua, ao irmão rio e à mãe terra (LS, 92).

Ou: “nada de irmãos sem mãe” (MORIN, 2011, p. 165).

Em 1979, o filósofo alemão Hans Jonas escreveu *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. No livro, ele afirma que a ética tradicional sempre foi antropocêntrica (JONAS, 2006, p. 35). Frente ao poder crescente e excessivo do homem, era cada vez mais necessário estabelecer “freios normativos” para a ciência e a tecnologia. Ao pensar nas gerações futuras, ele propõe um novo imperativo: “age de modo a que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica na Terra” (JONAS, 2006, p. 47). Quarenta anos depois da obra de Hans Jonas, na cerimônia de abertura da Cúpula do Clima da ONU, em setembro de 2019, em Nova Iorque, a ativista ambiental sueca Greta Thunberg perguntava aos adultos: “você vem até nós, os jovens, em busca de esperança. Como ousam? Nossa casa está em chamas” (ORENSTEIN & MAMMI, 2019).

A Aliança das Igrejas Presbiterianas e Reformadas da América Latina (Aipral) preparou um instrumento pedagógico sobre as mudanças climáticas e o acesso à água potável. O livro *Ainda há tempo* infunde reflexões sobre como a criação de Deus é influenciada pelas práticas humanas, pelo consumismo, pela ganância e pela falta de responsabilidade em relação ao dom de uma casa comum.

As principais organizações de ciência do clima do mundo produziram um relatório histórico intitulado *United in Science*, que analisa o período 2015-2019. Eles destacaram a crescente lacuna entre as metas do Acordo de Paris e a realidade. Em resumo, eles atestaram que a temperatura média global é a mais quente já registrada (IPCC, 2019a); a quantidade de gelo perdida na Antártica aumentou seis vezes entre 1979 e 2017 e os níveis dos principais gases de efeito estufa atingiram novos picos. Esses documentos foram apresentados na Cúpula do Clima da ONU, que aconteceu em setembro de 2019. Os três relatórios especiais do IPCC, lançados em 2018 e 2019, avaliaram aspectos complementares.

Para Andrés Kogan Valderrama (2019), sociólogo e editor do Observatório Plurinacional de Águas no Chile, precisamos de novas “Gretas ecoterritoriais” para enfrentar o extrativismo imperante e possibilitar a articulação com outras lutas. Devemos somá-las a outras vozes críticas, como é o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pró Índio de São Paulo (CPI), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi); a Comissão Pastoral da Terra (CPT); a Via Campesina; a Marcha Mundial das Mulheres; a Terra de Direitos; a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq); a Comissão de Justiça e Paz; o Crea; o Instituto Ecumênico de Teologia; a Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam), a Rede Ecumênica da Água, entre outros.

Por esse motivo, temos que honrar a memória histórica das lutas socioambientais feita por pessoas que perderam a vida para defender os territórios: Berta Cáceres, Chico Mendes, Sabino Romero, Camilo Catrillanca, Isidro Baldenegro, Macarena Valdés, Sami Flores, Alejandro Castro, Emilsen Manyoma, Laura Vásquez, entre outros tantos anônimos.

Durante a Cúpula do Clima da ONU foi lançada a campanha Fé pelas Florestas. Trata-se de um movimento global de ativismo de organizações religiosas em prol da justiça climática. Endossada por mais de 900 lideranças religiosas de 125 países e representando

uma rede de mais de um bilhão de pessoas, a campanha Fé pelas Florestas tem como objetivo impulsionar, com novos aliados, os esforços de proteção florestal. O coordenador da iniciativa na ONU Meio Ambiente, Iyad Abumoghli, afirmou na ocasião: “o poder das organizações religiosas na proteção de florestas ainda é inexplorado” (ONU BRASIL, 2019).



Celebração Inter-religiosa pelo Clima

Créditos: LWf/Albin Hillert.

## ÁGUA: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS

Muitos casos de destruição estão relacionados com a água. A água é o elemento central para o batismo, o sacramento de uma nova vida. Este é um lembrete de que somos responsáveis por aqueles que ainda não nasceram para garantir as condições para sua vida e prosperidade. A Igreja, assim como as províncias e as dioceses, poderiam se concentrar em uma única grande campanha - o direito humano à água (ANGLICAN PROVINCE OF SOUTH AMERICA, 2018, p. 19 [tradução nossa]).

Segundo a ONU, cerca de 30% da população mundial – 844 milhões de pessoas – não tem acesso adequado à água limpa e a serviços de saneamento. Até 2050, a população global terá aumentado em dois bilhões de indivíduos, e a demanda por água poderá crescer até 30%. A agricultura é responsável por 70% do consumo de recursos hídricos ainda que ocupe em torno de 10% dos territórios. O campo é seguido pela indústria, que responde por 20% da água utilizada em atividades humanas. As atividades extrativas tais como as grandes barragens e usinas hidroelétricas constituem uma apropriação privada da água e provocam estragos socioeconômicos e ecológicos. O uso doméstico representa apenas 10% do consumo total, e a proporção de água potável que é bebida pela população equivale a menos de 1%. (ONU Brasil, 2018; ATALC, 2016).

A água configura-se, neste cenário, no motivo primeiro e mais básico de desigualdade. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pela ONU em setembro de 2015, estabelece o 6º Objetivo:

**6.3** Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação

de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas [...];

**6.4** [...] reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água;

**6.a** Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento [...];

**6.b** Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais... (ODS, 6).

O Stockholm International Water Institute (SIWI), a Global Water Partnership (GWP) e a UN Inter Agency Task Force on Religion and Development (UNIATF) enfatizaram o envolvimento das comunidades religiosas na questão da água e a importância delas na consolidação do ODS 6 (ECUMENICAL WATER NETWORK, 2018). Desde 2006, o Conselho Mundial de Igrejas promove a Rede Ecumênica da Água, com o intuito de promover a preservação, o manejo responsável e a distribuição igualitária de água para todos, entendendo água como um presente de Deus e direito humano (OIKUMENE, 2006). A Declaração da Assembleia da Rede Ecumênica da Água (OIKUMENE, 2006) consolidou o apoio a iniciativas comunitárias e o fortalecimento do controle social local na gestão dos recursos hídricos e na prevenção da exploração dos mesmos para fins comerciais. A Rede também instou os governos a priorizar e alocar fundos para programas destinados a fornecer acesso à água a comunidades locais.

Em uma declaração contundente em 2019 condenando os incêndios na Amazônia, o ex-bispo de Canterbury e presidente do conselho da Christian Aid, Rowan Williams, afirmou a necessidade de “ouvir com atenção redobrada as vozes das pessoas que chamam a floresta de lar – vozes deliberadamente silenciadas”. Williams também disse que a preocupação com a sobrevivência e o bem-estar dessas comunidades “deve vir antes da ânsia por ‘desenvolvimento’ que só serve a uma sanha por consumo” (WILLIAMS, 2019).

Na mesma linha, o Papa Francisco também chamou a atenção dos chefes de Estado para a “elite onipotente e egoísta” que despreza os recursos naturais sagrados. Pediu o respeito e acolhimento dos “pobres, dos idosos, das crianças, dos doentes, dos nascituros, dos desempregados, dos abandonados, daqueles que são vistos como descartáveis” pela mesma elite mundial (PAPA FRANCISCO, 2015b).

A escassez da água – exacerbada pela mudança climática e por desastres relacionados à água – pode causar tensões que podem se tornar conflitos violentos entre pessoas, comunidades e países. Nesse sentido, o ODS 6 também é importante para prevenir conflitos e manter a paz.

Muitas vezes, a defesa da água frente à contaminação é a motivação de resistências comunitárias ao avanço de atividades extrativas. Um mapa colaborativo<sup>2</sup> identifica conflitos ambientais em todo o mundo. É notável como muitas vezes os conflitos em torno da água, da mineração, do petróleo e do agronegócio, por exemplo, estão sobrepostos. De acordo com os Amigos de la Tierra América Latina y el Caribe (Atalc), atualmente existem cerca de trezentos conflitos socioambientais identificados pelo mapa na América Latina (PASSOS, 2018)<sup>3</sup>. É necessário ressaltar que muitos casos não estão documentados, e a estimativa é de que este número seja muito superior.

---

2 Ver: Environmental Justice Atlas. Disponível em: <<https://ejatlas.org/>>. Acesso em 3 fev 2020.

3 O levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) indica o aumento de 40% dos conflitos por água no Brasil em 2018 em relação a 2017. Mais de 60% dos conflitos pela água foram protagonizados por mineradoras. De 33 conflitos, 17%, aconteceram no contexto das hidrelétricas; em outros 26 conflitos, 13%, ocorreram em áreas dominadas por fazendeiros. Ver também: SAMPAIO, 2019; MACIEL, 2018.

A lógica da extração da força de trabalho e da natureza não é nova. Historicamente, o desenvolvimento da mineração no mundo está associado à colonização e ao imperialismo (SOF, 2014). As estratégias da ocupação dos territórios pelos projetos de mineração desarticulam a economia local e esgarçam o tecido social e ecossistemas. As empresas disputam e contaminam os recursos naturais e causam erosão, desmatamento, desertificação e assoreamento das terras. Os resíduos tóxicos usados na extração de minérios como o ouro poluem rios, solos e o ar.

A fim de acelerar os esforços para enfrentar os desafios relacionados à água, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2018-2028 como a Década Internacional de Ação “Água para o Desenvolvimento Sustentável”<sup>4</sup>. A Década começou no Dia Mundial da Água em 22 de março de 2018 e terminará no Dia Mundial da Água, 22 de março de 2028.

Em consonância direta com o ODS 6, de utilizar a cooperação internacional e apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, a Christian Aid vem trabalhando com igrejas, organizações baseadas na fé e movimentos sociais para ampliar o engajamento ecumênico pela água no Brasil. Nesse sentido, foram desenvolvidos estudos de caso (Parte II desta publicação) para maior compreensão das dimensões dos conflitos pela água no país. Os estudos são representativos de situações que se repetem em diversos estados brasileiros e são o reflexo de estruturas políticas e econômicas onde os direitos das comunidades são violados e preteridos por interesses privados.

---

<sup>4</sup> Para saber mais, ver: International Decade for Action on Water for Sustainable Development, 2018-2028. Disponível em: <<https://www.un.org/en/events/water-decade/>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

## COSMOGONIAS: A DIMENSÃO ESPIRITUAL DA ÁGUA

A água, o alimento e a justiça climática são a chave para um futuro sustentável. Rede Ecumênica da Água do Conselho Mundial de Igrejas (CMI).

Do Senhor é a Terra e tudo o que nela existe, o mundo e os que nele vivem; pois foi Ele quem fundou-a sobre os mares e firmou-a sobre as águas (Salmos 24:1,2).

Em maio de 2018, em Lima, a sessão sul-americana da Igreja Anglicana promoveu o encontro “Climate Change and the Church”. Os bispos resgataram o parágrafo 62 da resolução da Conferência Lamberth de 2008:

Os povos indígenas têm um entendimento da Terra como um presente do Criador e que seu relacionamento com ela e suas criaturas são interconectados pelo cuidado responsável. Os povos indígenas nos lembraram que não somos estrangeiros em um deserto a ser conquistado, mas partes integrais da ordem criada, assim como plantas e animais, que devem ser estimados e nutridos. A Rede Indígena Anglicana pode fornecer bons elementos para a Comunhão desenvolver essas ideias mais plenamente (ANGLICAN PROVINCE OF SOUTH AMERICA, 2018, p. 19 [tradução nossa]).

No contexto do Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama), em abril de 2018 em Brasília, a Christian Aid organizou o Seminário Ecumênico “Água como bem comum: desafios para os povos da América Latina e Caribe”. A pastora Romi Bencke (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e secretária-geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil – Conic) pontuou os objetivos do encontro:

- Sistematizar informações para atuação das organizações ecumênicas no tema da água na América Latina e no Caribe;
- Estabelecer uma conexão entre estratégias locais e incidência internacional;
- Ampliar a coordenação entre as organizações ecumênicas e oferecer insumos para uma declaração regional ecumênica sobre a água.

No seminário foi possível compartilhar o significado da água na cosmogonia dos povos originários, assim como o poder de destruição das transnacionais na cultura e natureza.

O antropólogo Lévi-Strauss, estudioso dos mitos dos povos ameríndios, se surpreendeu que povos tão afastados – da América do Sul à do Norte – puderam elaborar narrativas míticas que se conectam em tantos pontos (BASQUES, 2012). Os mitos, aferiu, se pensam entre si ao mesmo tempo em que pensam a sociedade de onde provêm. No entanto, os mitos não pertencem a uma única sociedade, pois viajam entre elas e, assim, se transformam. A seguir veremos alguns mitos dos povos originários dos participantes relacionados à água e à organização da vida.

A teóloga metodista aimara, Vicenta Mamani (Instituto Ecumênico de Teologia – Iseat, Bolívia), expôs o conceito da água no mundo andino na cosmovisão Aimara:

Na cultura Aimara nós dizemos que a água é o leite da mãe Terra ou também dizemos que é o sangue da mãe Terra ou a veia da mãe Terra. Portanto o presente de Deus. A água é o dom gratuito de Deus.

Para os Aimara, a água está em três espaços: acima do céu, junto às nuvens e na Terra sob a forma da chuva (transformada, por sua vez, em rios, lagos e oceano. Por isso é tida como “água da vida”). Guarda-se a água em tinhas de cerâmica porque ela respira, dá ener-

gia e tem seu próprio espírito (*Umamace*). A água cura. Logo, era interdito “aprisionar” o espírito da água em uma garrafa.

A água é utilizada tanto para consumo como para banhos com ervas naturais para tirar as más energias, problemas circulatórios e mesmo para sintomas da menopausa. Os sonhos com a água são simbólicos e proféticos: a água cristalina significa saúde; atravessar um rio quando se está doente significa cura e esperança; águas turvas anunciam doenças e penas.

O governo anterior a Evo Morales tentou privatizar a água e todo o povo se levantou (“a guerra da água”). O povo expulsou engenheiros das transnacionais “com paus e pedras” e conquistaram o direito humano à água – que não se pode ser privatizada. No entanto, o rio que corta seu povoado, o Suches – assim chamado por causa do peixe suche –, era cristalino e a comunidade utilizava o rio para consumo e para os animais. Desde a implantação de uma mineradora o rio já está quase morto. Já não há peixes e a contaminação está chegando ao lago Titicaca.

O Padre Justino Resende (Rede Eclesial Pan-Amazônica – Repam, Brasil) é do grupo Tukano. Para seu povo, as histórias sagradas relacionam a água como *Opekātaro* (lago de leite). O nome original do seu povo é *Utāpinopona*, “Filho da Cobra de Pedra”, a cobra que os trouxe de dentro da água. A água para eles é “leite da vida”, *Toko Taro*, a origem da vida. Os mesmos nomes, *Opekātaro* e *Toko Taro* são utilizados para se referir ao útero materno. Assim como o útero materno gera vida, assim também o mundo das águas é o útero do Universo. Por causa disto, para eles, foram as mulheres que trouxeram a água para o plano da Terra.

Muitos povos indígenas foram trazidos/levados pelos seres aquáticos: Cobra de Pedra, Piro Porã, Wai Massa. Eles acreditam que Deus está nas águas, pois elas geram vidas, fecundam a criação toda e sacia a sede. As águas são cheias de energias. As águas dos rios, onde ainda existem, correm exuberantes sempre para frente, em diferentes ritmos e seguem seus destinos.

“As águas geram vidas e mortes também, são belas, fortes, traiçoeiras e perigosas também como qualquer um de nós. Água é vida, tem sentimento, fica alegre, fica triste, morre também. Nossos indígenas eram grandes filósofos da compreensão do cosmos. A academia para eles é o Universo, são as florestas, são as águas ensinando. Nós indígenas da região do Alto rio Negro fazemos nossos rituais de acordo com o ciclo da vida humana e da natureza” (Padre Justino Resende).

Lévi-Strauss achou notável que a presença dos brancos tivesse sido tão cedo absorvida por mitos antes de 1500. Ele argumenta que os brancos estavam previstos em uma estrutura constitutiva do pensamento indígena: toda posição é inseparável de sua contraposição. No mito *tupinambá*, a criação dos índios implica a criação dos não índios; ou, tomando-se as coisas pela outra ponta, o fato da existência dos brancos é posto como constitutivo do fato da existência dos índios. As posições de “si” e de “outrem” fluem pelo mito desde muito antes de 1500: criadores e criaturas, humanos e não humanos, parentes e inimigos, e assim por diante. Esta lógica de “abertura ao outro” se manifestou, diz Lévi-Strauss, desde os primeiros contatos com os brancos. Infelizmente, como sabemos, a recíproca jamais veio a ser verdadeira: o outro (nós) tinha toda uma outra ideia do que devia ser o outro (RICARDO, 2000).

Para os Tukanos, os espíritos estão nas águas paradas, nos lagos, nos chavascas, no lodo, nos alagados, nos igapós. Para eles eram seres invisíveis, mas a ciência mostrou que são micro-organismos invisíveis a olho nu, visíveis com microscópios: bactérias, vírus, ácaros, protozoários, algas e fungos. Os mitos indígenas conectam o comportamento humano aos fenômenos cósmicos, astronômicos e meteorológicos. O xamanismo e os rituais servem para assegurar o cuidado e a manutenção de uma ordem cósmica – ou mesmo da condição humana – que deve se manter afinada, como um instrumento musical: em equilíbrio (BASQUES, 2012). Com a degradação

da natureza, os indígenas vêm que eles também morrem pouco a pouco. “Com as águas morrem muitos rituais, muitas as cerimônias, morrem muitos povos”.

Yuri Paulino (MAB) disse que a visão da água como mercadoria mata o meio ambiente e as pessoas que o defendem. Nesta visão há o consumidor, não o povo. Para ele, há que se criar alternativas de contestação ao capitalismo com outras perspectivas de organização da vida. Há que se mostrar que o modo de vida capitalista não é o modo de vida adequado para a humanidade. As experiências reais, ideias e conhecimentos compartilhados se acumulam e apontam para um modelo de outra sociedade, e mostram a resistência contestadora a esse modelo.

“Em Belo Monte lá numa aldeia indígena, numa comunidade... A felicidade de ter 1.000 famílias reconhecidas que agora poderão ter suas casas! Mas a gente sente o fortalecimento porque a gente não está isolado, a gente sabe que, em todos os lugares do mundo, inclusive por conta dessas organizações que estão aqui, nós estamos conectados com outras pessoas que pensam como nós. E isso nos dá uma segurança muito grande para continuar lutando” (Yuri Paulino).

Ana Laura Alvarez (Creas, Argentina) expôs o “ecumenismo prático” que acredita na aprendizagem mútua, na troca de saberes e no compartilhamento da sabedoria ancestral. Como exemplo, discorreu sobre a construção de poços na região do Grande Chaco, a partir de iniciativas comunitárias e impulsionadas pelo Creas e pelo serviço mundial de igrejas.

Veronica Flachier (Rede Ecumênica da Água e CMI, Equador) afirmou que, pela sua identidade andina, teria que pensar além do Cristianismo. A cosmovisão andina interpreta o mundo desde a integralidade, desde a interconexão, desde a interdependência de todos. Opostos se integram para se construir e não para destruir. O

conceito andino de *Pachamama* engloba essa cosmovisão. A palavra *Pachamama* vem de dois vocábulos quíchuas: *pacha*, que significa dono do tempo e do espaço, onde a vida e a história têm lugar. A *Pacha* é tudo o que existe no Universo onde tudo está conectado e entrelaçado, é a realidade sem bifurcações. E *mama* é uma palavra de muitos sentidos semânticos, que se refere ao que nos dá a vida, que nos cura, nos protege e nos alimenta, por isso que o mundo, para os andinos, a *Pachamama* é o princípio que descreve a origem e a preservação da vida em sua máxima expressão. Por isso, a crise da água significa uma profunda crise de valores que a tudo afeta.

Novamente, são as mulheres que mais padecem: são elas que destinam várias horas do dia para obter água pura. É imprescindível reivindicar o sentido da importância que tem o deus Sol, a mãe Terra e a mãe Água para a espiritualidade dos habitantes desta terra americana. A América Latina e Caribe é uma das regiões mais ricas e ao mesmo tempo mais desiguais do mundo. A região sul-americana possui 33% de recursos hídricos renováveis do globo, é a zona de maior disponibilidade de água do mundo. No entanto, a inadequada gestão política impediu o acesso universal à água.

Para regular o controle humano sobre o meio ambiente, Serres (1999) defende estender a contratualidade para a natureza como um adendo ao contrato social. O “contrato natural” seria um manifesto de direitos do meio ambiente para o controle do homem sobre seu controle da natureza. O contrato social para ele ruiu, e abriu-se a *hybris*, ou seja, o descomedimento generalizado e a intolerância.

No Equador e na Bolívia, os princípios do *buen vivir* inspirados nas culturas ancestrais entraram na Constituição. No Equador a natureza aparece como um sujeito de direitos, o que significa uma declaração histórica para o meio ambiente a nível mundial. É necessário destacar que os direitos da natureza em relação aos direitos conferidos à espécie humana gozam a mesma hierarquia e são interdependentes. O *bom viver* é uma proposta que nasce dos

povos originários como estratégia de uma vida em comum. O *bom viver* é uma alternativa que frente as ideias do desenvolvimento, é um conceito de bem-estar coletivo que emergiu com força no discurso pós-colonial. O bom viver é a vida em plenitude, é saber viver em harmonia e equilíbrio com os ciclos da mãe Terra da vida e da história. Implica primeiro em saber viver para depois conviver. Não se pode viver bem se os demais vivem mal ou se causa danos à mãe natureza. Viver bem significa compreender que a deterioração de alguma espécie é a deterioração de um povo.

“O bom viver possui treze princípios, o número 13 coloca a água como mãe e diz: saber dar e saber receber, reconhecer que a vida é a união do mundo de muitos seres e muitas forças, na vida tudo flui, recebemos e damos a interação das duas forças gera vida, tem que saber dar com bênçãos, saber dar agradecendo por tudo o que recebemos, receber o brilho do pai Sol, a força da mãe Terra, fluir como a mãe Água e todos os que a vida nos dá” (Vicenta Mamani).

#### PERSPECTIVAS

“Se eu morrer antes de você, deixo como legado o impossível”. E Darwish pergunta: “Está muito longe o impossível?”, e a voz de Saïd responde: “a uma geração de distância” (PÀL PERLBART, 2018).

Durante o encontro com os povos da Amazônia, em Puerto Maldonado, Peru, o Papa Francisco faz uma inflexão na lógica cartesiana e ocidental ao externar seu desejo de uma Igreja “com rosto amazônico e um rosto indígena” (MIOTTO, 2018). Na ocasião, ele defendeu uma forma de relação com a Amazônia e com a natureza menos

utilitária – algo a ser aprendido com os povos originários. O Papa louvou as práticas de Bem Viver dos povos indígenas, opondo-se ao “neoeextrativismo” e aos “novos colonialismos”, transcrito abaixo:

“Nós, que não habitamos estas terras, necessitamos da sua sabedoria e conhecimento para podermos entrar, sem destruir, o tesouro que esta região encerra. [...] Suas vidas são um grito à consciência de um estilo de vida que não consegue dimensionar seus próprios custos. [...] A Amazônia, mais que uma reserva da biodiversidade, é também uma reserva cultural que deve ser preservada diante dos novos colonialismos” (MIOTTO, 2018).

O *Instrumentum Laboris* do Sínodo diz que o mundo indígena pode ter ressonância e ajudar na conversão ecológica da Igreja e do planeta, uma vez que mostra valores que o mundo moderno não tem. “Trata-se de fazer com que a realidade amazônica saia da Amazônia e tenha repercussão planetária” (INTRUMENTUM LABORIS, 2019, p. 52).

A palavra “sínodo” vem do grego *synodos* e quer dizer “reunião”. Em ato inter-religioso em apoio ao Sínodo da Amazônia (2019), estiveram presentes representantes do judaísmo, da fé evangélica, do budismo, kardecismo e do candomblé. Na ocasião, o relator do Sínodo afirmou:

“Juntos vamos pensar as grandes causas da humanidade. O Sínodo não é fechado, não é exclusivo, ele é inclusivo. A crise amazônica é grave. Vivemos uma grande crise socioambiental” (Dom Claudio Hummes).

Em entrevista concedida ao Conic, durante o Sínodo, o pastor Inácio Lemke faz a seguinte consideração:

“Quando o Papa Francisco convoca o Sínodo, ele o convoca também no sentido ecumênico. Ele chama ao diálogo. O primeiro passo foi ouvir os diferentes povos que habitam este grande território Pan-Amazônico, que abrange países diferentes, e onde habitam milhares de povos, com línguas, costumes, culturas e religiosidades diferentes” (LEMKE, 2019).

O pastor Lemke, presidente do Conic, diz que a vida na Amazônia está ferida, “caída como o assaltado no Evangelho de Lucas (10:25-35), em que todos passam de largo; apenas um samaritano lhe estende a mão e o resgata”. Ele destaca a missão desenvolvida pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) junto aos povos originários, “marcando presença junto aos povos por amor, em convivência”.

De outubro a dezembro de 2019, Igrejas, Conselhos e Organizações baseadas na fé realizaram vigílias ecumênicas pela Amazônia. A ação marcou o lançamento público da declaração “Somos Amazônia”<sup>5</sup> (CONIC, 2019), assinada pelo FEACT, Conic, Christian Aid, ISEAT (Bolívia) e Comissão Intereclesial de Justiça e Paz (Colômbia). Os signatários afirmam ter aprendido “a ouvir o clamor da Floresta e todos os seus seres e culturas”, reconhecendo que “muitas vezes fomos insensíveis e surdos a este grito que nasce no coração da Amazônia” e por tolerar no passado “propostas missionárias supremacistas e destruidoras da diversa presença de Deus na Amazônia” (CONIC, 2019).

---

<sup>5</sup> Para saber mais sobre recursos resultantes da ação, ver: <<https://conic.org.br/portal/noticias/3292-vigilia-ecumenica-de-solidariedade-e-justica-pela-amazonia>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

Aprendemos a abandonar nossas ideias preconcebidas sobre a região [...] e a interpretar os sinais de morte de modelos econômicos, culturais, religiosos e políticos de extrativismos intensivos e predatórios: muitas vezes não levantamos nossa voz profética na defesa de povos, espécies e territórios frente aos megaprojetos na região, financiados com capital local e global promotores da crise climática (CONIC, 2019).

A carta (CONIC, 2019) inscreve o Sínodo Pan-Amazônico da Igreja Católica e a Encíclica *Laudato Si* no esforço inter-religioso na luta contra a devastação ambiental e espiritual dos povos.

Como disse Veronica Flachier, um dos enormes desafios da atualidade é retomar a esperança. O pastor Lemke diz que a esperança foi sempre uma de suas principais características. Ele acredita que, depois do Sínodo, seremos todos, de uma forma ou outra, influenciados pela luz e esperança dos povos da Amazônia:

“A Igreja vai ouvir a voz daqueles e daquelas que nunca tiveram voz. São vozes dignas de manifestação do Evangelho de Cristo que liberta os pequenos e oprimidos. São vozes da Pan-Amazônia clamando em nosso tempo. Quem tiver ouvidos abertos para os clamores e anúncios ouvirá a boa mensagem de Jesus, o Cristo, em graça e fé ecumênica” (LEMKE, 2019).

Lévi-Strauss (2012, p. 32) inscreve a antropologia como contraponto ao humanismo “das classes privilegiadas”: ao humanismo “exótico” ligado aos interesses industriais e comerciais; ao humanismo “aristocrático” do Renascimento e ao humanismo “burguês” do século XIX. Para ele, a antropologia marca o advento de um humanismo duplamente universal: buscando sua inspiração nas sociedades mais humildes e desprezadas, ela proclama “que nada de humano deveria ser alheio ao homem” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 33). Resgatando o significado *primo* da antropologia, a

*Laudato Si'* afirma de forma otimista: “nada deste mundo nos é indiferente” (LS, 3). “Não haverá uma nova relação com a natureza sem um ser humano novo. Não há ecologia sem uma adequada antropologia” (LS, 118).

Todas as religiões estão propondo uma “regeneração do progresso” com a adoção de uma *visão sistêmica* da catástrofe ecológica que padecemos, onde nenhum ramo do conhecimento pode ser preterido. Em outras palavras, defendem um novo olhar da ciência e da sociedade que perceba os seres vivos como sistemas socioculturais e ecossistemas interdependentes.

Ao reconhecer o valor da natureza em si, esta *aliança ecumênica* deve se unir não só às cosmovisões mais antigas dos povos originários, mas também ao que há mais de avançado na ciência ecológica. “A ciência e a tecnologia são um produto estupendo da criatividade humana que Deus nos deu” (LS, 63).

Morin aponta que a palavra “religião” não significa apenas a religação entre os membros de uma mesma fé, mas também a conexão com as forças superiores do cosmos:

Alcançamos a religação cósmica pela religação biológica, que nos chega pela religação antropológica, que se manifesta na solidariedade, na fraternidade, na amizade e no amor, que é a religação antropológica suprema. O amor é a expressão superior da ética (MORIN, 2005, p. 37).

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Rubem

*O que é religião*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

ANGLICAN PROVINCE OF SOUTH AMERICA

*Climate change and the church*. Lima: Anglican Church, 2018.

Disponível em: <<https://aco.org/media/339906/ang-prov-south-america-climate-change-and-the-church-lima-2018-report.pdf>>.

Acesso em: 3 fev. 2020.

ATALC

*Informe: estado del agua en América Latina y el Caribe*. Amsterdam:

Amigos de la Tierra Internacional, 2016. Disponível em: <[https://www.academia.edu/33159204/Informe\\_Estado\\_del\\_Agua\\_en\\_Am%C3%A9rica\\_Latina\\_y\\_el\\_Caribe](https://www.academia.edu/33159204/Informe_Estado_del_Agua_en_Am%C3%A9rica_Latina_y_el_Caribe)>.

Acesso em: 3 fev. 2020.

BACON, Francis

*Bacon*. São Paulo: Abril, 1979. (Coleção Os Pensadores).

BASQUES, Messias

“Claude Lévi-Strauss e o mito da mitologia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (79): 209-212, jun. 2012. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092012000200015>>. Acesso em 3 fev. 2020.

BOFF, Leonardo

*E a igreja se fez povo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

*Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1995.

BRUM, Eliane

“A potência da primeira geração sem esperança”. *El País Brasil*, 2019.

Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/05/politica/1559743351\\_956676.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/05/politica/1559743351_956676.html)>. Acesso em: 3 fev. 2020.

CONIC

*Somos la Amazonia: compromisso e fidelidade de fé*. Carta publicada durante o Sínodo da Amazônia, assinada por instituições ecumênicas, 2019. Disponível em: <[https://www.conic.org.br/portal/files/CartaSomosLaAmazonia\\_port.pdf](https://www.conic.org.br/portal/files/CartaSomosLaAmazonia_port.pdf)>. Acesso em: 6 fev. 2020.

## DURKHEIM, Émile

*As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

## ECUMENICAL WATER NETWORK

“Water for all: wcc high level panel reaffirms faith communities contribution to achieve SDG 6”. *The Ecumenical Water Network*, What we do, Genebra, 13 jul. 2018. Disponível em: <<https://water.oikoumene.org/en/whatwedo/news-events/water-for-all-wcc-high-level-panel-reaffirms-faith-communities-contribution-to-achieve-sdg-6>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

## INSTITUTO HUMANITAS UNISINUS

Laudato si’: a íntegra e um “guia” para a leitura da Encíclica. *IHU*, 18 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/543659-laudato-si-um-qguiaq-para-a-leitura-da-enciclica-a-integrado-texto>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

## INSTRUMENTUM LABORIS

*Amazônia: novos caminhos para a igreja e para uma ecologia integral*. Vaticano: 2019. Disponível em: <<http://www.sinodoamazonico.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/instrumentum-laboris-do-sinodo-amazonico.html>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

## IPCC

“Special report. Global Warming of 1.5 °C”. *The Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)*, New York, 2018. Disponível em: <[https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/06/SR15\\_Full\\_Report\\_Low\\_Res.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/06/SR15_Full_Report_Low_Res.pdf)>. Acesso em: 3 fev. 2020.

“Landmark United Science report informs climate action summit”. *The Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)*, New York, 22 set. 2019a. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/2019/09/22/united-in-science-report-climate-summit/>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

“Climate Change and Land”. *The Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)*, New York, 2019b. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/srccl/>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

JONAS, Hans

*O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica.* Trad. Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEMKE, Inácio

“Sinodo da Amazônia: entrevista com o Pr. Inácio Lemke”. *Conic*, Brasília, 21 out. 2019. Entrevista concedida ao site do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil. Disponível em: <<https://www.conic.org.br/portal/noticias/3301-sinodo-da-amazonia-entrevista-com-o-pr-inacio-lemke>>. Acesso em 3 fev. 2020.

LÉVI-STRAUSS, Claude

*A antropologia diante dos problemas do mundo moderno.* Trad. Rosa Freire D’Aguilar. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.  
Antropologia estrutural dois. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

LISBOA, Marijane

*Ética e cidadania planetárias na era tecnológica: o caso da proibição da Basileia.* São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.

MACIEL, Camila

“Usos da água e desigualdade na oferta precisam ser discutidos, diz especialista”. In: *Revista IHU*, São Leopoldo, 27 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/576424-usos-da-agua-e-desigualdade-na-oferta-precisam-ser-discutidos-diz-especialista>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

MIOTTO, Tiago

“Precisamos escutá-los’: Papa Francisco diz que povos indígenas nunca estiveram tão ameaçados”. *Conselho Indigenista Missionário (CIMI)*, 21 jan. 2018. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2018/01/precisamos-escuta-los-papa-francisco-diz-que-povos-indigenas-nunca-estiveram-tao-ameacados/>>. Acesso em 3 fev. 2020.

MOORE, Jason

“El auge de la ecología-mundo capitalista (1)”. *Laberinto*, Málaga, 38, pp. 9-26, 2013. Disponível em: <<https://jasonwmoore.com/wp-con>

tent/uploads/2017/08/Moore-El\_Auge\_de\_la\_ecologia-mundo\_capitalista\_\_Part\_I\_\_Laberinto\_\_2013.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2020.

MORIN, Edgar

Entrevista ao programa Roda Viva, tv Cultura, 18 dez. 2000. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AOBll0WbPo8>>.

Acesso em: 6 fev. 2020.

*Introdução ao pensamento complexo*. Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

*O enigma do homem: para uma nova antropologia*. Trad. Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

*O método 6: ética*. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NO VATICANO

“Papa consulta Boff para escrever nova encíclica”. *Uol Notícias*, 2 out. 2014. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2014/10/02/papa-consulta-boff-para-escrever-nova-enciclica.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

ODS 6

“Água potável e saneamento: assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos”. *Nações Unidas Brasil*. Notícias ODS 6. 17 objetivos para transformar nosso mundo. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods6/>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

OIKUMENE

“5. Statement on water for life”. *World council of churches*, 23 fev. 2006. Disponível em: <<https://www.oikoumene.org/en/what-we-do/resources/documents/assembly/2006-porto-alegre/1-statements-documents-adopted/international-affairs/report-from-the-public-issues-committee/water-for-life>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

ONU BRASIL

“Em dia mundial da água, onu defende soluções para problemas hídricos baseadas na natureza”. *Nações Unidas Brasil*, 1º mar. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/em-dia-mundial-da-a>

gua-onu-defende-solucoes-para-problemas-hidricos-baseadas-na-natureza/>. Acesso em: 6 fev. 2020.

“Campanha da ONU meio ambiente visa unir religiões em prol da conservação”. *Nações Unidas Brasil*, 1º out. 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

ORENSTEIN, José & MAMMI, Antonio

“O discurso de Greta Thunberg sobre o clima: como ousam?” *Nexo*, São Paulo, 23 set. 2019. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/podcast/2019/09/23/O-discurso-de-Greta-Thunberg-sobre-o-clima-como-ousam>>. Acesso em: 3 fev. de 2020.

PÀL PERLBART, Peter

“Negros, judeus, palestinos: do monopólio do sofrimento”. *Percurso*, São Paulo, 60, ano xxx, jun. 2018. Disponível em: <[http://revisitapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo\\_view&ida=1292&ori=edicao&id\\_edicao=60](http://revisitapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=1292&ori=edicao&id_edicao=60)>. Acesso em: 6 fev. 2020.

PAPA FRANCISCO

Carta Encíclica *Laudato Si'* do santo padre sobre o cuidado da casa comum. Vaticano: 2015a. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html)>. Acesso em: 6 fev. 2020.

“Discurso do santo padre. Viagem apostólica do Papa Francisco a Cuba, aos Estados Unidos da América e visita à sede da Organização das Nações Unidas”. *Libreria Editrice Vaticana*, 25 set. 2015b. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/september/documents/papa-francesco\\_20150925\\_onu-visita.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/september/documents/papa-francesco_20150925_onu-visita.html)>. Acesso em 3 fev. 2020.

PASSOS, Cristiane

“Lançamento do relatório anual da CPT destaca o aumento da violência no campo e dos conflitos pela água”. *Comissão Pastoral pela Terra (CPT)*, Massacres no campo, 7 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/multimidia/12-noticias/conflitos/4380-lancamento-do-relatorio-anual-da-cpt-destaca-o-aumen>>

to-da-violencia-no-campo-e-dos-conflitos-pela-agua>. Acesso em 3 fev. 2020.

RICARDO, Carlos Alberto

*Povos indígenas no Brasil: 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

SAMPAIO, Cristiane

“Conflitos por água batem recorde no país e chegam a 276 casos: aumento de 46% em 2018”. *Brasil de Fato*, 12 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/12/conflitos-por-agua-batem-recorde-no-pais-e-chegam-a-276-casos-aumento-de-40-em-2018>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

SERRES, Michel

Entrevista ao programa Roda Viva, tv Cultura, 8 nov. 1999. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GaoJ-SGA9U>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

*Hominescências*. O começo de uma outra humanidade? Trad. Edgard Carvalho e Mariza Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

*O incandescente*. Trad. Edgard Carvalho e Mariza Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

*Variações sobre o corpo*. Trad. Edgard Carvalho e Mariza Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

SLOTERDIJK, Peter

*No mesmo barco*: ensaio sobre a hiperpolítica. 2. ed. Trad. Claudia Cavalcanti. São Paulo: Estação Liberdade, 1993.

SOF

*Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira*. São Paulo: sof, 2018. 84 p. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Praticas-feministas-portugu%C3%AAs-web1.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

VALDERRAMA, Andrés Kogan

“Gretas ecoterritoriais para enfrentar a crise socioambiental”. *Revista IHU*, São Leopoldo, 1º out. 2019. Disponível em: <<http://www>>.

ihu.unisinos.br/78-noticias/593031-gretas-ecoterritoriais-para-enfrentar-a-crise-socioambiental>. Acesso em: 3 fev. 2020.

WILLIAMS, Rowan

“Incêndios na Amazônia são sinal vergonhoso da nossa sanha por excessos”. *Brasil de Fato*, 13 set. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/09/13/artigo-or-incendios-na-amazonia-sao-sinal-vergonhoso-da-nossa-sanha-por-excessos/>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

# PARTE II

# ESTUDOS DE CASO



## MULHERES CONSTRUINDO ALTERNATIVAS PARA O ACESSO À ÁGUA POTÁVEL NA AMÉRICA LATINA<sup>1</sup>

Renata Moreno (SOF<sup>2</sup>)

Os conflitos relacionados à água têm sido cada vez mais frequentes e visíveis em todo o mundo, e particularmente na América Latina e no Caribe, região onde se concentra um volume importante de água doce. Há uma disputa na forma como a água é concebida pelos diferentes atores envolvidos nos conflitos: se é um recurso a mais para os negócios lucrativos de grandes empresas ou se é um direito e um bem comum, fonte básica da vida e essencial para a produção do viver.

De fato, sem água não há vida, assim como diversos processos produtivos não podem se viabilizar sem água. A presença das mulheres nas lutas em torno da água, e nas experiências coletivas de garantia de acesso a água para o consumo e para a produção é inegável quando se olha para o cotidiano dos territórios. As mulheres se colocam a frente de resistências a projetos de grandes empresas, enfrentam violências, ameaças e ataques. No entanto, elas muitas vezes são negadas como sujeitos em negociações e disputas com empresas, e suas visões e necessidades com frequência são desconsideradas na atuação dos poderes públicos.

Esse texto parte de experiências e resistências das mulheres latino-americanas e caribenhas em defesa da água em uma perspectiva

---

1 O estudo de caso aqui publicado foi apresentado no Seminário “Água como Bem Comum”, que aconteceu em Brasília, em março de 2018.

2 Sempreviva Organização Feminista (organização parceira da Christian Aid no Brasil).

feminista sobre os conflitos e desafios. O estudo foi orientado pelo objetivo de compor um panorama de diferentes expressões dos conflitos em torno da água na região, permitindo assim encontrar elementos comuns e tecer uma análise feminista integrada. O critério para definição dos casos selecionados foi a experiência concreta de organização das mulheres nos territórios, vinculada a processos de construção de articulação e alianças mais amplas, tanto em âmbito nacional como regional, que permitem ampliar o alcance e as consequências políticas da análise proposta. Nesse estudo consideramos conflitos de uma maneira ampliada, para além dos casos em que as comunidades enfrentam um projeto ou uma empresa específica. Abordamos também processos organizativos relacionados ao acesso à água que se enfrentam com o Estado ou com a ausência dele.

A discussão sobre cada caso envolveu entrevistas *on-line* realizadas com mulheres lideranças envolvidas em diferentes processos de articulação, resistência e luta nesta região, combinada com a sistematização de fontes de informação elaboradas por organizações da sociedade civil do campo socioambiental.

As entrevistas foram realizadas em novembro e dezembro de 2018 com uma militante da Marcha Mundial das Mulheres na região norte do Peru, que acompanha os processos de resistência de comunidades camponesas a projetos de mineração; uma integrante do Censat Agua Viva Amigos de la Tierra – Colombia, responsável pela área de água desta organização; integrante do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB, Via Campesina) e do Movimiento de Afectados por Represas en Latinoamérica (MAR); integrante do Centro Feminista 8 de Março e da Articulação do Semiárido (ASA), que tem realizado intercâmbio com comunidades da Guatemala na construção de infraestrutura para o acesso à água. Apenas no caso de El Salvador partiu-se de uma sistematização realizada por Cesta, organização que integra Amigos da Terra naquele país.

#### POR QUE AS MULHERES DEFENDEM A ÁGUA

Em grande parte das resistências contra o avanço dos projetos corporativos orientados para a acumulação do capital, as mulheres estão ativamente envolvidas e protagonizam ações de mobilização, enfrentamento, diálogo com a população e articulação. A água, a energia, a terra para a produção de alimentos e a biodiversidade são elementos que garantem a sustentação da vida e interessam às mulheres, as primeiras a sofrer com sua escassez. O conceito de divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 1996) permite analisar as dinâmicas que separam e hierarquizam o trabalho de homens e mulheres e estruturam as relações de poder patriarcais, conformando a base material da opressão das mulheres no sistema capitalista.

A forma como a divisão sexual do trabalho se manifesta pode variar entre diferentes contextos e realidades, mas, em todo o nosso continente, há o traço comum de que as mulheres estão encarregadas do trabalho doméstico e do cuidado cotidiano, ambos fundamentais para a vida. São muitas as tarefas: produção e preparação de alimentos, limpeza dos ambientes, das roupas e higiene pessoal e o cuidado das pessoas próximas – em situação de dependência ou não. A água é a base essencial para a realização do trabalho doméstico e de cuidado (JOSEPH, 2010). A disponibilidade ou não de água potável altera as condições, os tempos e a energia despendida pelas mulheres na realização destas atividades. Em lugares nos quais não há disponibilidade de água, é parte do cotidiano das mulheres caminhar longas distâncias para buscar água.

As estratégias de sobrevivência e de produção do viver asseguradas pelas mulheres estão constantemente ameaçadas por interesses econômicos das grandes empresas e do capital. Os projetos – geralmente capitaneados por grandes empresas, nacionais e transnacionais, muitas vezes em parcerias público-privadas – se organizam para a produção e a circulação de capital na perspectiva do lucro e não para a melhora da qualidade de vida das comuni-

dades. A perspectiva da economia feminista nos permite ver não apenas os impactos diferenciados e as motivações das mulheres para resistir, mas também lança luz sobre como essas atividades são essenciais para a vida e para o conjunto da economia. Isso nos ajuda a compreender o que está em jogo: trata-se de um conflito do capital contra a vida.

#### OS CONFLITOS PELA ÁGUA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Os conflitos que envolvem a água estão espalhados pelo mundo conforme a disponibilidade de água doce. Apesar de ser um planeta majoritariamente composto por água, a água doce representa menos de 3% e nem tudo está disponível para o consumo humano e para a produção.

Muitas vezes, as resistências comunitárias ao avanço de atividades extrativas se dão para evitar a contaminação. Em um mapa colaborativo<sup>1</sup> que identifica conflitos ambientais em todo o mundo, é notável como muitas vezes os conflitos em torno da água, da mineração, do petróleo e do agronegócio, por exemplo, estão sobrepostos. De acordo com o Atalc (2016), atualmente há cerca de 300 conflitos socioambientais na América Latina: 72 na Colômbia, 58 no Brasil e 31 no Peru. Contudo, muitos casos não estão documentados e a estimativa é de que este número seja muito superior.

Os conflitos são motivados mais pela ação humana, pelo modelo de produção, reprodução e consumo e menos pela escassez de água decorrente de condições geográficas. A experiência no semiárido brasileiro é um exemplo de como o problema não é em si geográfico, mas sim político: foi implantada uma indústria da seca forjada pela estrutura do latifúndio e do coronelismo (MOURA, M.; MOURA, I. & LOPES, 2006). O desenvolvimento de tecnologias condizentes com o território e a organização popular é, portanto, fundamental para a convivência com o semiárido.

Desta forma, é preciso compreender os conflitos em torno da água como políticos, econômicos, culturais e sociais. Outro aspecto fundamental é que as formas de privatização da água não estão restritas aos serviços de tratamento e distribuição – a produção de água engarrafada, por exemplo, é vendida a altos preços mundo afora. A apropriação privada da água se dá também na sua utilização extensiva em atividades extrativas, na construção de grandes barragens e usinas hidroelétricas que atendem mais às empresas do que às populações. A destruição das fontes de água para as comunidades é causada também pela contaminação por atividades industriais como o agronegócio e as petroleiras. A agricultura ocupa pouco mais de 10% dos territórios, mas responde pelo uso de 70% do total de água extraída dos aquíferos, rios e lagos (ATALC, 2016).

É fato que há diferenças no uso de água pelos diferentes modelos de agricultura. As grandes monoculturas, como o eucalipto e a soja utilizam muito mais água que a pequena agricultura. Os conflitos afetam a vida de povos inteiros: a contaminação acaba com a vida nos rios e desloca de forma violenta as comunidades de seus territórios. Nesse sentido, a chamada “economia verde” tampouco é benéfica, pois expande o controle de territórios, financeiriza a natureza e impede assim a subsistência de povos originários e de camponeses. O desafio é, portanto, construir uma leitura sistêmica das causas da falta de água assim como seus conflitos, como têm feito os povos envolvidos em diferentes processos de luta e resistência. Outro fator estrutural dos conflitos é o racismo ambiental: são os povos originários e as populações afrodescendentes que sofrem com a violência do capital nos territórios.

#### MULHERES NA ORGANIZAÇÃO POPULAR PELO ACESSO À ÁGUA

Abordamos a seguir experiências de resistência com a ausência do Estado (Guatemala); com a presença do Estado que pressiona

as comunidades na lógica mercantil (Colômbia); ou contra as empresas na privatização das fontes de água (El Salvador). Estes são exemplos de processos que se apresentam de forma semelhante em diferentes partes da América Latina.

Em todo o mundo, cerca de 20% das pessoas não tem acesso à água em condições minimamente satisfatórias. A desigualdade de classe, raça e etnia condiciona este acesso.

*Autogestão comunitária vs. lógica mercantil impulsionada pelo Estado: a luta dos aquedutos comunitários na Colômbia. Processo de construção e luta da Red Nacional de Acueductos Comunitários a Colômbia (RNACC)<sup>3</sup>*

A RNACC luta pelo do direito à água como bem comum público e à autogestão, reconhecendo os aquedutos comunitários como “sujeitos políticos que historicamente se encarregam da autogestão da água” (ATALC, 2016). Esta é uma forma de organização presente em vários países da América Latina (Bolívia, Equador, Peru, El Salvador, Guatemala, México, Colômbia). A autogestão é baseada na solidariedade, em decisões coletivas e no trabalho das comunidades. Nas zonas rurais as pessoas se relacionam diretamente com as fontes de água, e por isso as monitoram, as vigiam e protegem. Na Colômbia há alguns aquedutos comunitários em zonas periurbanas, mas a maioria está em zonas rurais. Atualmente há cerca de quinze mil aquedutos comunitários no país.

O surgimento de cada aqueduto está relacionado com a ausência do Estado e se configura em uma autoprestação do serviço de

---

<sup>3</sup> Com base em entrevista com integrante do Censat Amigos de la Tierra, Colômbia.

água. Tanto a necessidade como a prática concreta dos aquedutos está relacionada com o papel das mulheres no trabalho doméstico, que ainda precisa ser mais visibilizado, porque elas exercem uma liderança que não é discursiva, mas a “do fazer concreto”. O papel das mulheres é importante na história comum dos aquedutos comunitários, justamente por essa experiência compartilhada de carregar águas por grandes distâncias para o trabalho doméstico cotidiano. Era essa sua realidade até a construção do aqueduto comunitário, há 35 anos, que converteu a região em uma zona periurbana.

Atualmente, os aquedutos comunitários estão em tensão com processos de privatização. Nos últimos anos as políticas governamentais vêm sendo hegemonicamente orientadas à privatização e à financerização da água. Em 2008 criou-se a política dos *bonos de água*, um exercício especulativo que, em nome do financiamento de projetos de água potável e saneamento, gerou um prejuízo econômico para cento e dezessete municípios. Estes, além de se endividarem, ficaram com a maioria das obras inconclusas ou inoperantes.

A política “Água para *la ruralidad*”, inédita em termos de organizar uma ação governamental voltada especificamente para as comunidades rurais, reconhece a existência de esquemas diferenciados de prestação de serviços de água. Contudo, o serviço deve ser prestado por agentes especializados em alianças público-privadas ou privadas (ATALC, 2018). Isso faz com que a gestão comunitária da água seja absorvida pela lógica mercantil, transformando os aquedutos em empresas privadas. Este esquema tem pressionado a privatização dos aquedutos. O grande dilema enfrentado é a adequação às normas impostas: os aquedutos podem ter certa proteção (relacionada à defesa do território), mas, por outro lado, coloca-se em risco o caráter comunitário. Com a concessão do uso da água, considerando que a lei de recursos naturais determina que o uso prioritário é para o consumo humano, essas organizações poderiam “blindar” o território, sendo uma forma de defendê-lo do extrativismo. Porém, essa não é uma garantia definitiva. Além

disso, a concessão do uso da água nestes termos obriga o cumprimento de normas de caráter privatizador. Concretamente, as normas do governo federal exigem que os aquedutos comunitários se convertam em empresas privadas, ou os leva a serem absorvidos por operadores privados, ou ainda por empresas municipais de caráter misto (ATALC, 2018).

A autogestão comunitária da água tem cinco aspectos interligados: organizativo, ambiental, técnico, jurídico e administrativo. A diversidade das formas como o trabalho de construção e manutenção dos canos acompanha a diversidade dos aquedutos por todo o país. A organização do trabalho em dois aquedutos comunitários é a seguir descrita. O aqueduto de Caquetá, região da Amazônia, é composto por trinta e sete famílias. Todo seu funcionamento é definido por assembleias. As pessoas ocupam os cargos de forma rotativa, e a cada mês uma família se encarrega de garantir a manutenção dos tubos, verificando se estão funcionais e limpos. Quando o trabalho é mais árduo, todas as famílias se envolvem em mutirões de trabalho de dois dias. Participam homens e mulheres de todas as idades. Além do trabalho de construção, reparo ou limpeza dos tanques e canos, há também uma cozinha coletiva. A cada ano mudam de presidente, que assume também a tarefa de tesoureiro. Este aqueduto não é uma organização registrada e se mantém informal. Contudo, frente à ameaça da exploração petrolífera no território estudam a possibilidade de pedir a concessão do uso de água, se adequando, assim, às normas da recente legislação.

No segundo aqueduto participam 2400 famílias. À medida que este aqueduto foi se expandindo, uma vez que a zona foi se transformando em cidade, o caráter coletivo das decisões foi diminuindo. Foram eleitos delegados e se formou uma diretoria. Este aqueduto atualmente está registrado e tem a concessão da água. As decisões são atribuição de uma diretoria eleita que contrata empregados para trabalhar de forma remunerada na manutenção do aqueduto. Entre estes dois extremos em termos organizativos,

há uma variedade de tamanhos e dinâmicas. Permanece comum a relação próxima com as fontes de água no aspecto ambiental; o caráter coletivo das decisões no aspecto organizativo e o uso de tecnologias apropriadas aos territórios no aspecto técnico – evitando, assim, a construção de “elefantes brancos”. No aspecto jurídico há a questão da concessão de água e o cumprimento ou não das normas em vigor. Finalmente, no aspecto financeiro, a maioria dos aquedutos tem um caráter de economia solidária e justa; ou seja, são entidades sem fins lucrativos que reinvestem em si e nas comunidades, objetivando a melhoria da qualidade da água e do saneamento básico.

“Assim como não há duas gotas de água iguais no planeta, posto que a água é um ser vivo distinto em cada lugar que se encontra, também são assim, distintas, as organizações autogestoras comunitárias da água” (M.).

As formas de condução destes processos diferem em cada aqueduto. Essa é uma das críticas às medidas governamentais: elas impõem modelos de estatuto para organizações muito diferentes e desconsideram a diversidade étnica e cultural e os contextos geográficos e históricos. A pretensão de unificar o funcionamento das organizações por meio de uma lógica empresarial e mercantil, contudo, enfrenta resistência dos aquedutos comunitários.

É interessante refletir sobre as dinâmicas da divisão sexual do trabalho e suas transformações no processo organizativo dos aquedutos comunitários. A necessidade de um aqueduto é colocada na agenda da comunidade pelas mulheres. A maioria dos aquedutos é construída por homens e mulheres da comunidade. Os homens predominam no trabalho físico de infraestrutura e as mulheres na cozinha comunitária. Essa separação das mulheres e dos homens é muito marcada na história dos aquedutos comunitários. A compreensão do que é a capacidade física de homens e mulheres está

mudando: da mesma forma que as mulheres sempre caminharam quilômetros carregando água para suas casas, também têm força física para caminhar por toda a rede de seu aqueduto para fazer a limpeza. Atualmente tem se visibilizado a liderança e o protagonismo das mulheres nos aquedutos comunitários. Desta forma, a autogestão comunitária contribui para a formação de liderança das mulheres, pois rompe com o lugar da mulher encerrada em suas tarefas domésticas. Ela sai de casa não para caminhar quilômetros em busca de água, mas para trabalhar a questão da água politicamente com a comunidade. Ela se reconhece, assim, como um sujeito político coletivo.

*Organização comunitária frente à ausência de políticas públicas: a experiência das comunidades de Chiquimula, Guatemala<sup>4</sup>*

A realidade de longos períodos sem chuva é comum a diferentes países da América Latina. Na América Central encontra-se o chamado corredor seco conformado por regiões da Guatemala, Honduras, El Salvador e Nicarágua. Uma realidade semelhante à do semiárido brasileiro: as chuvas são concentradas em um período de três ou quatro meses do ano. A precipitação no corredor seco é de cerca de 800 a 900 mm por ano (no semiárido brasileiro é de cerca de 500 a 600 mm/ano).

A partir de parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) com a Associação de Mulheres Progressistas da Guatemala, o CF8 participou de um intercâmbio na Guatemala. Durante o intercâmbio foi possível acompanhar a construção de

---

<sup>4</sup> Com base em entrevista com integrante do Centro Feminista 8 de Março (CF8) e militante da Marcha Mundial das Mulheres.

duas tecnologias sociais do semiárido brasileiro em comunidades agrícolas daquele país: a cisterna de captação de água da chuva, de 16 mil litros, e o biodigestor – sistema de gás para a cozinha<sup>5</sup>. Essa experiência ilustra alguns desafios das mulheres na região do corredor seco. De acordo com o Centro Feminista 8 de Março (CF8), mais de um milhão de famílias em alto nível de pobreza vive da agricultura de subsistência, com acesso limitado aos serviços básicos de água, saneamento, saúde e educação.

Nas comunidades do corredor seco na Guatemala há pouquíssimos lugares com água encanada. As comunidades ficam em uma região muito montanhosa e, ao longo da estrada, há torneiras onde principalmente as mulheres buscam água. Como as casas não têm reservatórios, as pessoas utilizam galões de vinte litros (no máximo tambores de cinquenta litros) para armazenar a água em casa. Por isso todos os dias são principalmente mulheres, jovens e crianças que saem para buscar água nessas torneiras coletivas. No período de seca as caminhadas são mais longas, pois com a estiagem o nível dos poços baixa e a água já não abastece todas as torneiras ao longo da estrada.

A água coletada é para consumo, tarefas domésticas e plantação. Uma imagem comum é a de mulheres com baldes de água na cabeça subindo a montanha para irrigar suas hortas e plantios. No período seco, é comum que as mulheres façam mutirão, passando o balde de uma pra outra em uma fila, até que a água chegue aos locais de cultivo. Elas plantam principalmente hortaliças para autoconsumo. Os homens são pouco presentes nos cultivos (e

---

<sup>5</sup> O objetivo é que o biodigestor substitua a lenha utilizada em todas as cozinhas da região. Assim como acontece com a água, as mulheres são as responsáveis por pegar e carregar lenha, além de cozinhar. Portanto, são elas que inalam toda a fumaça do fogão a lenha. A melhoria da saúde foi a principal expectativa apresentada por estas mulheres.

em todo o processo de obtenção da água) porque a maioria delas trabalha nas fazendas do agronegócio (melão, milho, fumo) e também como motoristas e assalariados na região.

A falta de acesso à água e a forma como a divisão sexual do trabalho se manifesta nesta região são expressões de um modelo de organização fundiária e social. O problema da escassez não tanto pela falta de chuvas, mas, sobretudo por fatores políticos e econômicos. Efetivamente, há uma divisão das terras: as planas, férteis e de fácil acesso estão destinadas ao agronegócio. As comunidades foram historicamente empurradas para o alto da montanha, tornando-se isoladas e abandonadas pelo poder público. A distância física impede um conflito direto. Por outro lado, não há falta de água para o agronegócio: há poços e rica infraestrutura.

De fato, o intercâmbio para a construção da cisterna partiu de organizações da sociedade civil em parceria com a FAO. Ainda que tenha havido uma tentativa tímida de sensibilização dos atores públicos, não há uma política pública específica para garantir o direito a água. Um aspecto a ser considerado na atuação da FAO nesta experiência foi a incorporação de maneira naturalizada da divisão sexual do trabalho. A seleção das pessoas capacitadas (realizada pela FAO) para a construção da cisterna foram todos homens. As mulheres que haviam participado da maioria das discussões realizadas pela Associação de Mulheres Progressistas não foram escolhidas no trabalho de capacitação<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Para problematização da divisão sexual do trabalho com base na auto-organização das mulheres na construção de cisternas, ver: MOURA, M.; MOURA, I. & LOPES, 2006.

*Mulheres contra a contaminação e a privatização da água:  
a experiência de Nejada, El Salvador*

Este caso ilustra o envolvimento ativo das mulheres contra a privatização da água. Esta luta tem sido acompanhada por Cesta, organização que integra Amigos Da Terra em El Salvador, e a sistematização desta experiência está disponível em Muñoz (2018).

O conflito eclodiu em 2012, quando a empresa ILC/San Miller, que realiza o engarrafamento da marca Cristal de água mineral, da Coca-Cola, solicitou uma licença para expandir sua atuação na região. O processo industrial de produção de água engarrafada envolve uma série de atividades, tais como a produção das garrafas, o envase e distribuição da água. Foram as mulheres da região que identificaram os efeitos destas atividades nas fontes de água, tanto pela diminuição dos níveis das fontes, como pela identificação da contaminação da água, devido ao mau cheiro. Também foram elas que sentiram primeiro os efeitos da interrupção do abastecimento contínuo e que assumiram o protagonismo na articulação da comunidade e na confrontação e negociação com a empresa.

A contaminação da água foi denunciada por elas como uma responsabilidade direta da Coca-Cola. Os efeitos da contaminação e da estrutura precária de armazenamento da água foram sentidos diretamente na saúde das mulheres. Tanques e galões se transformam muitas vezes em focos de reprodução de mosquitos transmissores de doenças, como o *zika* vírus.

Frente ao desabastecimento, uma alternativa é a compra de caminhões pipa, cujo acesso é, por sua vez, limitado pela falta de recursos. Além disso, o uso da água para higiene e consumo é prioridade em contextos de escassez (MUÑOZ, 2018), o que desabastece o cultivo de hortas para a alimentação das famílias.

Todos esses motivos impulsionaram as mulheres a enfrentar a estratégia da Coca-Cola de expandir sua planta em Nejapa. O conhecimento concreto dos impactos da empresa foi fundamen-

tal na atuação das mulheres que desmentiram os argumentos e números apresentados pela empresa em diferentes espaços. Elas apontaram, por exemplo, que a empresa já havia aberto e utilizado poços antes de obter a permissão oficial. Também apresentaram um estudo técnico sobre a contaminação da água e do meio ambiente – responsabilidade direta da empresa – tais como emissão de gases e descarga de líquidos sem tratamento. Sem direitos estabelecidos na legislação salvadorenha e na ausência de normativas e regulações sobre o manejo da água, a mobilização teve que combinar diferentes estratégias. Uma consulta pública com mais de dois mil pessoas deliberou contra ao projeto; as mulheres organizaram uma grande marcha contra a empresa; um estudo técnico sobre o aquífero questionou os estudos de impacto apresentados pela empresa. Finalmente, a denúncia foi levada ao Tribunal Latino-americano da Água<sup>7</sup>. Este exemplo de resistência problematiza a lógica do Estado que prioriza e facilita a atuação das empresas em detrimento do acesso da população à água, além da negligência no controle e vigilância dos impactos no meio ambiente.

“ÁGUA VALE MAIS QUE OURO”: A DEFESA DA ÁGUA E DOS TERRITÓRIOS  
CONTRA O EXTRATIVISMO – EXPERIÊNCIA DO PERU

A lógica da extração da força de trabalho e da natureza não é nova. Historicamente, o desenvolvimento da mineração, a despeito de algumas experiências de subsistência, está associado à colonização e ao imperialismo (SOF, 2014). A estratégia de ocupação dos territórios

---

<sup>7</sup> Para consulta à resolução do caso, ver: <<http://tragua.com/audiencias/ciudad-de-guatemala-2015/resoluciones-audiencia-guatemala-2015/resolucion-caso-nejapa-el-salvador/>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

por projetos de mineração envolve a implantação das empresas que desarticulam a economia existente e as reorienta em torno de sua presença. As empresas disputam os recursos ou os destroem e contaminam. As mineradoras geram uma destruição massiva das terras ocupadas: erosão, desmatamento, desertificação e assoreamento. Os resíduos tóxicos da extração de alguns minérios como ouro provocam a poluição de rios e solos. A poluição do ar advém da poeira de demolição contínua da terra e do transporte dos minérios.

A resistência das mulheres, das comunidades camponesas e de povos originários no Peru ilustra os desafios enfrentados. Em 2012 foi realizada a Marcha Nacional pela Água<sup>5</sup> em Cajamarca contra o avanço da mineração.

A entrevista com integrante da Marcha Mundial das Mulheres<sup>8</sup> da região macronorte do Peru contribuiu para uma reflexão sobre a atualidade destas lutas, particularmente nas regiões de Cajamarca (Projeto Conga) e Lambayeque (povo Cañaris). Segundo ela é preciso considerar que, apesar da crise política naquele país, a implementação de projetos extrativos avança. Os efeitos perversos são a construção de corredores de mineração, a militarização dos territórios na região sul do país e a declaração de estado de emergência em algumas regiões.

Destacamos alguns aspectos para ampliar a compreensão sobre as dinâmicas recorrentes nos conflitos.

O primeiro é a centralidade da defesa da água frente à contaminação e aos danos provocados pela grande mineração identificando, ao mesmo tempo, as estratégias coordenadas de empresas de diferentes setores no mesmo território. Por exemplo, na bacia do rio Chancay-Lambayeque, a resistência não é apenas à mineração,

---

8 Ver: <<http://marchanacionaldelagua2012.blogspot.com/p/porque-la-marcha.html>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

mas também à atividade extrativa do petróleo e do agronegócio. Todas estas empresas estão distribuídas pela bacia: na parte alta está a mineração, na parte média a agroexportação e na parte baixa o petróleo. Lambayeque é o território da região norte do Peru com mais atividades do agronegócio, o que acarreta uma disputa feroz pela água. A represa existente na região há cinquenta anos se encontra bastante sedimentada. Os planos de desenvolvimento hídricos indicam a construção de represas em todas as bacias, visando estabelecer um mercado de água. Além disso, há um processo de reconcentração e estrangeirização das terras.

Há uma forte resistência popular à expansão da mineração com destaque para o povo Cañaris. A empresa de mineração (Candence Cooper) busca, há tempos, se apropriar do território dos Cañaris. Estas são terras comunitárias que não podem ser vendidas ou alugadas sem uma assembleia dos moradores. Por sua vez, a empresa Telefonica, com a justificativa de colocar uma antena de internet na região, tentou alterar o estatuto do povo Cañaris, outorgando mais poder à junta diretiva e ao presidente, permitindo assim a venda do território. Esta mesma estratégia havia sido feita em uma região do sul do país.

As empresas do agronegócio atuam para impedir o acesso das comunidades às nascentes, impulsionando projetos de canalização da água para a agroexportação. Somam-se a isso os projetos REDD, marcados pelo secretismo. Camponeses e pequenos agricultores, inviabilizados de produzir para sua própria subsistência, são empurrados para o trabalho assalariado nas grandes corporações. Pequenos agricultores estão sendo empregados como diaristas na agroexportação. A situação destes trabalhadores é marcada por precariedade e pela ausência de direitos.

Nos dois casos relatados a resistência popular conseguiu paralisar os projetos, mas as empresas têm atuado de diferentes formas para retomar suas atividades. Assim que o novo governo municipal foi eleito em Lambayeque, por exemplo, a empresa acionou pro-

motores para invalidar a consulta feita à comunidade (em 2012) que rechaçou a presença das mineradoras no território.

Entre as estratégias empresariais e da militarização está o sentimento de insegurança dentro da comunidade. É comum escutar das mulheres que não podem confiar “nem nos vizinhos e nem nas famílias”. Além disso, há um assédio permanente e o dinheiro investido pela empresa serve “para comprar consciências em uma comunidade pequena”.

#### ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER E AMPLIAR A RESISTÊNCIA

As reflexões apresentadas dialogam com a entrevista da dirigente do MAB. Há processos de articulação em curso em todos os exemplos supramencionados. É possível encontrar semelhanças entre os impactos produzidos pela construção de hidroelétricas e os impactos produzidos pelos projetos de mineração e as obras de infraestrutura que os acompanham. Os movimentos que organizam a resistência à construção de barragens, como o MAB, demonstram que as empresas, em parceria com o Estado, consolidaram um método de violação de direitos. No caso das mulheres, há um retrocesso brutal nas condições de vida, tanto no aspecto do trabalho, na produção e nas relações, como nas áreas sociais, como educação e saúde (SOF, 2014).

Apesar de tantas lutas contra a construção de barragens em toda a América Latina, a avaliação é que não há estratégias nacionais de resistência consolidadas. As mobilizações se concentram no âmbito local no enfrentamento a cada projeto. No México, por exemplo, em cada barragem proposta, em cada bacia, há um movimento, mas não há processos nacionais de articulação e construção de estratégia comum. Partindo desta avaliação, e considerando a construção de barragens como parte da ação articulada do capital na região, o MAB se colocou o desafio de

impulsionar a articulação de um movimento latino-americano de afetados por represas, o MAR.

Baseado em um mapeamento dos territórios com resistência dos atingidos, definiu-se um processo de formação com formulação de estratégias comuns com instâncias nacionais para a coordenação das lutas. Atualmente, o MAR tem organizações na Bolívia, Brasil, Colômbia, Peru, Argentina, El Salvador, Chile, México, Cuba, Venezuela, Paraguai, Honduras, com planos de expansão para Costa Rica, Guatemala, Nicarágua e Equador.

Participante desse processo de articulação, a entrevistada identifica pontos em comum da atuação das mulheres nas lutas dos e das atingidas. Primeiramente, são as mulheres que organizam e garantem a resistência na base. No entanto, nas instâncias de direção ou nas articulações nacionais, a presença das mulheres diminui por conta da família, filhos e trabalho em particular e pelas relações de poder e do patriarcado de forma geral. Um dado interessante é que, por se tratar de uma articulação latino-americana, as mulheres que vêm de países que debatem o tema de direitos na perspectiva de gênero de forma mais avançada questionam os homens que vêm de países mais patriarcais em sua construção política. Um aprendizado nesse sentido tem sido o desafio de transformação das relações de poder e da divisão sexual do trabalho. A experiência das cirandas – no cuidado das crianças – faz parte do processo de construção que cativa às mulheres de outros países que não tinham esse tipo de experiência. Dessa forma, a avaliação é de que politizar a divisão sexual do trabalho e a responsabilidade individual e coletiva de cuidado fortalece e qualifica a intervenção das mulheres e do movimento como um todo.

Em todos os países se verifica que as pessoas não vivem sem a água, e, portanto, não vivem sem os rios. O significado do rio envolve a própria relação dos povos com os territórios e sua ancestralidade, além da realidade: os povos indígenas banham suas crianças e lavam as roupas utensílios nos rios. Por isso são as mu-

lheres as principais vítimas das barragens: “se falar de território, de atingidos por barragens, estamos falando de mulheres, de água, de energia, de violência” (S.).

Em países da América Central como a Guatemala, por exemplo, são garantidos referendos para que os atingidos votem sim ou não para os projetos de mineração e de barragens. Isso atrasa os processos e, em muitos casos, paralisa os projetos das empresas. Os referendos são momentos de articulação e luta. No entanto, em diversos países latino-americanos, estão ocorrendo mudanças legislativas, em alguns casos decorrentes de golpes de Estado. Estas mudanças tiram as poucas garantias de direitos dos povos e dos territórios históricos para facilitar a implementação dos projetos.

Tanto a experiência de construção do MAR como a dos aquedutos comunitários na Colômbia aponta a articulação das agendas em chave integral como aspecto importante das resistências latino-americanas. No caso do MAR, a resistência dos atingidos por barragens tem levado a um debate sobre o modelo energético com diferentes atores sociais. Isto tem o potencial de massificação da luta a partir de questões concretas que mobilizam sobretudo as mulheres das zonas urbanas com temas como a conta de energia e do preço do gás.

No mesmo sentido, as lutas em defesa da autogestão comunitária da água na Colômbia se vinculam cada vez mais com as lutas territoriais em defesa da água, ou seja, contra os projetos extrativistas. Assim, buscam aproximar a visão de que são processos semelhantes: a luta para ter água nas torneiras e a luta para defender as fontes de água da apropriação capitalista. Aproximam, também, a defesa da água como direito humano à discussão dos direitos da natureza, buscando romper a perspectiva antropocêntrica da vida.

INTIMIDAÇÃO E ASSÉDIO, PERSEGUIÇÃO E VIOLÊNCIA  
CONTRA AS MULHERES QUE LUTAM

Não é possível abordar a participação das mulheres nos conflitos pela água sem refletir sobre a violência que envolve estas lutas.

Uma das estratégias das empresas quando pretendem expandir sua presença em um território e encontram resistência é a intimidação, desqualificação, violência e perseguição dentro das comunidades. O processo de desqualificação da atuação política das mulheres é muito utilizado. Uma liderança indígena do povo Cañaris, Peru, enfrentou a empresa e exigiu do governo a construção de canais para água potável para seu povo. Quando se renovou um convênio com a mineradora, foi esta liderança indígena quem, junto com outras mulheres, colocaram fogo nas atas. Desta forma se iniciou o conflito com a empresa que resultou na paralisação das atividades da mineradora. O conflito interno que se estabeleceu nessa comunidade foi extremamente machista e centrou o ataque à figura desta liderança. Por trás dos questionamentos estava uma aliança entre homens da comunidade e os advogados da mineradora, que chegaram a comparecer em uma assembleia da comunidade.

No caso de El Salvador também se verifica a mesma estratégia de intimidação e assédio da empresa, além da desinformação. A Coca-Cola ofereceu mais de uma vez dinheiro e “favores” em troca de assinaturas que atestavam que a ampliação da empresa na região não era nefasta para a comunidade.

Na Colômbia aumentou a violência contra as mulheres líderes (e homens) envolvidos na autogestão comunitária da água, na defesa dos direitos humanos e dos territórios.

Os processos de perseguição, violência e criminalização das lideranças interpelam diferenças de gênero nos mecanismos de intimidação. Ainda que não haja registros estatísticos, para a dirigente do MAB as mulheres são menos presas porque são menos “visíveis” nas lutas e ainda são deslegitimadas como sujeitos polí-

tico. As formas de violação das mulheres nos territórios são outras além do encarceramento. “Elas são presas no próprio território pela violência sexual, pelo assédio, pelo não reconhecimento do diálogo com elas”. A intimidação acontece via ameaças às suas famílias, particularmente violência, incluso sexual, contra as filhas em contextos de militarização.

Frente ao aumento da visibilidade da violação de direitos das mulheres-líderes têm surgido iniciativas de proteção. Contudo, é preciso salientar a lógica individualista destas iniciativas que na maioria das vezes separam e isolam os casos e as defensoras. A maioria das mulheres à frente das resistências populares não atua sozinha: elas são parte de processos coletivos. Essa lógica individualizada (reforçada e financiada por instituições internacionais) tem gerado conflitos com a própria base dos movimentos das mulheres, enfraquecendo-os. Isso aponta para o desafio de fortalecer e legitimar os processos coletivos de organização política.

A dimensão patriarcal do capitalismo se manifesta em todos esses processos de intimidação, assédio, perseguição e violência. Os homens e as empresas não admitem que as mulheres sejam tão ou mais radicais quanto os homens, nem que tenham tanta ou maior capacidade de organização e mobilização. Em todos os casos de violência contra as lideranças mulheres – o assassinato de Berta Cáceres é o maior exemplo – há em comum o fato de que eram mulheres sem medo, que enfrentavam o capital. Em manifestações em toda a América Latina as mulheres gritam: “nos tienen miedo porque no tenemos miedo”.

A luta pela água é a luta pela vida. Os conflitos pela água e pelos territórios são expressões do conflito do capital contra a vida. É por isso que em toda a América Latina as mulheres colocam o próprio corpo na resistência, e muitas vezes “perdem a vida defendendo a vida”.

A água não pode ser considerada um recurso em função do lucro e do mercado se afeta as condições básicas de existência e sobrevivência. Essa é uma perspectiva a ser fortalecida, recusando

os termos impostos pelo mercado e ampliando a afirmação dos referenciais comunitários, populares e das mulheres. Além disso, é necessário fortalecer e ampliar as experiências de autogestão comunitária da água, criando referência às alternativas em curso ao *modus operandi* neoliberal. Nessas experiências coletivas e comunitárias as mulheres estão mais presentes e têm sua voz mais ouvida e respeitada, se fortalecendo assim como sujeitos políticos. Esses desafios evidenciam as resistências populares do enfrentamento à captura corporativa da democracia e dos Estados, e, nesse sentido, podem se fortalecer nos processos regionais de enfrentamento ao poder das empresas transnacionais<sup>9</sup>.

#### BIBLIOGRAFIA

##### ATALC

*Informe: estado del agua en América Latina y el Caribe*. Amsterdam: Amigos de la Tierra Internacional, 2016. Disponível em: <[https://www.academia.edu/33159204/Informe\\_Estado\\_del\\_Agua\\_en\\_Am%C3%A9rica\\_Latina\\_y\\_el\\_Caribe](https://www.academia.edu/33159204/Informe_Estado_del_Agua_en_Am%C3%A9rica_Latina_y_el_Caribe)>. Acesso em: 3 fev. 2020.

*Política pública y derecho fundamental al agua en América Latina y el Caribe*. Amsterdam: Amigos de la Tierra Internacional, 2018. Disponível em: <<http://www.biodiversidadla.org/Recomendamos/Politica-publica-y-derecho-fundamental-al-agua-en-America-Latina-y-el-Caribe>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

##### JOSEPH, Rose-Marie

“L'eau et les femmes dans la division du travail: de la corvée à l'esclavage domestique”. In: MARCONDES, Lia (org.). *Eau et féminismes*.

---

<sup>9</sup> Tais como a Campanha global para “desmantelar o poder corporativo e por fim à impunidade” e a Jornada Continental pela democracia e contra o neoliberalismo.

Petit histoire croisée de la domination des femmes et de la nature.

Paris: La Dispute, 2010.

KERGOAT, Danièle

“Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho”. In: LOPES, Marta Julia; MEYER, Dagmar & WALDOW, Vera (orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MOURA, Maria da C. Dantas de; MOURA, Isolda Dantas de & LOPES, Cláudia

*Construindo cisternas, desconstruindo tabus: mulheres capacitando mulheres para o acesso a água*. Mossoró: CF8, 2006. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/464/CF8\\_construindo\\_cisternas\\_desconstruindo\\_tabus.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/464/CF8_construindo_cisternas_desconstruindo_tabus.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 3 fev. 2020.

MUÑOZ, Marta Eugenia

“El Salvador: las mujeres defienden el agua y enfrentan a Coca Cola en el municipio de Nejapa. In: VAZQUEZ, Ana Maria (org.). *Mujeres defendiendo la vida y los bienes naturales: casos de América Central*. San Salvador: Cesta, 2018.

SOF

*Trabalho, corpo e vida das mulheres: uma leitura feminista sobre as dinâmicas do capital nos territórios*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2014. Disponível em: <[http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/04/Cartilha\\_mercantilizacao.pdf](http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/04/Cartilha_mercantilizacao.pdf)>. Acesso em 5 fev. 2020.



## O INSUSTENTÁVEL USO DA ÁGUA PELA MINERAÇÃO DE BAUXITA EM ORIXIMINÁ (PA)<sup>1</sup>

Ítala Nepomuceno & Lúcia M. M. de Andrade (CPI-SP<sup>2</sup>)

### APRESENTAÇÃO

Nesse estudo evidenciaremos as restrições do direito à água vivenciadas pelos quilombolas de Boa Vista e pelos ribeirinhos de Boa Nova e Saracá<sup>1</sup> em decorrência de 40 anos de atividades da maior produtora de bauxita do Brasil, no Município de Oriximiná (Amazônia brasileira).

O município de Oriximiná, cuja dimensão supera Portugal, conta com uma extensa área de floresta preservada que garante a sobrevivência de comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas. Em 2017, a área desmatada representava apenas 1,44% do município (Inpe/Prodes). No subsolo dessa floresta, porém, encontra-se a maior reserva de minério de bauxita do Brasil – e terceira maior reserva do planeta – que vem sendo explorada pela Mineração Rio do Norte desde 1979 com significativos impactos socioambientais.

---

<sup>1</sup> Este texto foi elaborado em 2018 a partir de depoimentos coletados na comunidade quilombola Boa Vista (agosto de 2017) e nas comunidades ribeirinhas Boa Nova e Saracá (abril de 2018). A publicação dos depoimentos foi devidamente autorizada pelos entrevistados,

<sup>2</sup> Comissão Pró-Índio de São Paulo (organização parceira da Christian Aid no Brasil).

A empresa instalou-se na região na década de 1970 em plena ditadura militar e em um momento em que o debate e a consciência sobre a questão ambiental estavam em estágio inicial no Brasil, em especial no âmbito da industrial mineral. Somente na década de 1980 foi instituída a Política Nacional de Meio Ambiente e o sistema de licenciamento ambiental no Brasil. A partir desse período, a Mineração Rio do Norte (MRN) passou a submeter seus projetos de expansão da área de extração aos processos de licenciamento ambiental.

A MRN tem como acionistas grandes empresas do setor mine-rário: Vale (40% das ações); South32, (14,8%); Rio Tinto (12%); Companhia Brasileira de Alumínio (10%); Alcoa Alumínio S. A. (8,58%); Alcoa World Alumina (5%); Hydro (5%); e Alcoa Awa Brasil Participações (4,62%). A bauxita, matéria-prima utilizada na produção de alumínio, é comercializada pela MRN no mercado nacional e internacional – Ásia, Europa e América do Norte – (MRN, 2018). Em 2017, a MRN produziu 16280 milhões de toneladas de bauxita. Em 2016, foram 18202 milhões de toneladas que geraram uma receita líquida de R\$ 1,35 bilhão.

As operações da Mineração Rio do Norte consistem na extração do minério, beneficiamento, transporte ferroviário, secagem e embarque de navios. A estrutura da empresa inclui: parque industrial para beneficiamento da bauxita, vinte e cinco barragens de rejeitos, ferrovia com 28 quilômetros de extensão, estradas de acesso, sistema de correias transportadoras, porto para embarque dos navios, duas usinas termoelétricas, aeroporto e a cidade-empresa Porto Trombetas, onde vivem cerca de 6500 pessoas (MRN, 2016). A lavra do minério ocorre dentro da Floresta Nacional Saracá-Taquera, unidade de conservação federal na qual estão instaladas também a planta de beneficiamento e vinte e três das barragens de rejeitos.

As comunidades ribeirinhas Boa Nova e Saracá, juntas, somam setenta e sete famílias que vivem no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Sapucaá-Trombetas e ocupam também áreas da

Floresta Nacional de Saracá-Taquera. Desde 1979, com intensificação a partir dos anos 2000, a exploração mineral vem avançando sobre locais importantes para a sua subsistência, como áreas de florestas utilizadas para a coleta da castanha, que tiveram que ser desmatadas para retirada de minério entre 2002 e 2010 (WANDERLEY, 2008).

Já a comunidade quilombola<sup>3</sup> Boa Vista, hoje com cento e cinquenta e cinco famílias, vive no Território Quilombola (TQ) Boa Vista<sup>5</sup> situado às margens do rio Trombetas, limitando-se a leste com Porto Trombetas, cidade-empresa da MRN. A construção da vila industrial, ainda no início da década de 1970, na vizinhança da comunidade foi um dos primeiros impactos sentidos pelos quilombolas.

Como lembra a quilombola Marina dos Santos, de 68 anos, a construção da vila da mineração deu-se sobre áreas ocupadas pelos quilombolas.

“Quando a mineração chegou aqui, isso aqui era tudo roça, roça de mandioca. Eles destruíram tudo. Lá onde eles moram, a gente ia buscar paneirada de mandioca para fazer a farinha, sabe? Lá onde tem a mineração, chamava conceição, essa área lá” (Marina dos Santos).

---

<sup>3</sup> Quilombo é a denominação para comunidades constituídas por escravos negros que resistiram ao regime escravocrata que vigorou no Brasil por mais de trezentos anos e só foi abolido em 1888. Os quilombos se constituíram por meio de grande diversidade de processos, incluindo fugas de escravos para terras livres e, geralmente, isoladas. A liberdade foi conquistada também por intermédio de heranças, doações, recebimentos de terras, como pagamento de serviços prestados ao Estado, e pela permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades. Registra-se também casos de compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição. O que caracterizava o quilombo eram a resistência e a conquista da autonomia. A formação dos quilombos representou o movimento de transição da condição de escravo para a de camponês livre.

José dos Santos, seu vizinho, complementa: “essa frente aí da mineração, isso tudo foi aterrado. Isso aí, quando era normal, isso tudo era água”, referindo-se a cursos d’água de uso comunitário que foram aterrados para dar lugar a Porto Trombetas.

Quilombolas e ribeirinhos desenvolveram um modo de vida calcado na agricultura, no extrativismo e na pesca, atividades que dependem de um profundo conhecimento dos ecossistemas locais: da terra, dos rios e da floresta. A região onde vivem essas comunidades, contudo, passou por profundas transformações socioeconômicas e ambientais a partir da década de 1970 com a implantação da MRN. A poluição hídrica e outras formas de degradação dos cursos d’água pelo empreendimento estão entre os principais impactos na vida da população ribeirinha e quilombola, como será abordado adiante.

#### RIOS & IGARAPÉS: FONTES DE ÁGUA PARA RIBEIRINHOS E QUILOMBOLAS

O acesso à água nas comunidades ribeirinhas e quilombolas em Oriximiná depende principalmente de sua captação ou uso direto em rios, igarapés e lagos para atender as mais variadas necessidades cotidianas, como consumo humano, higiene pessoal e desenvolvimento de atividades domésticas (lavagem de roupas e louças, por exemplo). Esses cursos d’água também são utilizados para a pesca e são o principal meio de locomoção em uma região da Amazônia que praticamente não conta com estradas.

#### *A água no cotidiano das mulheres*

O uso direto, a céu aberto, das águas do rio Trombetas e de igarapés no Quilombo Boa Vista e nas comunidades Boa Nova e Saracá faz parte da rotina diária de muitas mulheres e jovens, a quem são

atribuídas a maior parte das tarefas domésticas. O acesso a esses cursos d'água costuma ser feito mais de uma vez por dia, começando pela manhã, para atividades como lavar louças e roupas, momentos que aproveitam comumente para tomar e dar banho nas crianças, de quem frequentemente estão acompanhadas nessas circunstâncias.

Essas atividades são desenvolvidas em pequenas e numerosas “pontes”, pequenas estruturas de madeira instaladas na beira d'água. As pontes situam-se o mais próximo possível dos locais de morada, funcionando como uma “extensão” das casas.

#### *A relação das crianças e dos jovens com os cursos d'água*

Assíduas acompanhantes das mães durante o trabalho doméstico, os jovens e as crianças ribeirinhas e quilombolas apropriam-se à sua própria maneira dos cursos d'água. Desde cedo, são incentivadas a aprender habilidades para conviver com o rio: já nos primeiros anos aprendem a nadar, com o tempo dominam as técnicas de remar e pescar.

Além de lugar de aprendizado, crianças e jovens têm no rio Trombetas e Igarapés espaços de sociabilidade e lazer, em que interagem e brincam com vizinhos da mesma idade. As brincadeiras na água são uma prática muito comum, como o “pega-pega” e o “brincar de pular” das árvores para o rio, e envolvem as crianças durante horas. Em grupo, meninos e meninas costumam “descer” para o rio antes de ir à escola, e, não raro, só saem de lá, segundo contam as mães, depois de advertências para que não se atrasem.

#### *Água para beber*

A captação direta no rio Trombetas e Igarapés para o consumo humano é bastante recorrente e, até um passado recente, é comum

se ouvir dizer, entre os mais velhos, que era exclusivamente esse o meio onde se coletava água para beber:

“Porque antes a gente não precisava de microssistema<sup>4</sup>. Porque a água daqui [dos igarapés], a gente usava para tudo, para tomar, para lavar roupa, para tudo” (Maria de Fátima Viana Lopes, coordenadora comunitária de Boa Nova).

Hoje, os impactos sobre a qualidade da água atribuídos pela população local à mineração provocam receio quanto à continuidade dessa prática, como pondera Zuleide dos Santos, moradora de Boa Vista: “hoje, eu tenho medo, ela está poluída. Não é pavulagem, a bauxita polui a água”.

Há microssistemas instalados nas comunidades pela Mineração Rio do Norte e a prefeitura de Oriximiná, mas eles não asseguram o abastecimento de todas as casas. Na comunidade de Boa Vista, por exemplo, estima-se que pelo menos um terço das famílias não estaria sendo atendida pela rede. Nas comunidades Boa Nova e Saracá, problemas frequentes na rede também são relatados. Até a potabilidade da água proveniente dos microssistemas é questionada pelos ribeirinhos.

### *A pesca e a soberania alimentar*

A comunidade Boa Vista, Boa Nova e Saracá têm na pesca uma importante atividade. É constante o trânsito de canoas e outras

---

<sup>4</sup> Microssistema é uma rede de distribuição de água a partir de poços artesianos construída pela MRN, em convênio com a Prefeitura de Oriximiná, atendendo a exigência do governo federal como condição para o licenciamento ambiental do empreendimento.

pequenas embarcações conduzidas por pescadores circulando no rio Trombetas e pelos igarapés. Note-se que, em uma região em que há predomínio de famílias de baixa renda, a pesca figura ora como fonte importante de subsistência – tornando-se sinônimo de segurança alimentar –, ora como alternativa econômica através da comercialização de pescado.

#### IMPACTOS DA MINERAÇÃO NAS ÁGUAS

Os quilombolas de Boa Vista avaliam que a qualidade dos principais cursos d'água que utilizam – o Igarapé Água Fria e o Rio Trombetas – está comprometida pelas atividades minerárias. O Igarapé Água Fria recebe a água de duas barragens de contenção de sedimentos que absorvem a drenagem de diversas estruturas da MRN situadas às margens do Rio Trombetas. A função dessas barragens é garantir a manutenção da qualidade do efluente final que é escoado nos cursos d'água. Porém, os quilombolas afirmam que as características do Igarapé Água Fria mudaram profundamente depois da instalação das barragens, apontando diferenças, por exemplo, na temperatura e na turbidez da água (ANDRADE, 2018).

Já o Rio Trombetas recebe os impactos dos imensos navios que transportam a bauxita até o mercado consumidor. No terminal portuário da MRN são embarcados uma média anual de trezentos e quinze navios (MRN, 2016, p. 29). O porto está situado a cerca de 1,5 km dos limites da TQ Boa Vista e, segundo os quilombolas, as manobras de retorno dos navios ocorrem no trecho do Rio Trombetas em frente à comunidade. Na visão dos moradores de Boa Vista, perturbações ambientais decorrentes do fluxo constante de navios provocaram uma drástica diminuição de pescado.

Situadas ao sul do empreendimento, as comunidades ribeirinhas de Boa Nova e Saracá observam que os igarapés que utilizam – igarapés Saracá, Saracazinho e Araticum – apresentam alterações na

cor, turbidez e potabilidade das águas, modificações em seus leitos e rebaixamento dos níveis fluviométricos. Esses igarapés drenam a região onde a MRN extrai e beneficia a bauxita (ANDRADE, 2018).

“Essa poluição não vem prejudicar apenas o ser humano, mas todos os viventes da água” (Seu Euclides, da comunidade Saracá).

Ribeirinhos avaliam que os cursos d’água vêm sendo impactados por processos erosivos decorrentes da atividade minerária, pela construção de estradas da empresa e ainda pela captação de água para uso na planta industrial localizada no platô Saracá – local onde a MRN realiza a britagem, peneiramento e lavagem da bauxita extraída em todos os platôs. Na percepção dos ribeirinhos, a atividade de mineração, a qual exige o total desmatamento da floresta e a escavação do solo por cerca de oito metros, seria responsável pela movimentação de solo aos igarapés, carregando partículas à água e causando sua poluição.

Além da poluição, os moradores constatam uma diminuição no volume de água dos igarapés que utilizam. Na opinião de Domingos Rabelo, da comunidade Boa Nova, trata-se de uma consequência da escavação do solo para retirada do minério nas áreas dos platôs (das serras):

“Algumas nascentes foram diminuindo a água, por quê? Tiraram as serras. Esse é um dos impactos fortes que nós temos. Porque todos os canais [igarapés], eles nascem de onde? Debaixo, a nascente é debaixo de uma serra. E levaram tudo. Aí, é claro que ele [o igarapé] vai baixar o volume de água. Aí falta água para cá” (Domingos Rabelo, da comunidade Boa Nova).



Múltiplos usos do rio pelas comunidades quilombolas em Oriximiná (PA)

Créditos: Christian Aid/Tabitha Ross.

## RESTRIÇÕES AO DIREITO À ÁGUA

*Restrição de acesso à água potável*

O acesso à água de qualidade para consumo humano é uma preocupação presente no cotidiano de ribeirinhos e quilombolas. Com o progressivo comprometimento da qualidade da água e a precariedade dos microssistemas de abastecimento instalados pela mineradora nas comunidades, essa população enfrenta dificuldades de acesso.

No Quilombo Boa Vista, as mulheres – principais responsáveis pela obtenção da água potável para suas famílias – têm que recorrer a uma espécie de “torneira pública” localizada em Porto Trombetas, vila da MRN que fica a cerca de 1,5 km da comunidade. As mulheres têm que se deslocar pelo rio da comunidade para a vila, fazer a coleta, o acondicionamento e o transporte de água da vila às suas casas, atividade que demanda tempo e energia extras, um sobretabalho feminino que muitas mulheres se queixam:

“Têm muitas mulheres aí, daqui, que trabalham, deixam as crianças, e, quando chegam, elas ainda vão ter que carregar água. Quando tem bastante gente e pouca vasilha, dia sim, dia não, tem que ir lá pegar água” (Valda Lúcia Santos de Jesus, do Quilombo Boa Vista).

Nas comunidades Boa Nova e Saracá, na ausência de algum centro urbano nas vizinhanças, e em face da precariedade dos sistemas de abastecimento, as pessoas não têm outra alternativa a não ser a captação direta em cursos d’água. Como explicam os ribeirinhos, quando passam dias desenvolvendo atividades produtivas longe de casa ou mesmo nas viagens de canoa e durante a pescaria, a água para beber continua sendo obtida nos igarapés que, segundo eles, não apresenta mais a qualidade de antes.

### *Impactos sobre a saúde*

Uma das principais preocupações de ribeirinhos e quilombolas diz respeito aos impactos sobre a saúde da água poluída. É comum, entre os moradores, a percepção de que a implantação do empreendimento “trouxe” doenças novas às comunidades:

“A gente não se sente bem seguro em relação à saúde por causa da poluição de água, né? E ninguém se sente mesmo seguro” (Jones da Luz, de Boa Nova).

Há uma preocupação especial com mulheres e crianças, na medida em que elas ficam longos períodos imersas na água, ocupadas em atividades cotidianas, e assim mais expostas aos riscos associados à poluição hídrica. As mulheres reclamam com recorrência de problemas na pele, como coceiras, alergias, bolhas e “comichões”:

“Quando eu tomo banho aqui, eu sinto aquele formigamento, aquela coceira na minha pele. Então eu também creio que seja por conta dessa água” (Valda Lúcia Santos de Jesus).

Como os adultos explicam, o contato das crianças com águas poluídas pela mineração lhes enche de preocupação, em especial por razões de saúde:

“Tem uma época aqui que aparece muita coceira no pessoal, aparece muita diarreia nas crianças. A gente calcula que seja da água” (José dos Santos, da comunidade Boa Vista).

“As crianças também tomam banho nessa água aí. A gente toma cuidado, mas sabe, criança, a gente não pode sair um pouco [de perto] e eles gostam mesmo de estar lá [na água]” (Ilson Gemaque dos Santos, da comunidade Saracá).

Quanto aos efeitos sobre a saúde por causa da ingestão da água, ribeirinhos e quilombolas relatam ser acometidos por problemas como diarreias, vômitos, dor de barriga, infecções intestinais e urinárias e gastrite.

“Olha, por exemplo, diarreia, a gente vê que a maioria das famílias, tanto faz ser em Boa Nova ou Saracá, reclama muito, né? Sobre diarreia através da água. Então a gente vê que a família, a maioria, se queixa muito de diarreia, através da água poluída. Mas, não só a diarreia” (Jones da Luz, morador da comunidade Boa Nova).

### *Impactos sobre a pesca*

Os impactos da mineração de bauxita, segundo a percepção quilombola e ribeirinha, não se restringem à poluição hídrica, mas comprometem também a atividade pesqueira fundamental para sua soberania alimentar.

Na comunidade quilombola Boa Vista, a percepção de que a disponibilidade de peixes diminuiu após a instalação do empreendimento também move a preocupação com a conservação dos cursos d’água e da vida aquática. Uma das razões apontadas pelos quilombolas seria a poluição do igarapé Água Fria, causada pelas barragens da Mineração Rio do Norte, mencionadas anteriormente. A moradora Marina dos Santos lembra que, quando seus pais ainda eram vivos, a situação era diferente: “nesse igarapé do Água Fria, meu pai pescava. Hoje não tem mais nada, não tem mesmo”.

Outro fator que “espantaria” os peixes, segundo a percepção quilombola, seriam as perturbações causadas por navios que provocam ruídos, deslocamento de água e turbulências no ambiente subaquático. De acordo com o quilombola Valério dos Santos, os navios “revoltam” a água e os peixes fogem. O que o conhecimento

dos quilombolas nos diz ganha um termo técnico sofisticado, que se refere a um tipo específico de poluição geradora de impacto sobre a fauna aquática: a poluição sonora subaquática, cujos efeitos sobre os peixes em função do trânsito de navios da MRN aparentemente ainda não foram dimensionados no rio Trombetas.

Os moradores de Boa Nova e Saracá também relatam a diminuição do peixe e observam que os peixes não “querem” mais viver nos ambientes aquáticos impactados. Com base em um rico conhecimento etnoecológico, os ribeirinhos explicam que a relação entre os impactos da mineração e a diminuição do pescado tem a ver com a degradação dos habitats desses animais. Essa situação ameaça a soberania alimentar de quem depende da pesca para comer.

“Nós temos tido muito prejuízo em relação à nossa alimentação. Peixe se afastou. Eu mesmo, quando eu cheguei aqui, eu saía de repente e eu pegava o que comer nos canais. Agora não, agora você anda a noite todinha e nada” (Domingos Rabelo, de Boa Nova).

#### NA DEFESA DO DIREITO À ÁGUA

Os problemas dos moradores de Boa Vista, Boa Nova e Saracá ainda não foram devidamente investigados pela MRN ou pelos órgãos de governo responsáveis pela fiscalização ambiental. O monitoramento hídrico é realizado pela própria empresa e atende a condicionantes estabelecidas pelo governo no licenciamento ambiental. A Mineração Rio do Norte alega que o monitoramento hídrico que realiza não indica problema. Contudo, não há um monitoramento independente, o que preocupa José dos Santos, de Boa Vista:

“Eu não posso provar porque a gente não tem um laboratório para a gente provar, mas tem uma época aqui que apa-

rece muita coceira no pessoal, aparece muita diarreia nas crianças. A gente calcula que seja da água. Agora, não tem uma condenação diretamente porque o laboratório que tem aqui é da mineração e ela não vai condenar para nós”.

A divulgação dos resultados do monitoramento realizado pela MRN é restrita, como indica José Pontes Monteiro, da comunidade Saracá: “tem uma coleta da água aqui. Todos os meses tem uma coleta da água, há muito tempo já vem isso aí. Mas, cadê esse resultado dessa água para saber o que tem, o que não tem?”

Não existe uma política de comunicação da empresa nem do órgão ambiental que garanta à população local o acesso aos resultados dos monitoramentos hídricos em linguagem acessível. Tão pouco existe um canal de diálogo que possibilite a discussão das implicações de tais resultados para as comunidades usuárias desses recursos hídricos.

Desde 2016, a Comissão Pró-Índio de São Paulo vem atuando em parceria com quilombolas e ribeirinhos para registrar e denunciar os problemas relacionados à água e demandar providências do governo e da empresa. Porém, permanece o desafio ao governo e à empresa, em Oriximiná, de instituir canais de diálogo e decisão compartilhada, possibilitando a escuta real das comunidades impactadas sobre as questões postas, bem como a construção conjunta de soluções efetivas e duradouras que assegurem seu direito à água e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Veja, a seguir, a lista de órgãos governamentais com responsabilidades no caso:

- Ibama – responsável pelo licenciamento e monitoramento ambiental.
- Agência Nacional de Mineração – responsável pela fiscalização e segurança das barragens de mineração.

- ICMBio – responsável pela gestão da Floresta Nacional Saracá-Taquera.
- Fundação Cultural Palmares – responsável pelo componente quilombola dentro do licenciamento ambiental.

## BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Lucia Mendonça Mourato de

*Antes a água era cristalina, pura e sadia: percepções quilombolas e ribeirinhas dos impactos e riscos da mineração em Oriximiná, Pará.* São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2018.

“Quilombolas em Oriximiná: desafios da propriedade coletiva”. In: GRUPIONI, D. F.; ANDRADE, L. M. M. (org.). *Entre águas bravas e mansas: índios & quilombolas em Oriximiná.* São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo/Iepé, 2015. pp. 62-83.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO

*Quilombolas em Oriximiná.* Disponível em: <<http://cpisp.org.br/quilombolas-em-oriximina/>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

MINERAÇÃO RIO DO NORTE

*Relatório de administração 2017.* Apresentado aos seus acionistas. Pará, 23 maio 2018, 19 p. Disponível em: <[http://www.mrn.com.br/paginas/images/Informaes\\_Financeiras/Balan%C3%A7o\\_DOE\\_2017\\_Final\\_23\\_04\\_18.pdf](http://www.mrn.com.br/paginas/images/Informaes_Financeiras/Balan%C3%A7o_DOE_2017_Final_23_04_18.pdf)>. Acesso em: 5 fev 2020.

*Relatório anual de sustentabilidade GRI 2015.* Porto Trombetas, 2016, 60 p. Disponível em: <[http://www.mrn.com.br/paginas/images/GRI\\_MRN\\_2015\\_final.pdf](http://www.mrn.com.br/paginas/images/GRI_MRN_2015_final.pdf)>. Acesso em: 5 fev 2020.

*Environment report.* Mina Almeidas: extraindo bauxita e preservando o meio ambiente. Porto Trombetas, jun. 2002. Disponível em: <[http://www.mrn.com.br/paginas/Relatorios/environment\\_06\\_almeidas\\_juno2.pdf](http://www.mrn.com.br/paginas/Relatorios/environment_06_almeidas_juno2.pdf)>. Acesso em: 5 fev. 2020.

WANDERLEY, L. J. M.

*Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia*. Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. (Dissertação de Mestrado).

## O ACESSO À ÁGUA DE QUALIDADE EM JACI-PARANÁ E CAVALCANTE (RO)

Movimento dos(as) Atingidos(as) por Barragens (MAB)<sup>1</sup>

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 2015, 29% da população mundial, ou seja, 2,1 bilhões de pessoas não usaram um serviço de água potável seguro (que seja próximo à residência, que seja disponível e que não esteja contaminado). Apenas um terço da parcela da população que teve acesso à água de forma segura está na zona rural; 844 milhões de pessoas têm acesso básico à água potável; 159 milhões ainda usam água coletada da superfície, como em lagos e rios. No caso do saneamento, a situação é ainda mais crítica: 4,4 bilhões de pessoas no mundo (61%) não têm acesso a serviços de saneamento básico e 892 milhões ainda depositam resíduos sólidos a céu aberto (OMS; Unicef, 2017).

Os dados apresentados pela Organização Mundial da Saúde e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância no primeiro *Relatório de Monitoramento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*, em 2017, segundo análise da Organização Pan-Americana

---

<sup>1</sup> O Movimento dos(as) Atingidos(as) por Barragens (MAB) é uma organização parceira da Christian Aid no Brasil. O estudo de caso aqui publicado foi apresentado no Seminário “Água como Bem Comum” em março de 2018, em Brasília.

da Saúde (Opas), conclui que a maioria das pessoas sem acesso a água estão principalmente em zonas rurais. Ainda que tenha aumentado o número de pessoas com acesso a água e saneamento desde 2000, eles não são necessariamente seguros, o que resulta na morte de milhares de crianças todos os anos (OPAS BRASIL & OMS BRASIL, 2017).

No Brasil, segundo a organização Trata Brasil, 83,5% da população brasileira tem abastecimento de água tratada. Porém, a porcentagem na região norte do país é a mais baixa das cinco regiões: apenas 57,49% é abastecido com água tratada; 52,36% da população brasileira tem acesso à coleta de esgoto. Na região norte, apenas 10,24%. Destes, somente 22,58% é tratado, índice baixíssimo frente à média de 46% nacional. No estado de Rondônia, a rede de distribuição de água alcança apenas 47,67% da população; a coleta de esgoto, 4,05% e o seu tratamento, apenas 7,97%. Porto Velho tem uma das menores coberturas de abastecimento de água do Brasil: apenas 32,7% da população tem acesso à água tratada e 1,5% tem acesso à rede de esgoto (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2019).

Ao se observar todos esses dados e a realidade local, o que se percebe é que as áreas com menor infraestrutura, como distritos, bairros periféricos e zonas rurais apresentam ainda maiores dificuldades e desafios. Mesmo em regiões com abundância de água, como o caso da Amazônia brasileira. Ou seja, não é uma questão de recurso ou escassez, mas sim de desigualdade no acesso.

O distrito de Jaci-Paraná, situado a 87 km do município de Porto Velho, que recebeu esse nome em 1910, não possui até hoje rede de tratamento de água e de esgotos. Este distrito teve um crescimento populacional alarmante em decorrência da instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Jirau no rio Madeira, no ápice da construção a população foi de 2826 em 2000 para 13131 habitantes em 2010. Com o crescimento populacional e o não acompanhamento da estruturação do distrito, a população é submetida a viver em condições precárias quanto as

suas estruturas de acesso aos recursos hídricos disponíveis. A água utilizada na região é quase na sua totalidade subterrânea e captada por meio de poços. O sistema de fossas para rejeito de esgotos sem tratamento, que são construídas sem nenhuma orientação técnica, são próximas aos poços de captação de água comprometendo a qualidade da água e a saúde da população local. Somado a estes fatores, Jaci-Paraná é considerada área de influência direta (AID) da Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio (também no rio Madeira) por conta de seu reservatório, entre outros impactos como a elevação do lençol freático na região, que poderá facilitar a penetração de contaminantes nas águas pelos rejeitos e esgotos domésticos.

O nível do rio Jaci-Paraná (afluente do rio Madeira) aumentou bastante no período de dezembro de 2011 a março de 2012 por causa do represamento pela UHE Santo Antônio, e de dezembro de 2013 a abril de 2014, com a maior cheia já registrada na região. O alagamento elevou o lençol freático e favoreceu a infiltração de contaminantes nas águas subterrâneas. Neste contexto, os igarapés e as inúmeras fossas sépticas mal construídas vazaram e contaminaram a malha hídrica subterrânea e o solo comprometendo a qualidade da água consumida *in natura* pela população. Na época, vários noticiários regionais relataram a situação crítica em que os moradores de Jaci-Paraná se encontravam (LAUTHARTTE, 2013).

Portanto, é importante uma avaliação da situação atual, assim como o engajamento da população no acesso à água em Jaci-Paraná e outras comunidades e distritos de Porto Velho. Estes são fatores fundamentais para subsidiar o diálogo permanente com as instituições em busca de soluções para a questão nos distritos atingidos pelas grandes obras de hidrelétricas.

O aumento do fluxo migratório para a região durante a fase de construção dos empreendimentos hidrelétricos causou um aumento de demanda e pressão sobre os serviços públicos existentes

tes<sup>2</sup>. Isso acarretou a queda na qualidade dos serviços prestados à população residente, segundo um relatório apresentado pelo Ministério Público do Estado de Rondônia (2006). Dentre as medidas mitigadoras propostas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) dos dois empreendimentos – Santo Antônio e Jirau – para o distrito de Jaci-Paraná, estão o estabelecimento de parcerias com o poder público para implantação de abastecimento de água, de esgoto, de sistema de coleta e lixo, além de garantir espaços de formação em educação ambiental nas escolas e nas comunidades do entorno (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, 2006).

Está em fase de teste a implantação de uma unidade da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (Caerd) para o tratamento de águas e esgoto no distrito, construída com recursos da Compensação Social da UHE – Santo Antônio. Entretanto, as estruturas implantadas até agora são deficitárias. As melhorias de saneamento básico estão em uma pequena parte do distrito, deixando de atender a maior parcela dos moradores. A situação sanitária em que se encontram inúmeras cidades amazônicas se deve não apenas pela falta de melhorias em infraestrutura, mas também por uma falta de consciência ecológica do ser humano. Para tanto, é urgente uma gestão pública eficiente com recurso de compensação das hidrelétricas, eficaz e transparente com a população e uma educação ambiental de qualidade não apenas nas escolas, mas para todos os moradores da comunidade para que participem na construção de soluções para o problema do acesso, tratamento, distribuição e destino dos efluentes e do lixo produzido pela comunidade.

---

<sup>2</sup> Deslocamento de grande quantidade de força de trabalho que funciona como um catalisador nos processos migratórios, tendo em vista, a constante busca por trabalho e renda das massas trabalhadoras, que pesarão nas demandas por serviços públicos essenciais, tais como: saúde, saneamento, educação etc.” (CABRAL, p. 28 *apud* ASSUNÇÃO, 2011, p. 23).

A comunidade de Cavalcante (situada na margem direita do rio Madeira aproximadamente a 90 km a jusante da cidade de Porto Velho) é formada por descendentes de trabalhadores de seringais e de imigrantes de diversas regiões brasileiras. Eles se reconhecem como ribeirinhos, pescadores e agricultores, resultado do processo de ocupação da Amazônia. Esta comunidade foi formada a partir da destruição de outras comunidades como Terra Caída, Ilha de Curicacas e São Carlos depois da cheia do rio Madeira em 2014. Depois que o rio destruiu suas casas e plantações, as famílias ocuparam um terreno na esperança de uma solução por parte do poder público. Atualmente vivem na comunidade aproximadamente 70 famílias sem estrada, posto de saúde, escola, água tratada ou energia elétrica. Quase cinco anos após a enchente as famílias não tiveram acesso a nenhuma indenização ou reparação por parte do poder público ou das empresas que controlam as hidrelétricas. Como a espera pela solução dos problemas estruturais da comunidade se estendeu, a população se auto-organizou para pressionar por seus direitos, seja a indenização por perdas e impactos da enchente e/ou pela ação do poder público na estruturação da nova comunidade.

Em Cavalcante, as famílias usam a água do rio Madeira para o uso doméstico. As famílias que têm condições financeiras compram água mineral. As que não têm consomem água do rio sem passar por nenhum tratamento e sem nenhuma segurança para a saúde. Segundo os Agentes Comunitários de Saúde da região, boa parte das doenças dentro da comunidade pode ter origem na má qualidade da água, como disenteria<sup>3</sup>. Há uma grande expectativa de toda a

---

<sup>3</sup> Para mais informações sobre doenças de veiculação hídrica ver: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. *Análise de indicadores relacionados à água para consumo humano e doenças de veiculação hídrica no Brasil, ano 2013, utilizando a metodologia da matriz de indicadores da Organização Mundial da Saúde.*

comunidade de Cavalcante que se apresente um projeto de urbanização, construção de poços artesianos e que haja distribuição de água nas residências. A comunidade tem aproximadamente 1,5 km<sup>2</sup>, o que torna viável desenvolver um sistema de captação, tratamento e distribuição de água, assim como um sistema de fossas ecológicas.

#### RESULTADOS DA ANÁLISE DE DADOS COLETADOS

Para melhor analisar o problema do acesso à água em Jaci-Paraná e Cavalcante, optou-se por uma abordagem qualitativa com o uso de um questionário como técnica de obtenção de informação. Foram aplicados trinta questionários, entre os dias 24 de outubro e 16 de novembro de 2018, nas comunidades de Jaci-Paraná e Cavalcante. A questão do acesso à água de qualidade em Porto Velho, especialmente no distrito de Jaci-Paraná e na comunidade de Cavalcante, vai além do acesso: está estritamente ligado à existência do próprio povo e das referidas comunidades. Histórica e culturalmente esse povo sempre teve acesso à água de rios, córregos, igarapés e poços do tipo amazônicos<sup>4</sup> sem adição de substâncias químicas. A maioria da população percebia a água como limpa, e sua captação e descarte se dava de forma simples. Isso não trazia danos ou prejuízos à saúde da população, pois a natureza se encarregava de eliminar uma parte significativa dos agentes contaminantes proveniente das atividades humanas. O que neste caso seria resolvido com infraestrutura de captação, tratamento e distribuição, porém, com

Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/analise\\_indicadores\\_agua\\_consumo\\_humano\\_doencas\\_hidrica\\_brasil\\_2013.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/analise_indicadores_agua_consumo_humano_doencas_hidrica_brasil_2013.pdf)>. Acesso em 5 fev. 2020.

4 Poço semiartesiano (ou poço tubular não jorrante): necessita de mecanismos de bombeamento para trazer a água à superfície.

o agravamento ocasionado pelas barragens na região, é necessária uma infraestrutura e novas tecnologias que sejam capazes de atender a demanda das comunidades.

Na Amazônia há dois períodos denominados de inverno e verão. O verão é marcado por muito sol e pouca chuva e os rios, igarapés e córregos têm níveis baixos de água. Consequentemente, o lençol freático acompanha essa dinâmica. Esse período é marcado por pouca água na superfície devido ao calor e à secura do solo. Qualquer líquido exposto rapidamente se evapora, salvos os hidrocarbonetos e outros graxos. Nesse período, o nível do lençol freático fica entre nove e quinze metros da superfície. Já no período de inverno, marcado por água em abundância e chuvas, o solo fica muito permeável e os níveis freáticos ficam próximos à superfície podendo chegar a dois metros. No entanto, durante as fortes chuvas ocorrem as “enxurradas”. Essas enxurradas carregam tudo que está na superfície levando o contaminante para o leito do rio que por sua vez é corrente e contamina a água e o solo. Com o represamento do rio Jaci-Paraná pelo rio Madeira, toda água que antes corria livremente passa a inundar todo o território e, sem as enxurradas, tudo o que é descartado passa a contaminar o solo.

Como o lençol freático está muito próximo à superfície, acaba sendo contaminado também. De acordo com o relato dos moradores mais antigos de Jaci-Paraná, esse tipo de contaminação não ocorria antes por dois motivos: 1. As enxurradas carregavam para o leito dos rios e sua corrente levava tudo que viesse a contaminar; 2. Numa situação de normalidade, esses contaminantes no solo teriam que atravessar uma distância entre nove e quinze metros com vegetais e solo que funcionam como uma espécie de filtro para alcançar a água do lençol freático. Ou seja, ao atingir o lençol freático já não carregavam mais os agentes contaminantes. Com a mudança do comportamento – da elevação do nível do rio e lençol freático – todo e qualquer material descartado na superfície atinge a água do subsolo muito rápido. Uma vez que o lençol freático se

encontra a poucos metros da superfície, entre um e três metros, é uma distância .

Considerando a complexidade do problema da água no município de Porto Velho, que é cercado por água, é “contraditório” afirmar que o povo não tem acesso à água. Embora se tenha água em abundância, a qualidade é motivo de grande preocupação.

“Tem dia que essa água chega na torneira com uma camada de gordura. Parece que jogaram banha nela e não dá pra usar nem para tomar banho” (Estela Lago, moradora do reassentamento Parque dos Buritis em Jaci-Paraná).

“Vejam esse rio que passa na frente de nossa casa, quanta água, mas que garantia nós temos de beber, de tomar banho, como fazia antes de ter essas barragens ai em cima, e não adoecer. Meus filhos têm contato com essa água, pois atravessam todos os dias para ir estudar e estão apresentando manchas na pele e no rosto. Eu não tenho certeza, mas acho que é por causa dessa água” (Miracy, agricultora da comunidade Cavalcante).

A dinâmica da região amazônica permite ao caboclo ribeirinho ou beiradeiro, como gostam de ser chamados, a se organizarem conforme os ciclos de cheia e seca. Porém,

“quando esse rio era normal e vinham as chuvas, arrastava tudo, e hoje toda chuva fica presa sem escorrer para o rio. As coisas vão contaminando tudo até os poços que estão com mau cheiro” (Anderson Silva, morador do bairro Jacanã em Jaci-Paraná).

Historicamente, as comunidades foram se organizando conforme as conquistas de estruturas coletivas e as políticas públicas

implantadas. Porém, com os problemas originados pela construção e operação das barragens, a população se viu obrigada a reconstruir suas vidas a partir do zero. Mesmo com toda a experiência, reconstruir a vida não é fácil, ainda mais numa idade avançada como é o caso de muitos atingidos que não conseguem alcançar a mesma qualidade de vida.

“A minha propriedade rendia para minha família a média de 9 mil reais por mês, nós tínhamos uma casa confortável onde eu podia receber os amigos e parentes e hoje não sabemos nem onde construir a casa. Se quiser assistir uma televisão temos que gastar com um gerador e toda água para beber e cozinhar nós compramos. Eu tenho 67 anos e não sei se vou reaver tudo que eu perdi, embora eu esteja lutando por isso” (Demir, morador de Cavalcante).

À medida que o tempo passa, percebe-se uma falta de interesse crescente das empresas responsáveis pelos empreendimentos hidrelétricos para resolver a questão do acesso à água limpa e saneamento. Isso tem como consequência o enfraquecimento das pressões tanto de cunho institucional quanto popular, e pouco a pouco a população local e o poder público vão perdendo a vontade de lutar, dado o descrédito de uma solução. Dessa forma, vai sendo naturalizado para essas pessoas que eles estão “condenados” a viver dessa maneira.



Instalação hidrelétrica próxima ao distrito de Jaci-Paraná (RO)  
Créditos: Christian Aid/Richard Reddie.



## CONCLUSÕES

A região amazônica é um território rico em água, assim como Porto Velho. Por mais estranho que pareça, há uma falta enorme de água disponível para consumo. Os rios da região são em sua maioria sedimentares, ou seja, ainda em formação e com uma enorme carga de material em suspensão o ano todo. Isso dificulta o uso da água *in natura* pelas comunidades. Outro fator é a falta de gestão de resíduos, seja das atividades humanas ou das atividades industriais. Que comprometem a qualidade da água. Considerando as duas comunidades analisadas, mesmo que o problema enfrentado seja de acesso à água e esgoto, a busca por soluções é diferenciada. Por um lado, a comunidade de Cavalcante aponta como uma solução possível um poço do tipo artesiano com uma bomba movida à energia fotovoltaica e um complexo de caixas d'água em uma altura suficiente para que a água seja distribuída para as casas pela força da gravidade. Ao passo que para os moradores do distrito de Jaci-Paraná, a solução seria mais complexa, pois além da contaminação no corpo hídrico e a falta de tratamento e saneamento, falta uma equipe técnica multidisciplinar de confiança, escolhida pelas famílias, para acompanhamento de suas necessidades. É perceptível a vulnerabilidade em que se encontra a comunidade de Jaci-Paraná.

O poder público tem dificuldades em mobilizar recursos humanos e financeiros para resolver as questões. As medidas aplicadas até o momento foram apenas paliativas, e, portanto, não resolveram as principais demandas que são estruturais. A experiência na região mostra que a tendência é que com o passar do tempo, o poder público e as empresas se distanciem do problema, o que exige a constância da organização e mobilização das famílias das comunidades para pressionar os atores responsáveis.

A quebra da harmonia que a população local tinha com a natureza não foi considerada nas avaliações dos empreendimentos. Ou

seja, o fio condutor do equilíbrio entre homem e meio ambiente só será restabelecido com um plano de reestruturação regional com participação efetiva da comunidade local, desde a elaboração até sua implantação, com tecnologias pensadas e desenvolvidas pelas famílias que vivem o problema. Qualquer ação diferente dessa será apenas uma medida paliativa como as que têm sido tomadas até o momento. Nesse contexto, a atuação do Movimento dos(as) Atingidos(as) por Barragens (MAB) é fundamental. Essas populações que foram e continuam sendo atingidas pelos efeitos das barragens no Rio Madeira, considerando todo o impacto social e ambiental que isso envolve, ainda buscam reconhecimento e respeito a seus direitos.

O MAB nasceu como um movimento social nacional em 1991 e desde então organiza famílias atingidas por barragens em dezenove estados brasileiros. A principal bandeira de luta do movimento é o reconhecimento dos direitos de ameaçados(as) e atingidos(as) por barragens, principalmente o direito a compensações justas e de acordo com o desejo das famílias, sendo elas as protagonistas legítimas na reconstrução de suas vidas. De forma mais ampla, o movimento debate a mercantilização da água e energia no Brasil, um modelo de desenvolvimento que não prioriza a melhora na condição de vida dos brasileiros e o desenvolvimento local, mas sim o lucro de grandes empresas.

Nas comunidades aqui estudadas, o MAB atua na organização dessas famílias para que tenham acesso à informação segura sobre seus direitos e possam se mobilizar para que tenham suas demandas atendidas. Há anos o movimento e as comunidades cobram providências da empresa Santo Antônio Energia responsável pela UHE Santo Antônio para que esta garanta o fornecimento de água e a manutenção das fossas até que se chegue numa solução definitiva entre Estado, a população local e a empresa. Para avançar na pressão junto à empresa, o MAB incidiu fortemente para a criação de um Grupo de Acompanhamento, com o Ministério Público Fe-

deral, o Ministério Público de Rondônia e a Defensoria Pública da União, além do próprio MAB. Tomando-se por base as demandas do grupo, e principalmente do MAB, o Ibama determinou que dentro do processo contínuo de licenciamento ambiental da hidrelétrica fosse desenvolvido um estudo sobre o impacto da formação do lago da UHE Santo Antônio.

Posteriormente, foi necessário um estudo complementar para avaliar o *encharcamento* do solo, o impacto nas estruturas das casas e elevação da água subterrânea, comprometendo poços e fossas. Os dois estudos foram feitos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e o levantamento dos dados iniciou em novembro de 2017. A primeira parte do relatório dos estudos foi apresentada em 18 de setembro de 2018 e a segunda em 26 de fevereiro de 2019. Agora, a partir dos dados levantados no estudo, os membros do Grupo de Acompanhamento irão analisar os resultados e construir demandas e propostas para os problemas e garantir os direitos da população local atingida. Sem a análise do estudo é impossível determinar a viabilidade de instalação de uma rede de saneamento, mas, além disso, o que as condições concretas resultantes de todos os fatores de impacto que Jaci-Paraná apresenta, o MAB avalia que o reassentamento das famílias o mais rápido possível é a única saída viável. É importante ressaltar, que mesmo iniciando sua construção em 2008 e operação em 2012, a Santo Antônio Energia ainda não cumpriu todos seus compromissos sociais e ambientais, a população atingida ainda luta pela resolução do “passivo” da hidrelétrica.

## BIBLIOGRAFIA

ASSUNÇÃO, Aldina Gomes de

*Dinâmica territorial em Jaci-Paraná: reflexos da implantação das hidrelétricas do Rio Madeira*. Rondônia, Núcleo de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal de Rondônia, 2011, 87 p. (Dissertação de Mestrado).

BARAÚNA, Gláucia Maria Quintino

*Atingidos por barragens: conflitos socioambientais no Rio Madeira*. Manaus: Ufam, 2014.

INSTITUTO TRATA BRASIL

*Principais estatísticas de saneamento no Brasil*. 2019. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/agua>>. Acesso em: 12 de fev. 2020.

LAUTHARTTE, Leidiane Caroline

*Avaliação da qualidade de água subterrânea no distrito de Jaci-Paraná, município de Porto Velho-RO*. Porto Velho, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2013, 67 p. (Dissertação de Mestrado).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

*Relatório de análise do conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) dos aproveitamentos hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, estado de Rondônia*. Rondônia, dez. 2006, 816 p. Disponível em: <[http://philip.inpa.gov.br/publ\\_livres/Dossie/Mad/Documentos%20Oficiais/Madeira\\_COBRAPE/11118-COBRAP-report.pdf](http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/Mad/Documentos%20Oficiais/Madeira_COBRAPE/11118-COBRAP-report.pdf)>. Acesso em 5 fev. 2020.

OMS & UNICEF

*Progresos en materia de agua potable, saneamiento e higiene*. Informe de actualización de 2017 y línea de base de los ODS. Ginebra: Organización Mundial de la Salud y Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia, 2017. Disponível em: <[https://www.unicef.org/spanish/publications/files/Progress\\_on\\_Drinking\\_Water\\_Sanitation\\_and\\_Hygiene\\_2017\\_SP.pdf](https://www.unicef.org/spanish/publications/files/Progress_on_Drinking_Water_Sanitation_and_Hygiene_2017_SP.pdf)>. Acesso em: 5 de fev. 2020.

OPAS BRASIL & OMS BRASIL

“OMS: 2,1 bilhões de pessoas não têm água potável em casa e mais do dobro não dispõem de saneamento seguro”. *Organização Pan-Americana de Saúde*, 12 jul. 2017. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5458:oms-2-1-bilhoes-de-pessoas-nao-tem-agua-potavel-em-casa-e-mais-do-dobro-nao-dispoem-de-saneamento-seguro&Itemid=839](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5458:oms-2-1-bilhoes-de-pessoas-nao-tem-agua-potavel-em-casa-e-mais-do-dobro-nao-dispoem-de-saneamento-seguro&Itemid=839)>. Acesso em: 5 fev. 2020.

ZEN, Eduardo Luiz (coord.)

*Metodologia para o diagnóstico social, econômico e cultural dos atingidos por barragens*. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_atingidos\\_barragens.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_atingidos_barragens.pdf)>. Acesso em: 5 fev. 2020.

## MULHERES CONSTRUINDO ALTERNATIVAS PARA O ACESSO À ÁGUA POTÁVEL NO VALE DO RIBEIRA (SP)

Natália Lobo & Sheyla Saori Yuzuka (SOF)

O Alto Vale do Ribeira é uma região que compreende os municípios de Iporanga, Apiaí, Ribeira e Itaóca. É marcada pela Serra do Mar que forma uma paisagem montanhosa e florestada por onde passa o rio Ribeira. Este território foi um dos primeiros núcleos de povoamento da região e se iniciou a partir da descoberta do ouro, que foi um ciclo econômico muito importante para o local. O primeiro povoado do Vale do Ribeira formado pelo garimpo foi em Apiaí, no morro do Ouro, em 1771, e a exploração seguiu até 1880. O ciclo do ouro acabou, mas a mineração e a agricultura continuam sendo as principais atividades da região. A SempreViva Associação Feminista (SOF) atua desde 2013 neste território, especificamente nos municípios de Apiaí e Itaóca, junto a grupos de mulheres agricultoras familiares e quilombolas. Com o objetivo de levantar as percepções das mulheres acerca da contaminação da água, na cidade de Apiaí, no bairro Garcias, foram realizadas conversas individuais e um grupo focal com a presença de quatro mulheres. Em Itaóca, com agricultoras dos bairros Fazenda e Caraças, foi realizado um grupo focal com a presença de sete agricultoras.

O município de Apiaí tem uma presença muito forte da agricultura familiar. Quase metade da população da cidade vive na zona rural e tem a agricultura e a pecuária como principais fontes de renda e subsistência. O cultivo do tomate em Apiaí ganhou força entre as décadas de 1950 e 1970 e desde então é uma das principais atividades econômicas da região, junto com a produção de cimento. A tomaticultura está historicamente relacionada com

casos de intoxicação por agrotóxicos. Pesquisas do fim dos anos 1990 já mostravam índices alarmantes de pessoas internadas por intoxicação no município (só no ano de 1996, o índice foi de 133 internações por 100 000 habitantes), sendo que um terço dos casos ocorria em pessoas com menos de dezoito anos. No ano de 2010, o índice foi de 147 intoxicações por 100 000 habitantes<sup>1</sup> (VICENTE *et al*, 1998).

O tomate é a principal cultura da agricultura familiar da região, que é a maior produtora do alimento no estado de São Paulo. Mais de quinze toneladas de tomate foram cultivadas em Apiaí em 2017 (Censo Agropecuário 2017). Grande parte desta produção é para o mercado interno, e raramente a safra é exportada para o Mercosul. Esta produção é realizada em parcerias dos agricultores com empresários ou comerciantes locais que financiam as lavouras a partir da obrigação de que os agricultores forneçam a safra no pós-colheita em conformidade com o preço do Ceasa, que é flutuante (TOMAS, 2011).

Além da problemática da ausência de fixação do preço, os agricultores expõem sua saúde durante o cultivo do tomateiro. Estima-se que um produtor convencional de tomate no município de Apiaí submeta sua lavoura a 36 pulverizações de veneno por ciclo (TOMAS *et al*, 2009). Esta realidade é muito parecida com a do município de Itaóca, que era vinculado à Apiaí até o ano de 1991. Com uma população de apenas 3228 pessoas, a cidade tem a agricultura (e o tomate) como uma de suas principais atividades econômicas.

Estudos de Fabio Leonardo Tomas (2011) que comparam formas diferentes de cultivo de tomate na região concluem que as

---

1 O índice do Brasil em 2010 foi de 4,1 intoxicações por agrotóxicos por 100 mil habitantes, segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), o que evidencia que as intoxicações no município de Apiaí são alarmantes. A Fiocruz estima que haja uma subnotificação da ordem de 1:50 destes casos.

produções agroecológicas apresentam menor ocorrência de insetos-praga, doenças bacterianas, doenças fúngicas ou virais em relação à produção convencional. Percebeu-se que os cultivos agroecológicos não apresentavam compactação de solo, ao passo de que tinham alto índice de matéria orgânica e ótima estruturação, características típicas de locais com presença de florestas. A requeima, doença muito recorrente na cultura, foi bem controlada no cultivo agroecológico com uso de calda bordalesa, defensivo natural, produzida pelos próprios trabalhadores e permitida na produção de base agroecológica.

A cultura do tomate é normalmente acompanhada da pulverização de diversos tipos de agrotóxicos diferentes, várias vezes por ciclo. Nos grupos focais e entrevistas individuais com as agricultoras da região, bem como nas pesquisas acadêmicas e nas conversas com trabalhadores de casa agropecuárias, não foi possível obter informações exatas sobre os produtos utilizados pelos tomateiros. Ficou claro que o uso do veneno é algo velado e que os pormenores deste processo são de conhecimento apenas do “tomateiro” – a pessoa que chega à região apenas na época do cultivo com o pacote tecnológico pronto, em busca de um arrendatário e de trabalhadores temporários.

Procurou-se, para esta pesquisa, escolher um agrotóxico marcador, que fosse muito utilizado na cultura, para relacionar os depoimentos das mulheres com o comportamento do produto na saúde humana e na água. O Acefato foi escolhido como um princípio ativo de agrotóxico marcador para o estudo, pois, segundo o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos da Anvisa (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2017), foi o produto mais detectado nas amostras de tomate selecionadas para o estudo. O Acefato, pertencente ao grupo dos organofosforados, é também o terceiro princípio ativo mais utilizado no Brasil e compõe inseticidas e acaricidas de diferentes marcas comerciais.

A Anvisa classifica este princípio ativo como moderadamente tóxico para os seres humanos<sup>2</sup>. É um produto altamente móvel que pode se deslocar no solo e contaminar o lençol freático. É persistente no meio ambiente e um dos produtos de sua degradação, o metamidofós, pode ser até mais tóxico do que ele próprio. Apesar de ser um produto notoriamente tóxico e perigoso, a publicação *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia* (BOMBARDI, 2017) mostra que não há limite estabelecido de resíduos de Acefato permitido na água potável no Brasil. Este limite é de 0,1 µg na União Europeia, onde o uso deste princípio ativo é inclusive proibido.

O Acefato pode compor diferentes compostos, que podem ser mais ou menos lipofílicos, ou seja, que podem ter afinidade com o tecido de gordura dentro do corpo. Os compostos mais lipofílicos podem alcançar concentrações significativas, inclusive no tecido nervoso, e serem ali armazenados por vários dias. Essa ação tende a ser mais acentuada nas mulheres, que possuem proporcionalmente mais gordura corporal do que os homens. Essa característica também se aplica ao metamidofós, já citado anteriormente.

Em relação à contaminação de água superficial, o Acefato apresenta uma persistência de até treze dias nos corpos hídricos e, por ser muito móvel no solo, tem facilidade de lixiviação e pode atingir lençóis freáticos. O metamidofós possui alto potencial de contaminação das águas por ser muito solúvel neste meio e baixa tendência a se concentrar nos sedimentos, o que aumenta a capacidade do princípio ativo de se manter nos corpos hídricos. Possui

---

<sup>2</sup> A classificação toxicológica é baseada na dose de princípio ativo necessária para levar à morte, irritar as mucosas ou a pele. A classificação do produto como moderadamente tóxico não quer dizer que ele não pode ser letal ou causar sérios danos à saúde, mas apenas que é necessária uma dose considerável para atingir este efeito.

uma persistência bastante considerável no ambiente, podendo ficar até mais de trezentos dias na água sem se degradar.

Tanto o Acefato quanto o Metamidofós pertencem ao grupo dos organofosforados, grupo conhecido por sua alta toxicidade e responsável por um grande número de intoxicações e mortes tanto humanas quanto de animais. Segundo a bula do próprio produto e a nota técnica da Anvisa, eles atuam através da inibição de enzimas que atuam no sistema nervoso, o que leva a sintomas como diminuição dos batimentos cardíacos, diarreia, fadiga, dores de cabeça, tremores, insônia, convulsões, coma e até a morte. Sabe-se que o efeito na inibição enzimática tanto pode durar apenas algumas horas como pode chegar a dias ou ser irreversível, a depender do composto, da concentração e da quantidade ingerida.

O livro *Os amargos frutos do trabalho brutal*, fruto de uma pesquisa sobre os trabalhadores da tomaticultura da região do Ribeirão Branco, que também fica no Vale do Ribeira, concluiu que a maior parte das pessoas ocupadas na atividade são mulheres. O autor relata que, ao passo que as informações oficiais sobre intoxicação são em sua maioria sobre casos em homens, ele encontrou em sua pesquisa de campo muito mais mulheres trabalhando na cultura, o que indica uma possível subnotificação nos casos de intoxicações em mulheres. Apesar de indicar que as mulheres são maioria neste trabalho, a pesquisa não cita números exatos sobre a participação feminina no cultivo de tomate. Em confluência com o indicativo de que a maior parte da força de trabalho nesta cultura é do sexo feminino, a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (IBGE, 2006) mostra que 57% do trabalho realizado em cultivo de hortaliças, como é o caso do tomate, é realizado por mulheres. O autor ainda chama atenção para a grande ocorrência de doenças ligadas ao trabalho no Vale do Ribeira, tanto na agricultura quanto na mineração: para os desastres ambientais na região decorrentes da mineração do chumbo; e pra diminuição da população adulta na região, resultado do êxodo da juventude da região.

É sabido que na região de Apiaí há depósitos de chumbo e zinco e que a mineração destes elementos por muito tempo gerou a contaminação do rio Ribeira de Iguape por arsênio, produto formado na extração dos minérios. A empresa Plumbum, hoje fechada, foi responsável por contaminar o solo de muitas regiões e inclusive o próprio corpo hídrico do rio Ribeira, com chumbo (CETEM, 2011). Estudos médicos já confirmaram presença de arsênio e de chumbo em amostras de sangue e urina da população de diversos municípios da região do Alto Vale, o que mostra que a mineração também é uma atividade que, junto com a agricultura, tem gerado impactos fortes na saúde das pessoas (SILVA, 1997). Este tema foi muito pontuado principalmente entre as mulheres da cidade de Itaóca e é de extrema importância no atual momento, onde sabidamente há interesses por parte de novas mineradoras de se instalar neste território.

São escassos os estudos que tratam do impacto dos agrotóxicos na saúde das mulheres. É possível, no entanto, tecer diagnósticos a partir de dados da estrutura química das moléculas do veneno: se são compostos mais lipofílicos, como é o caso de grande parte dos agrotóxicos, tendem a impactar mais a saúde das mulheres, que tem maior porcentagem de gordura no corpo em relação aos homens.

Em pesquisa com agricultores na Tailândia, concluiu-se que havia muito mais mulheres agricultoras analfabetas que desconheciam as regras de aplicação dos agrotóxicos do que homens na mesma condição, o que indica que as mulheres se expõem mais a este tipo de produto. Situações muito semelhantes são atestadas em estudos de diferentes partes do mundo. O fato de que as mulheres são responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico faz também com que elas manipulem mais produtos contra pragas domésticas e que lavem a maior parte das roupas contaminadas, o que as coloca em contato com veneno de forma indireta (CARVALHO & ALONZO, 2018). Estudo realizado por Abreu e Alonzo (2016) sobre o uso de agrotóxicos na agricultura familiar de

Lavras-MG concluiu que em mais de 80% das unidades produtivas pesquisadas as mulheres são as responsáveis por lavar a roupa e o EPI utilizados por outros membros da família no campo, e que esta atividade geralmente é feita sem proteção e que a água de lavagem não é tratada antes de ser descartada.

Alguns pesticidas contêm substâncias chamadas desreguladores endócrinos que possuem a capacidade de ativar receptores de estrogênio no corpo mesmo na ausência de estrogênio, como é o caso do organismo das crianças antes da puberdade. Isso acarreta puberdade precoce. Este fenômeno é muito mais comum no corpo das meninas (há estudos que indicam que a proporção é de 8:1). Aguiar (2017) presenciou uma recorrência deste fenômeno em crianças e adolescentes da Chapada do Apodi no Ceará, região aonde o agronegócio vem se expandindo através do aumento do perímetro irrigado para fruticultura.

O fato de que são frequentemente as mulheres que realizam trabalhos que exigem coordenação motora fina e delicadeza, são habilidades muito importantes na floricultura e na fruticultura, por exemplo, (e tratados como características naturais femininas) faz com que elas se exponham mais aos agrotóxicos. London *et al* (2002) comprovaram que mulheres que trabalham em casas de vegetação no Zimbábue e no Equador, por exemplo, eram contratadas em trabalhos temporários e precarizados que coincidiam justamente com as épocas de pulverização da cultura. A necessidade de ter delicadeza nas mãos para realizar os trabalhos faz com que elas evitem usar luvas, o que aumenta a exposição aos agrotóxicos e a possibilidade de absorvê-los pela pele.



Alto Vale do Ribeira.

Quintal de produção do bairro Castelhanos.

Créditos: Sheyla Saori



### PERCEPÇÕES DA CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA PELAS MULHERES AGRICULTORAS

Nos grupos focais e conversas individuais realizados, as mulheres dos bairros Caraças e Fazenda em Itaóca e do bairro Garcias em Apiáí relataram que hoje a água utilizada é encanada e tratada por uma empresa de abastecimento. Apenas em um bairro rural, no Quilombo Cangume do município de Itaoca, a água que abastece o bairro vem das nascentes e seu tratamento é feito através de fossas sépticas<sup>3</sup>. Já no assentamento Professor Luiz D. Macedo (PDS), em Apiáí, a água é servida através de poços perfurados pelo Incra<sup>4</sup>, mas ainda assim não atende todo assentamento e que algumas mulheres ainda carregam água para irrigar as hortas e quintais.

A comunidade Garcias é um bairro rural e possui um histórico de cultivo do tomate. Moradoras antigas afirmaram que era muito comum que as pessoas apresentassem doenças respiratórias e alérgicas por conta do uso dos agrotóxicos. Uma das agricultoras entrevistadas, que hoje produz tomates agroecológicos, afirma que sua opção em não usar “venenos” na agricultura muito se dá pelas más experiências que vivenciou durante o trabalho com o tomate convencional. As mulheres afirmaram que não conhecem os nomes dos produtos, mas identificavam suas intoxicações nas pessoas:

“Eu tinha um vizinho que só trabalhava com veneno, ele usava a mesma roupa para pulverizar, acho que nem lavava porque sabia que era a roupa do veneno, ele aparecia com

---

3 Tratamento de dejetos por decantação e ação de bactérias anaeróbicas, através de tanques de alvenaria ou outro material de baixo custo. Um sistema simples e muito adotado por comunidades rurais.

4 O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é o órgão governamental que instituiu os assentamentos de reforma agrária.

o rosto e o peito vermelho depois de aplicar o produto. A gente avisava que era perigoso, que ele tinha que se proteger. Ele faleceu cedo com um tumor na cabeça e eu sei que foi por causa do veneno”.

Outro caso citado foi o suicídio de um morador do bairro por conta de dívidas adquiridas para o plantio convencional do tomate: “a contaminação não é só no ambiente, mas na cabeça das pessoas também, o cultivo convencional é muito caro e usa muito veneno”. A agente de saúde do bairro afirmou que antigamente tinha que ir até a beira do rio e nascentes para conversar com os “tomateiros”, pois as misturas de venenos e lavagens de equipamentos de aplicação eram realizadas próximas às fontes de água.

Durante as conversas perguntamos às mulheres sobre as roupas utilizadas nos trabalhos com o tomate, se elas lavam as roupas na mesma água com outras da família, algumas afirmaram que nunca pensaram na possibilidade da contaminação ou no descarte apropriado da água da lavagem. Já as agricultoras que trabalham diretamente com o cultivo convencional e aplicação de agrotóxicos, se mostraram atentas sobre a contaminação e afirmaram que, além de separar as roupas, tentam se proteger durante o trabalho. Uma agricultora relata que os “tomateiros” pulverizam os agrotóxicos na presença dos trabalhadores em campo e que nunca alertaram sobre os riscos de contaminação ou de uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual).

O grupo de Itaoca, dos bairros Caraças e Fazenda, relatou que há dez anos, antes do acesso à água encanada, a comunidade se abastecia do rio Ribeira de Iguape. Os trabalhos diários como lavar roupa, a louça e cozinhar eram feitos com esta água. Elas lembram que aproveitavam a ida ao rio para conversar enquanto lavavam a roupa e banhavam as crianças: “os encontros na beira do rio eram os momentos que a gente tinha para colocar a conversa em dia, era um tempo bom, mas naquela época as crianças tinham

mais doenças também”. Esta afirmação sobre a importância de se encontrar nos rios também surgiu entre as assentadas do PDS:

“Na época que estávamos acampadas, a beira dos córregos era o melhor lugar de encontro porque a gente conseguia pensar nas coisas da organização e também já lavava as roupas e a louça, a água que sai da torneira hoje também nos separou” (Agricultora, moradora do assentamento).

Ao mesmo tempo em que enaltecem o período em que utilizavam a água direta do rio, as agricultoras lembram-se das doenças que água trazia, como dores de barriga e doenças de pele. A poluição das águas também interfere no tempo e na intensidade do trabalho das mulheres. Algumas assentadas afirmam ter dores de coluna e de articulações até hoje pelo fato de carregar baldes de água dos córregos para o uso no acampamento: “se a água estava turva naquele local a gente buscava de outra nascente, mais longe. Eram muitos baldes”.

Quando perguntamos sobre o cultivo do tomate e a presença de agrotóxicos, o grupo de Itaoca afirmou que em dias de pulverização o rio “mudava de cor” e que apenas esperavam a água “voltar ao normal” para continuar utilizando-a. Outro assunto que surgiu, e que corresponde ao período do cultivo intensivo do tomate, é sobre a vinda de muitas famílias, mas principalmente de homens, para residir nas comunidades durante os ciclos e safras da produção agrícola. As mulheres afirmaram que as pessoas que chegavam para o trabalho na lavoura de tomate ocupavam casas precárias, construídas de lona e papelão:

“O homens assediavam as mulheres do bairro, mexiam com as mais novas e muito comercio de bebidas alcoólicas que existem hoje aqui, abriram naquela época para atender os homens” (Janete Dantas, agricultora do bairro Fazenda, Itaoca).

Este exemplo mostra uma realidade semelhante ao que ocorre em outros territórios ocupados pelo capital. A lógica da exploração do trabalho se apropria do corpo da mulher e é amortizada pelo alto consumo de bebidas alcoólicas, uma relação imbricada aos avanços do agronegócio, que acaba afirmando o capitalismo e o patriarcado nos projetos locais de “desenvolvimento”.

Ao levantar o assunto da contaminação da água, as mulheres lembraram-se do período da atividade de mineração da empresa Plumbum do Brasil Ltda. na região. A mineradora se instalou no município de Adrianópolis-PR, utilizando-se das águas do Rio Ribeira de Iguape. Elas contam que a empresa mineradora jogava os resíduos contaminantes diretamente no rio e houve uma época que o Ministério Público proibiu o uso da água pelas comunidades por conta da contaminação. Esta empresa começou a explorar chumbo e prata no município em 1954. Devido ao esgotamento das jazidas, a empresa fechou em 1995, deixando enorme passivo ambiental. Estudos apontam que em áreas próximas à refinaria desativada da empresa, o acúmulo de rejeitos do processo industrial, depositados durante anos a céu aberto, levou à contaminação do solo por chumbo (CUNHA *et al.*, 2006). Rejeitos da mina de Painelas, outra antiga propriedade da empresa em Adrianópolis, atingiram o rio Ribeira do Iguape. A empresa jogava resíduos e efluentes diretamente no leito do rio. Os casos de contaminação começaram a ser relatados e pouco foi divulgado como um risco real para a população local.

As agricultoras relatam que foi um período muito confuso para as pessoas porque não havia outro local/meio de fornecimento de água e que o uso continuou normalmente mesmo após o impedimento. As mulheres descreveram que era muito comum a pesca e que os peixes apareciam mortos por conta da contaminação. Neste mesmo período, após o fechamento das atividades da mineradora, os trabalhadores foram dispensados e chegaram a receber visitas da empresa alegando que as pessoas seriam ressarcidas pela con-

taminação, mas que até hoje nada se encaminhou. Casos como este também foi relatado pelas comunidades do rio Camaquã, no Rio Grande do Sul, onde a presença das mineradoras deixaram apenas saldos negativos para a região, como a poluição dos rios, desmatamento e morte da diversidade biológica.

#### ALTERNATIVAS FEMINISTAS: EM DEFESA DOS NOSSOS CORPOS E DOS TERRITÓRIOS

Alguns relatos e pesquisas sobre o tema da água na região do Alto Vale do Ribeira nos mostraram como os ciclos dos projetos “desenvolvimentistas” causam impactos na vida das mulheres e organizam a comunidade em torno da precariedade do trabalho. O desconhecimento sobre as contaminações que os agrotóxicos causam, agregado às condições de produção do agronegócio como alternativa de renda para as pessoas, naturaliza e torna comum o uso e aplicação de produtos tóxicos entre as famílias agricultoras. Foi percebido também que o assunto da contaminação da água é acompanhado de relatos da precarização do trabalho e da vida, quando os projetos de cultivo de tomate e a mineração se instalam no território, e também quando as mulheres relatam a sobrecarga de trabalho ao buscar fontes de água limpa para uso em locais mais distantes.

As mulheres rurais se mostram atentas aos problemas do território: percebem as mudanças no ambiente, a poluição nos rios, a morte de peixes, as doenças nas crianças, as novas doenças e pragas na agricultura etc. E são elas quem também têm mantido a biodiversidade do território: coletam e guardam sementes, trocam mudas de plantas e receitas antigas, criam animais no terreiro e plantam sem agrotóxicos.

Os grupos de mulheres que a SOF atua no Vale do Ribeira têm se auto-organizado para tratar da agroecologia e das maneiras de

produzir sem o uso de agrotóxicos: buscando os trabalhos coletivos na implantação de técnicas que favoreçam seus trabalhos nas roças, visualizando alternativas de produção que minimizam o uso de produtos químicos e se adaptando a tecnologias sociais para minimizar o impacto dos trabalhos pesados. É o caso do uso de caldas fertilizantes, receitas sanitárias caseiras, adoção de cobertura do solo, canteiros elevados de produção, entre outros. As mulheres também têm debatido e se organizado em temas como a autogestão na comercialização, economia solidária e o uso de fitoterápicos na resistência da medicalização do corpo e ao avanço do circuito do agronegócio na região.

A agroecologia se mostra como um modelo de produção que, quanto mais se expande, mais gera um equilíbrio nos agro ecossistemas que faz com que, no longo prazo, o uso dos agrotóxicos seja dispensável. O caso do assentamento Professor Macedo em Apiaí é um exemplo neste sentido: um território com componente florestal preservado e que abriga um cultivo de tomate agroecológico há muitos anos, hoje colhe os frutos na forma de uma baixíssima incidência de pragas e doenças nas plantações, devido ao equilíbrio ecológico que foi estabelecido na paisagem como um todo.

As formas de comercialização baseadas na economia solidária e nos circuitos curtos, fortalecidas pela agroecologia, se mostram muito mais atraentes para as mulheres do que as formas de comercialização geralmente impostas pelos tomateiros, onde os agricultores não tem autonomia nenhuma sobre a precificação, que neste caso é determinada pelos preços flutuantes e inseguros impostos pelo mercado.

As mulheres relatam diversas situações sobre como suas experiências com a agroecologia são essenciais para proporcionar mais qualidade de vida para si e suas famílias. Geralmente a produção agroecológica está atrelada à produção para o autoconsumo, com produção em menor escala e voltado para um mercado local como feiras e vendas na própria comunidade. A produção em larga escala,

de maneira convencional do tomate, exige arrendamentos de terra, grande custo com agrotóxicos, emprego de trabalhadores e maior tempo de trabalho (seis a doze horas) no cultivo. Já em produção agroecológica, fomentada pelo circuito de comércio local, proximidade de mercado e priorizando a produção de autoconsumo, difere em tempo e custo de produção: exige de duas a três horas na produção agrícola e menor tecnologia de produção quando comparada à convencional. Além de o trabalho ser executado pela própria família e em sua própria terra.

A produção da maior parte do alimento no próprio quintal, o cultivo e uso das plantas medicinais, o extrativismo de plantas da mata para a alimentação, a manutenção das técnicas tradicionais de fazer farinha, o hábito de guardar e melhorar suas sementes, dentre tantas outras coisas, fazem com que as mulheres consigam ter autonomia sobre sua vida e sua saúde sem precisar participar da lógica do agronegócio. Ainda que a maioria delas ainda tenha dificuldade de comercializar sua produção, a produção para o autoconsumo já gera uma independência em relação ao mercado que representa a possibilidade real de permanecer no território sem precisar se expor ao trabalho inseguro e exploratório na produção de tomate convencional.

A Marcha Mundial das Mulheres afirma que a autonomia plena das mulheres nos territórios só é construída quando também se desconstrói os grandes projetos do capital, como o agronegócio, o extrativismo e a mineração, os mesmos que colocam a vida das pessoas, a água, as florestas e os produtos da biodiversidade como elementos a serem explorados de maneira ilimitada pelo mercado. Outras novas maneiras de se relacionar com a economia e o ambiente também vão se construindo na busca da autonomia, colocando a centralidade do cuidado com a vida e com a natureza como um paradigma de sustentabilidade baseado na igualdade do acesso ao território.



Rio Ribeira do Iguape, ao lado da monocultura de banana

Créditos: Sheyla Saori

## BIBLIOGRAFIA

## AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ

*Agrotóxicos – Inseticidas*. Bula Acefato Nortox. Curitiba. Disponível em: <<http://www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/defis/DFI/Bulas/Inseticidas/acefatonortox.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

*Agrotóxicos – Inseticidas*. Bula Metamidofós Fersol 600. Curitiba Disponível em: <[http://www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/defis/DFI/Bulas/Inseticidas/METAMIDOFOS\\_FERSOL\\_600.pdf](http://www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/defis/DFI/Bulas/Inseticidas/METAMIDOFOS_FERSOL_600.pdf)>. Acesso em: 6 fev. 2020.

## AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

*Nota técnica: reavaliação toxicológica do ingrediente ativo Acefato*. Brasília: Anvisa, 2017. 46 p. Disponível em: <<https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201712/06131307-nota-tecnica-do-acefato.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

*Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos: relatório das análises de amostras monitoradas no período de 2013 a 2015*.

Brasília: Anvisa, 2016. 246 p. Disponível em: <[http://portal.anvisa.gov.br/documents/111215/o/Relat%C3%B3rio+PARA+2013-2015\\_VER-S%C3%83O-FINAL.pdf/494cd7c5-5408-4e6a-boe5-5098cbf759f8](http://portal.anvisa.gov.br/documents/111215/o/Relat%C3%B3rio+PARA+2013-2015_VER-S%C3%83O-FINAL.pdf/494cd7c5-5408-4e6a-boe5-5098cbf759f8)>.

Acesso em: 6 fev. 2020.

## AGUIAR, Ada Cristina Pontes

*Más-formações congênitas, puberdade precoce e agrotóxicos: uma herança maldita do agronegócio para a Chapada do Apodi (CE)*. Fortaleza, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, 2017, 199 p. (Dissertação de Mestrado).

## BOMBARDI, Larissa Mies

*Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH-USP, 2017. 296 p. Disponível em: <<http://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

## CALDAS, Luiz Querino de Araújo (coord.)

*Intoxicações exógenas agudas por carbamatos, organofosforados, compostos bipiridílicos e piretroides*. Niterói: Centro de Controle

de Intoxicações, 2000. 43 p. Disponível em: <<http://www.cvs.saude.sp.gov.br/zip/intoxicacoes%20agudas%20-%20ocarbamatos%20e%20organoclorados.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

CARVALHO, Amália Oliveira & ALONZO, Herling Gregorio Aguilar

“A mulher e suas relações com o cotidiano da agricultura familiar e uso de agrotóxicos”. *Cuba Salud 2018*, Havana, 2018. Disponível em: <<http://www.convencionalsalud2018.sld.cu/index.php/convencionalsalud/2018/paper/view/587>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

“Chumbo contamina solo e habitantes da região do Alto Vale do Ribeira”. Estudo de caso do Programa de Meio Ambiente e Resíduos da Produção Mineral, Rio de Janeiro, 2011, 3 p. Disponível em: <[https://www.cetem.gov.br/santo\\_amaro/pdf/Vale\\_do\\_Ribeira.pdf](https://www.cetem.gov.br/santo_amaro/pdf/Vale_do_Ribeira.pdf)>. Acesso em: 6 fev. 2020.

CUNHA, Fernanda Gonçalves *et al.*

“Diagnóstico ambiental e de saúde humana: contaminação por chumbo em Adrianópolis, no estado do Paraná, Brasil”. In: SILVA, Cássio Roberto *et al.* (ed.). *Geologia médica no Brasil: efeitos dos materiais e fatores geológicos na saúde humana, animal e meio ambiente*. Rio de Janeiro: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2006. Disponível em: <<http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/1211>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

*Pesquisa nacional por amostra de domicílios*. Síntese de indicadores 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv36018.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

LONDON, Leslie *et al.*

“Pesticide usage and health consequences for women in developing countries: out of sight out of mind?” *International Journal of Occupational and Environmental Health*, England, 8 (1): 46-59, jan. 2002. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1179/oeh.2002.8.1.46>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

MARCHETTI, Mara & LUCHINI, Luiz Carlos

“Sorção/dessorção e mineralização do inseticida Acefato em solo”. *Pesticidas: Revista de Ecotoxicologia e Meio Ambiente*, Curitiba, 14: 61-72, jan.-dez. 2004.

MEDEIROS, Márcia Noelle Cavalcante *et al.*

“Intoxicação aguda por agrotóxicos anticolinesterásicos na cidade do Recife, Pernambuco, 2007-2010”. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, 23 (3): 509-518, set. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-96222014000300509&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-96222014000300509&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 6 fev. 2020.

RIBEIRO, Robson de Jesus

*Os amargos frutos do trabalho brutal: agrotóxicos e saúde do trabalhador*. Rio de Janeiro: Planeta Azul, 2016. 55 p.

SALUSTIO, Pedro Eduardo Barbieri

“Influência da biodiversidade florestal do entorno e da distância entre cultivos de tomate (*Lycopersicon sculentum*), na dinâmica e ocorrência de insetos e doenças”. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Porto Alegre, 4 (2): 2425-2428, nov. 2019.

SILVA, Robson Henrique Pinto da

*Geoquímica e impacto ambiental do arsênio no Vale do Ribeira (SP-PR)*. Campinas, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 1997. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/287203>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

TOMAS, Fabio Leonardo

*A influência da biodiversidade florestal na ocorrência de insetos-praga e doenças em cultivo de tomate no município de Apiaí-SP*. Piracicaba, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2011. 90 p. (Dissertação de Mestrado).

VICENTE, Maria Carlota Meloni *et al.*

“Perfil do aplicador de agrotóxicos na agricultura paulista”. *Informações Econômicas*, São Paulo, 28 (11): 35-61, nov. 1998.

## **SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES**

ROMI MÁRCIA BENCKE é pastora da Igreja Luterana e secretária-geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic).

HORACIO MESONES é diretor executivo do Centro Regional Ecu-  
mênico de Assessoria e Serviços (Creas).

O FÓRUM ECUMÊNICO ACT BRASIL é um coletivo de vinte e três organizações baseadas na fé, entre elas sete igrejas, fundado em 1994. Seu objetivo é o de estabelecer canais de diálogo e cooperação entre igrejas, organismos ecumênicos e sociedade. O Feact está vinculado internacionalmente à ACT-Alliance e promove, ano após ano, reflexões sobre religião, espaço público, além de ações de incidência em torno de temas que têm alguma ligação com direitos humanos e religiões. O Feact integra o movimento ecumênico internacional, além de articulações de direitos humanos nacionais, entre eles, Plataforma DHESCA, Articulação para o Monitoramento dos DH Brasil, Plataforma de Ação e Diálogo, Plataforma dos movimentos sociais pela Reforma Política, entre outros.

KÁTIA VISENTAINER é jornalista do Processo de Articulação e Diálogo e membro do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração.

BEATRIZ LEANDRO é consultora da Christian Aid Brasil.

RENATA MORENO é assessora da Sempreviva Organização Feminista (SOF).

ITÁLA NEPOMUCENO é consultora da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP).

LÚCIA M. M. DE ANDRADE é coordenadora-executiva da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP).

O MOVIMENTO DOS(DAS) ANTIGIDOS(DAS) POR BARRAGENS é um movimento social nacional, mas com rostos regionais, que há 28 anos organiza atingidas e atingidos por barragens no Brasil. Hoje em dezenove estados, o Movimento luta pelos direitos dessas populações e constrói diálogos nacionais e internacionais sobre desenvolvimento, direitos humanos, água e energia.

Natália Lobo é assessora da Sempreviva Organização Feminista (SOF).

Sheila Saori Yuzuka é assessora da Sempreviva Organização Feminista (SOF).



O projeto Águas para Vida foi desenvolvido conjuntamente com organizações parceiras da Christian Aid e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) no Brasil, com o objetivo de fortalecer redes ecumênicas e a capacidade de incidência de comunidades de fé pela defesa dos bens comuns. O projeto aposta na importância do movimento ecumênico brasileiro – e seus vínculos internacionais – nas ações por justiça social e ambiental e no seu potencial multiplicador.

As atividades incluíram encontros, seminários, atividades de formação para lideranças religiosas, ações de incidência junto a comunidades, campanhas de comunicação e peças informativas. Em colaboração com redes internacionais, a Christian Aid, Conic e seus parceiros mapearam produções teológicas sobre o tema da água e desenvolveram cursos de capacitação para líderes de fé. As iniciativas também fortaleceram a colaboração entre organizações de fé e seculares, como movimentos sociais e associações. A aproximação com experiências de outros países latino-americanos com grandes aprendizados no que tange os desafios da privatização da água (Bolívia e El Salvador) e com redes globais (Conselho Mundial de Igrejas, Rede Ecumênica da Água e ACT Aliança) evidenciam não somente a relevância global do tema, mas também a grande capacidade de articulação do movimento.

Esperamos que esta publicação seja uma contribuição para que igrejas e OBFS sigam aprimorando seus métodos e análises na luta por solidariedade, igualdade e justiça.

